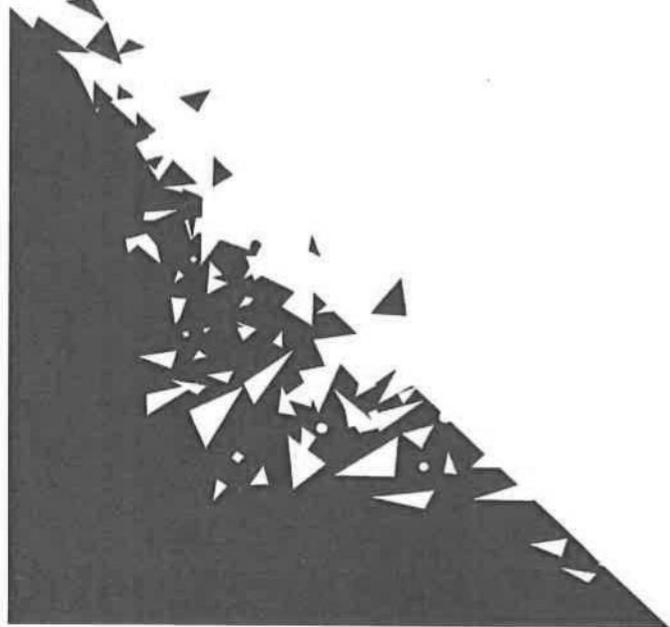


Câmara Municipal da Ribeira Brava



**Alterações Orçamentais ao
Plano Plurianual de Atividades**



PERÍODO : 2024/01/02 2024/12/31

TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS 55 TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2024

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO

Identif. Obj. : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto Código Ano Tipo Número [2]		Descrição Designação do projeto [3]	Classificação	Datas		Pagamentos					Modificação (+/-) [13] = [7] - [6]		
					Início [4]	Fim [5]	2024		Períodos seguintes					
							Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2025 [8]	2026 [9]	2027 [10]		2028 [11]	Outros [12]
1.			Funções gerais				402.700,00	362.250,00	46.500,00	72.000,00	-36.000,00		-40.450,00	
1.1.			Serviços gerais de administração pública				172.700,00	146.800,00			-36.000,00		-25.900,00	
1.1.1.			Administração geral				172.700,00	146.800,00			-36.000,00		-25.900,00	
1.1.1.	01	2015 A 9	TRANSFERENCIAS DE VERBAS AS JUNTAS DE FREGUESIA		2015/01/01	2025/12/31								
1.1.1.	04	2018 A 11	FORNECIMENTO DE PNEUS PARA A FROTA DO MUNICIPIO	SO/020121	2018/01/02	2026/12/30	20.000,00	9.000,00					-11.000,00	
1.1.1.	08	2018 A 12	AQUISIÇÃO DE INERTES	SO/020101	2018/01/02	2026/12/03	50.000,00	24.000,00					-26.000,00	
1.1.1.	01	2018 A 1	COMBUSTIVEIS		2018/01/02	2026/12/31								
1.1.1.	01	2018 A 1		SO/02010201			2.000,00						-2.000,00	
1.1.1.	01	2018 A 1		SO/02010202			40.000,00	39.700,00					-300,00	
1.1.1.	02	2018 A 2	ALUGUER OPERACIONAL DE VIATURAS	SO/020206	2018/01/02	2027/12/31	10.000,00	16.250,00			-36.000,00		6.250,00	
1.1.1.	03	2018 A 3	SEGUROS		2018/01/02	2025/12/31								
1.1.1.	03	2018 A 3		0102/020212			700,00	500,00					-200,00	
1.1.1.	03	2018 A 3		SO/020212			10.000,00	5.200,00					-4.800,00	
1.1.1.	01	2018 A 5	SEGUROS DO PESSOAL	SO/01030901	2018/01/02	2026/12/31	40.000,00	52.150,00					12.150,00	
1.2.			Segurança e ordem públicas				230.000,00	215.450,00	46.500,00	72.000,00			-14.550,00	
1.2.1.			Proteção civil e luta contra incêndios				230.000,00	215.450,00	46.500,00	72.000,00			-14.550,00	
1.2.1.	01	2015 A 8	TRANSFERENCIAS DE SUBSIDIO A ASSOCIACAO BOMBEIROS VOLUNTARIOS DA RIBEIRA BRAVA	SO/040701	2015/01/01	2026/12/31	200.000,00	207.100,00	46.500,00	72.000,00			7.100,00	
1.2.1.	01	2018 A 4	SEGUROS MULTIRISCOS	SO/020212	2018/01/02	2026/12/30	30.000,00	8.350,00					-21.650,00	
2.			Funções sociais				1.884.150,00	1.963.350,00	-46.500,00		36.000,00		79.200,00	
2.1.			Educação				292.250,00	304.167,42	31.900,00	-10.600,00			11.917,42	
2.1.0.			Educação				153.700,00	164.350,00	-1.600,00	-10.600,00			10.650,00	
2.1.0.	02	2018 A 14	UNIVERSIDADE SENIOR		2018/01/02	2025/12/31								
2.1.0.	02	2018 A 14		SO/020106			500,00	1.500,00					1.000,00	
2.1.0.	02	2018 A 14		SO/020108			2.500,00	2.000,00					-500,00	
2.1.0.	02	2018 A 14		SO/020121			2.000,00	1.378,00					-622,00	
2.1.0.	02	2018 A 14		SO/020210			500,00	900,00					400,00	
2.1.0.	02	2018 A 14		SO/020212			700,00	822,00					122,00	
2.1.0.	02	2018 A 14		SO/020213			5.000,00	4.600,00					-400,00	
2.1.0.	01	2019 A 3	ATRIBUIÇÃO DE MANUAIS ESCOLARES, MATERIAL ESCOLAR, MATERIAL DE ECONOMATO PARA A DELEGAÇÃO ESCOLAR E APOIO NO PAGAMENTO DA COMPARTICIPAÇÃO DAS CRECHES E JARDINS DE INFANCIA		2019/01/02	2026/12/31								
2.1.0.	01	2019 A 3		SO/020108			2.500,00	1.850,00					-650,00	
2.1.0.	01	2019 A 3		SO/020120			20.000,00	2.800,00					-17.200,00	
2.1.0.	01	2019 A 3		SO/020121			40.000,00	60.500,00	-1.600,00	-10.600,00			20.500,00	
2.1.0.	01	2019 A 3		SO/04080202			80.000,00	88.000,00					8.000,00	
2.1.1.			Ensino não superior				71.550,00	68.867,42					-2.682,58	
2.1.1.	01	2015 A 1	APOIO EM DIVERSOS EVENTOS NO ENSINO		2015/01/01	2025/12/31								
2.1.1.	01	2015 A 1		SO/020104			200,00						-200,00	
2.1.1.	01	2015 A 1		SO/020105			4.000,00	10.360,00	5.500,00				6.360,00	
2.1.1.	01	2015 A 1		SO/020106			1.000,00	650,00					-350,00	
2.1.1.	01	2015 A 1		SO/020108			300,00	50,00					-250,00	
2.1.1.	01	2015 A 1		SO/020115			3.000,00	3.700,00	-2.500,00				700,00	
2.1.1.	01	2015 A 1		SO/020117			500,00	100,00					-400,00	
2.1.1.	01	2015 A 1		SO/020120			2.000,00		-1.500,00				-2.000,00	
2.1.1.	01	2015 A 1		SO/020121			3.000,00	2.750,00	-1.500,00				-250,00	
2.1.1.	01	2015 A 1		SO/020210			1.500,00	1.000,00					-500,00	
2.1.1.	01	2015 A 1		SO/020220			2.000,00	1.200,00					-800,00	
2.1.1.	01	2015 A 1		SO/020225			10.000,00	1.484,41					-8.515,59	
2.1.1.	01	2016 A 9	AQUISICAO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA (edificios escolares e edificios pertecentes ao municipio)	SO/020104	2016/01/02	2026/12/30	40.000,00	44.450,00					4.450,00	

PERÍODO : 2024/01/02 2024/12/31

TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS 55 TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2024

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO

Identif. Obj. : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Euros

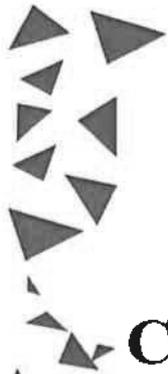
Objetivo [1]	Número do projeto		Descrição [3]	Classificação	Datas		Pagamentos					Modificação (+/-) [13] = [7] - [6]		
	Código	Ano Tipo Número			Início	Fim	2024		Períodos seguintes					
							Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2025 [8]	2026 [9]	2027 [10]		2028 [11]	Outros [12]
2.1.1.	01	2018 A 6	PROGRAMA ECO-ESCOLAS		2018/01/02	2024/12/31								
2.1.1.	01	2018 A 6		SO/020105			100,00	50,00						-50,00
2.1.1.	01	2018 A 6		SO/020106			100,00	53,01						-46,99
2.1.1.	01	2018 A 6		SO/020108			100,00							-100,00
2.1.1.	01	2018 A 6		SO/020115			250,00							-250,00
2.1.1.	01	2018 A 6		SO/020121			700,00							-700,00
2.1.1.	01	2018 A 6		SO/020210			500,00	50,00						-450,00
2.1.1.	01	2018 A 6		SO/020213			2.000,00	2.700,00						700,00
2.1.1.	01	2018 A 6		SO/020217			300,00	50,00						-250,00
2.1.1.	01	2018 A 6		SO/020225				220,00						220,00
2.1.2.			Serviços auxiliares de ensino				67.000,00	70.950,00	33.500,00					3.950,00
2.1.2.	02	2015 A 2	TRANSPORTES ESCOLARES		2015/01/01	2025/12/31								
2.1.2.	02	2015 A 2		SO/02010202			27.000,00	23.150,00						-3.850,00
2.1.2.	02	2015 A 2		SO/020210			40.000,00	47.800,00	33.500,00					7.800,00
2.2.			Saúde				133.000,00	86.000,00						-47.000,00
2.2.2.			Veterinária				133.000,00	86.000,00						-47.000,00
2.2.2.	01	2021 A 1	VETERINÁRIA		2021/01/02	2025/12/31								
2.2.2.	01	2021 A 1		SO/020121			2.500,00	2.800,00						300,00
2.2.2.	01	2021 A 1		SO/020217			500,00	200,00						-300,00
2.2.2.	01	2021 A 1		SO/020220			50.000,00	20.000,00						-30.000,00
2.2.2.	01	2021 A 1		SO/040701			80.000,00	63.000,00						-17.000,00
2.3.			Segurança e acção sociais				367.300,00	355.780,00						-11.520,00
2.3.2.			Acção social				367.300,00	355.780,00						-11.520,00
2.3.2.	01	2015 A 6	ATRIBUICAO DE BOLSAS DE ESTUDO AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR		2015/01/01	2025/11/11	235.000,00	214.390,00						-20.610,00
2.3.2.	01	2016 A 7	COMISSAO DE PROTEÇÃO DE CRIANCAS E JOVENS		2016/01/02	2028/11/06								
2.3.2.	01	2016 A 7		SO/020106			500,00	320,00						-180,00
2.3.2.	01	2016 A 7		SO/020120			100,00	250,00						150,00
2.3.2.	01	2016 A 7		SO/020209			250,00	430,00						180,00
2.3.2.	01	2016 A 7		SO/020213			2.000,00	1.500,00						-500,00
2.3.2.	01	2016 A 7		SO/020215			500,00	1.000,00						500,00
2.3.2.	01	2016 A 7		SO/020225			750,00	2.050,00						1.300,00
2.3.2.	02	2017 A 6	APOIO AO IDOSO E FAMILIAS CARENCIADAS		2017/01/02	2025/12/31	26.000,00	35.760,00						9.760,00
2.3.2.	03	2017 A 5	APOIO AO EMPREGO		2017/01/02	2025/12/31	100.000,00	98.630,00						-1.370,00
2.3.2.	01	2019 A 2	APOIO AO DOENTE ONCOLOGICO		2019/01/02	2025/12/31								
2.3.2.	01	2020 A 1	ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO ÀS IPSS DO CONCELHO		2020/01/02	2025/12/31								
2.3.2.	01	2023 A 1	DINAMIZAÇÃO DO CENTRO INTERGERACIONAL DE SÃO JOÃO		2023/01/02	2025/12/31								
2.3.2.	01	2023 A 1		SO/020106			500,00	1.100,00						600,00
2.3.2.	01	2023 A 1		SO/020108			200,00							-200,00
2.3.2.	01	2023 A 1		SO/020121			750,00	350,00						-400,00
2.3.2.	01	2023 A 1		SO/020225			750,00							-750,00
2.4.			Habituação e serviços colectivos				198.000,00	166.345,00	1.600,00	10.600,00	36.600,00			-31.655,00
2.4.1.			Habituação				100.000,00	130.500,00						30.500,00
2.4.1.	01	2015 A 7	APOIO À REABILITAÇÃO URBANA		2018/01/01	2025/12/31								
2.4.1.	01	2015 A 7		SO/04080202			100.000,00	130.500,00						30.500,00
2.4.2.			Ordenamento do território				98.000,00	35.845,00	1.600,00	10.600,00	36.600,00			-62.155,00
2.4.2.	01	2018 A 8	FORNECIMENTO CONTINUO DE CIMENTO		2018/01/02	2026/12/31	62.000,00	2.445,00	1.600,00	10.600,00	36.600,00			-59.555,00
2.4.2.	03	2018 A 10	FORNECIMENTO CONTINUO DE TINTAS E DERIVADOS		2018/01/02	2026/12/31	36.000,00	33.400,00						-2.600,00
2.5.			Serviços culturais, recreativos e religiosos				893.600,00	1.051.057,58	-80.000,00					157.457,58
2.5.1.			Cultura				204.000,00	280.642,58						76.642,58
2.5.1.	01	2015 A 3	APOIO EM DIVERSOS EVENTOS CULTURAIS NO CONCELHO		2015/01/01	2025/12/31								
2.5.1.	01	2015 A 3		SO/020105			7.000,00	1.200,00						-5.800,00
2.5.1.	01	2015 A 3		SO/020106			2.000,00	500,00						-1.500,00
2.5.1.	01	2015 A 3		SO/020121			8.000,00	8.700,00						700,00

PERÍODO : 2024/01/02 2024/12/31

TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS 55 TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2024

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Identif. Obj. : CLASSIFICADOR FUNCIONAL Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA Euros

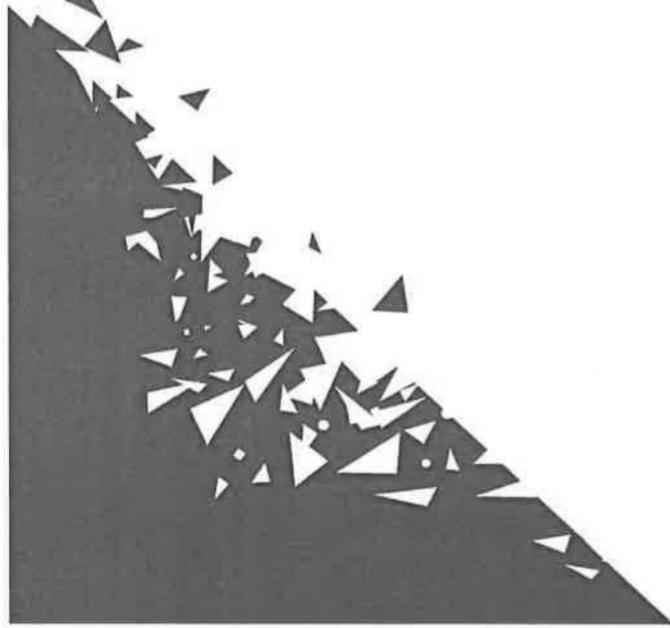
Objetivo [1]	Número do projeto		Descrição Designação do projeto [3]	Classificação	Datas		Pagamentos					Modificação (+/-) [13] = [7] - [6]		
	Código	Ano Tipo Número [2]			Início	Fim	2024		Períodos seguintes					
							Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2025 [8]	2026 [9]	2027 [10]		2028 [11]	Outros [12]
2.5.1.	01	2015 A 3		SO/020201			500,00							-500,00
2.5.1.	01	2015 A 3		SO/020208			40.000,00	71.550,00						31.550,00
2.5.1.	01	2015 A 3		SO/020217			15.000,00	27.450,00						12.450,00
2.5.1.	01	2015 A 3		SO/020220			80.000,00	75.342,58						-4.657,42
2.5.1.	01	2015 A 3		SO/020225			45.000,00	90.400,00						45.400,00
2.5.1.	02	2023 A 2	DINAMIZAÇÃO DA CASA DO ARTESÃO - CAMPANÁRIO		2023/01/02	2025/12/31								
2.5.1.	02	2023 A 2		SO/020121			1.500,00	500,00						-1.000,00
2.5.1.	03	2023 A 3	ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO SOCIO CULTURAL NA BIBLIOTECA MUNICIAPL		2023/01/02	2025/12/31								
2.5.1.	03	2023 A 3		SO/020108			1.000,00	500,00						-500,00
2.5.1.	03	2023 A 3		SO/020120			3.000,00	3.700,00						700,00
2.5.1.	03	2023 A 3		SO/020225			1.000,00	800,00						-200,00
2.5.2.			Desporto, recreio e lazer				295.500,00	275.983,92	-46.500,00					-19.516,08
2.5.2.	02	2015 A 4	PROMOÇÃO NAS AREAS DO DESPORTO, RECREIO E LAZER NO CONCELHO		2015/01/01	2025/12/31								
2.5.2.	02	2015 A 4		SO/020105			8.000,00	14.673,92						6.673,92
2.5.2.	02	2015 A 4		SO/020106			1.000,00	1.410,00						410,00
2.5.2.	02	2015 A 4		SO/020115			4.000,00	5.200,00						1.200,00
2.5.2.	02	2015 A 4		SO/020208			30.000,00	24.400,00						-5.600,00
2.5.2.	02	2015 A 4		SO/020210			4.000,00							-4.000,00
2.5.2.	02	2015 A 4		SO/020212			7.000,00	2.800,00						-4.200,00
2.5.2.	02	2015 A 4		SO/020217			5.000,00	2.500,00						-2.500,00
2.5.2.	02	2015 A 4		SO/020220			22.500,00	26.830,00						4.330,00
2.5.2.	02	2015 A 4		SO/020225			25.000,00	9.170,00						-15.830,00
2.5.2.	04	2015 A 10	ATRIBUICAO DE SUBSIDIO A CASAS DO POVO, ASSOCIACOES CULTURAIS E DESPORTIVAS DO CONCELHO		2015/01/01	2025/12/31	189.000,00	189.000,00	-46.500,00					
2.5.3.			Outras actividades cívicas e religiosas				394.100,00	494.431,08	-33.500,00					100.331,08
2.5.3.	03	2015 A 5	FESTEJOS ALUSIVOS AO ARRAIAL DE SAO PEDRO		2015/01/01	2025/12/31								
2.5.3.	03	2015 A 5		SO/020105			7.500,00	12.136,08	5.900,00					4.636,08
2.5.3.	03	2015 A 5		SO/020106			2.500,00	2.140,00						-360,00
2.5.3.	03	2015 A 5		SO/020121			2.000,00	100,00						-1.900,00
2.5.3.	03	2015 A 5		SO/020208			35.000,00	34.650,00	-5.900,00					-350,00
2.5.3.	03	2015 A 5		SO/020210			1.000,00							-1.000,00
2.5.3.	03	2015 A 5		SO/020213			100,00							-100,00
2.5.3.	03	2015 A 5		SO/020217			18.000,00	16.700,00						-1.300,00
2.5.3.	03	2015 A 5		SO/020220			60.000,00	65.500,00	-33.500,00					5.500,00
2.5.3.	03	2015 A 5		SO/020225			115.000,00	125.400,00						10.400,00
2.5.3.	01	2017 A 1	FESTEJOS DE NATAL NO CONCELHO		2017/01/02	2025/12/31								
2.5.3.	01	2017 A 1		SO/020105			15.000,00	25.240,00	400,00					10.240,00
2.5.3.	01	2017 A 1		SO/020106			1.000,00	1.850,00	-400,00					850,00
2.5.3.	01	2017 A 1		SO/020115				14.080,00						14.080,00
2.5.3.	01	2017 A 1		SO/020121			2.000,00	1.800,00						-200,00
2.5.3.	01	2017 A 1		SO/020208			20.000,00	23.900,00						3.900,00
2.5.3.	01	2017 A 1		SO/020213			3.000,00	500,00						-2.500,00
2.5.3.	01	2017 A 1		SO/020217			7.000,00	14.635,00						7.635,00
2.5.3.	01	2017 A 1		SO/020220			100.000,00	143.300,00						43.300,00
2.5.3.	01	2017 A 1		SO/020225			5.000,00	12.500,00						7.500,00
Total :							2.286.850,00	2.325.600,00		72.000,00				38.750,00



Câmara Municipal da Ribeira Brava



**Dívidas a Terceiros por
Antiguidade de Saldos**



Período : 2024/01/01 2024/12/31

Visualizar Contas s/ Mov. ? S

(Periodicidade Mensal / Período Mensal Após Apuramento
dos Resultados)

Euros

Designação	Passivo	Dívida Vincenda		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em dias) [C]				Exceções [D]	Pagamentos em atraso [E]=[2+3+4]-[D]	Total dívida por natureza da despesa		
		Curto prazo [A]	Médio/Longo prazo [B]	<90 [1]	[90-180[[2]	[180-365] [3]	>365 [4]			Curto prazo [F]=[A]+[C]	Médio/longo prazo[G]=[B]	SOMA [H]=[F]+[G]
Despesas correntes	38.882,79	31.114,65		7.768,14						38.882,79		38.882,79
Despesas de pessoal	30.653,22	30.653,22								30.653,22		30.653,22
Remunerações certas e permanentes	30.552,42	30.552,42								30.552,42		30.552,42
Abonos variáveis ou eventuais	100,80	100,80								100,80		100,80
SS - Encargos com saúde												
ADSE e outros da AP												
Outros sectores fora da AP												
SS - Contribuições de segurança social	224,17	224,17								224,17		224,17
CGA												
Segurança social - Regime geral	224,17	224,17								224,17		224,17
Outras												
SS - Outras	123,51	123,51								123,51		123,51
SS - Outras	123,51	123,51								123,51		123,51
Aquisições de bens e serviços	7.775,00	113,75		7.661,25						7.775,00		7.775,00
Aquisições de bens e serviços	7.775,00	113,75		7.661,25						7.775,00		7.775,00
Juros e outros encargos												
Juros e outros encargos												
Transferências correntes												
Administrações públicas												
Outras transferências correntes												
Subsídios												
Subsídios												
Outras despesas correntes	106,89			106,89						106,89		106,89
Outras despesas correntes	106,89			106,89						106,89		106,89
Despesas de capital												
Aquisições de bens de capital												
Aquisições de bens de capital												
Transferências de capital												
Administrações Públicas												
Outras transferências de capital												
Aquisição de ativos financeiros												
Aquisição de ativos financeiros												
Reembolsos de passivos financeiros												
Reembolsos de passivos financeiros												
Outras despesas de capital												
Outras despesas de capital												
Total :	38.882,79	31.114,65		7.768,14						38.882,79		38.882,79



Câmara Municipal da Ribeira Brava



Compromissos Plurianuais



Câmara Municipal da Ribeira Brava

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

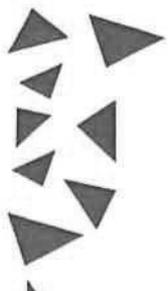
O Serviço Financeiro declara para efeitos do cumprimento da Lei n.º22/2015, de 17 de março – Quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas – que todos os compromissos plurianuais reportados a 31-12-2024, conhecidos da entidade, se encontram registados no sistema contabilístico em cumprimento das regras definidas e previstas no POCAL correspondendo aos montantes indicados no quadro seguinte:

<i>Anos</i>	<i>Montante em Euros</i>
2025	2.626.848,94
2026	800.233,16
2027	647.136,96
2028 e Anos Seguintes	7.499.891,40
Total	11.574.110,46

Paços do Concelho da Ribeira Brava, 02 de janeiro de 2025.

O Técnico Superior da Unidade de Gestão Financeira e Administração Geral,

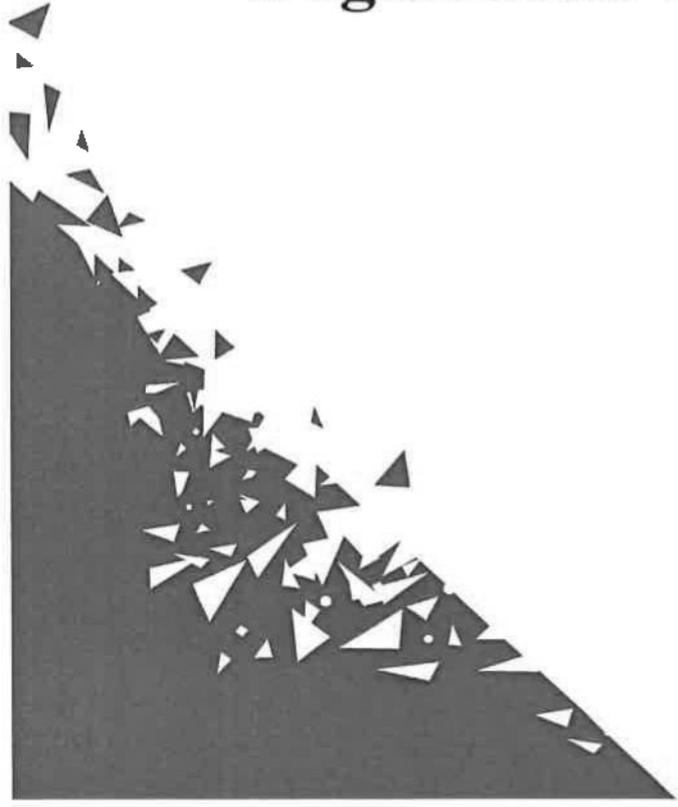
(André Gonçalves)



Câmara Municipal da Ribeira Brava



Pagamentos em Atraso





Câmara Municipal da Ribeira Brava

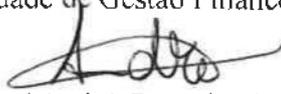
DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES ATÉ 31-12-2024

O Serviço Financeiro declara para efeitos do cumprimento da Lei n.º22/2015, de 17 de março – Quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas - que a declaração de pagamentos em atraso a 31-12-2024, a que alude o artigo 15º da Lei acima mencionada, dada a sua execução íntegra a prestação de contas o quadro seguinte:

NIF	NOME	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	MONTANTE
		TOTAL	0,00€

Paços do Concelho da Ribeira Brava, 02 de janeiro de 2025.

O Técnico Superior da Unidade de Gestão Financeira e Administração Geral,

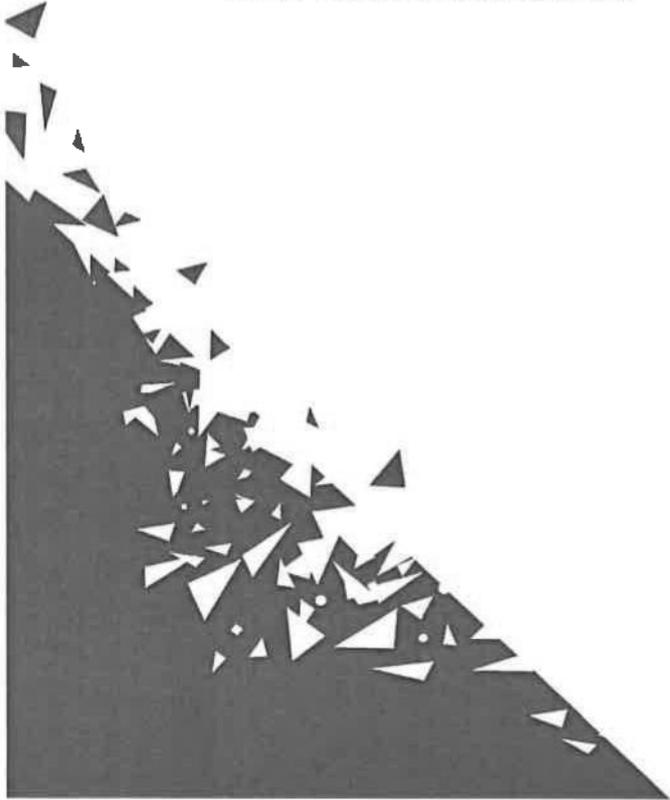

(André Gonçalves)



Câmara Municipal da Ribeira Brava



Recebimentos em Atraso



IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO			Estado do Documento	DATAS		CLIENTE / DEVEDOR		Valor (€)	Número Regs.	Económica / Natureza	
Ano	Tipo	Número		Emissão	Vencimento	NIF	Nome				
			C CONFERIDA			IND_AGR	MERCADOS E FEIRAS	162,00	1	04012301	MERCADOS E FEIRAS
			C CONFERIDA			IND_AGR	LOTEAMENTO E OBRAS	4.302,48	6	04012302	LOTEAMENTO E OBRAS
			C CONFERIDA			IND_AGR	OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA	144,00	1	04012303	OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA
			C CONFERIDA			IND_AGR	Outras	1.559,23	12	0401239999	Outras
			C CONFERIDA			IND_AGR	Multas E Penalidades Diversas	15.981,57	40	040299	Multas E Penalidades Diversas
			C CONFERIDA			IND_AGR	Cemitérios	991,53	4	07020905	Cemitérios
			C CONFERIDA			IND_AGR	PARQUE DE ESTACIONAMENTO	2.485,75	22	0702090701	PARQUE DE ESTACIONAMENTO
			C CONFERIDA			IND_AGR	PARQUIMETROS	2.304,17	27	0702090702	PARQUIMETROS
			C CONFERIDA			IND_AGR	Edifícios (Rendas)	45.242,57	29	070302	Edifícios (Rendas)
			C CONFERIDA			IND_AGR	DEVEDORES E CREDITORES DE OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENT	8,77	1	170203	DEVEDORES E CREDITORES DE OPERAÇ
TOTAL ACUMULADO :								73.182,07	143		



Câmara Municipal da Ribeira Brava



**Anexo às Demonstrações
Financeiras**



INTRODUÇÃO

As notas explicativas têm por objetivo esclarecer os princípios e regras em que se baseiam os registos Contabilísticos refletidos nas demonstrações financeiras. Deve ser entendido como um complemento aos mapas das demonstrações financeiras que apresenta a situação económico-financeira do Município da Ribeira Brava a 31 de dezembro de 2024.

A contabilidade patrimonial para as autarquias Locais é baseada na estrutura concetual da informação financeira pública aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, regida pelas Normas de Contabilidade Pública NCP 1 a 25, permitindo apresentação verdadeira e adequada da posição financeira, suas mudanças, resultados e fluxos de caixa e métricas de acesso recursos económicos e financeiros das entidades públicas. A Arquitetura Conceitual do Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas SNC-AP define o desenvolver padrões de contabilidade pública (NCP) para preparação e apresentação das Demonstrações financeiras e outros relatórios financeiros de entidades públicas. A NCP 1 — Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras destina-se a servir de base para a apresentação das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas). Os principais componentes são o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações do património líquido e o anexo. Neste documento serão apresentadas as regras relativas à aplicação das NCP e o efeito das respetivas na demonstração financeira.

Na área da fiscalização, reconhecimento contabilístico e controlo da aplicação das normas contabilísticas, deve-se desenvolver as ações necessárias à efetiva e correta aplicação das normas contabilísticas pela entidade, ou seja, no caso do Município da Ribeira Brava aplica-se as NCP. Estas normas visam a normalização entre contabilidades e os seus relatos financeiros, modernizando a comparabilidade e transparência financeira que no atual contexto de mudança, e o reflexo da globalização da economia, impõe-se como desafio para o Município a procura de maior economia, eficácia e eficiência necessária na realização dos objetivos e aproveitamento na utilização de recursos escassos, o que exige aos órgãos um conhecimento crescente no desempenho das suas atividades e maior controlo. O anexo às demonstrações financeiras foi preparado com base nas características qualitativas previstas na estrutura concetual das demonstrações financeiras.

Anexo às Demonstrações Financeiras



Balanço CMRB – 31/12/2024

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	91 541 316,93	93 667 434,59
Ativos intangíveis	3	30 511,50	9 546,83
Investimentos Participações financeiras	14	327 916,50	327 916,50
		91 899 744,93	94 004 897,92
Ativo corrente			
Inventários	10	24 242,15	18 260,20
Clientes, contribuintes e utentes	18	15 305,57	10 537,83
Outras contas a receber	18	868 510,26	1 140 280,41
Diferimentos	18	8 767,33	3 618,18
Caixa e depósitos	1.3	2 511 905,79	1 325 269,21
		3 428 731,10	2 497 965,83
Total do ativo		95 328 476,03	96 502 863,75
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	30	90 475 866,55	90 475 866,55
Reservas	30	263 812,08	263 812,08
Resultados transitados	30	(22 585 603,70)	(22 078 381,35)
Outras variações no património líquido	30	20 406 030,78	19 003 989,34
Resultado líquido do período		75 528,04	(542 438,06)
Total do Património Líquido		88 635 633,75	87 122 848,56
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	78 124,18	78 124,18
Financiamentos obtidos	7	4 660 025,56	5 041 839,50
Diferimentos	30	764 968,75	2 971 029,43
Outras contas a pagar	18	64 759,73	159 983,60
		5 567 878,22	8 250 976,71
Passivo corrente			
Fornecedores	18	7 992,31	
Estado e outros entes públicos	30	23 792,41	45 964,39
Financiamentos obtidos	7	378 779,60	186 868,16
Fornecedores de investimentos	16		50 738,73
Outras contas a pagar	16	662 385,11	793 452,57
Diferimentos	30	52 014,63	52 014,63
		1 124 964,06	1 129 038,48
Total do Passivo		6 692 842,28	9 380 015,19
Total do Património Líquido e Passivo		95 328 476,03	96 502 863,75

Anexo às Demonstrações Financeiras



Demonstração de Resultados CMRB – 31/12/2024

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2024	2023
Impostos, contribuições e taxas	14	+	3 151 237,59	2 991 972,84
Prestações de serviços e concessões	13	+	566 426,06	496 792,95
Transferências e subsídios correntes obtidos	13	+	7 020 624,85	6 034 164,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	30	-	-21 799,41	-19 992,81
Fornecimentos e serviços externos	30	-	-3 367 842,09	-2 899 528,85
Gastos com pessoal	30	-	-2 992 346,42	-2 763 171,31
Transferências e subsídios concedidos	30	=	-1 623 582,99	-1 371 354,27
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	10	+/-	5 881,38	-23 380,12
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	+/-		-68 180,90
Provisões (aumentos/reduções)	15	+/-		-78 124,18
Outros rendimentos e ganhos	30	+	2 824 565,56	2 704 957,25
Outros gastos e perdas	30	-	-33 192,48	-264 650,46
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			5 529 972,05	4 739 505,02
Gastos/reversões de depreciação e amortização	30	+/-	(5 331 081,10)	(5 161 161,94)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			198 890,95	(421 656,92)
Juros e rendimentos similares obtidos		+	41 393,06	3 256,32
Juros e gastos similares suportados	30	-	(164 755,97)	(124 037,46)
Resultado antes de impostos			75 528,04	(542 438,06)
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período			75 528,04	-542 438,06

Demonstração das Alteração do Património Líquido em 31/12/2024

DESCRIÇÃO		Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	90 475 866,55		263 812,08	- 22 078 381,35			19 003 989,34	- 542 438,06	87 122 848,56		87 122 848,56
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	(2)							2 156 757,80		2 156 757,80		2 156 757,80
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	1.3									-		-
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização												
Excedentes de revalorizações e respetivas variações												
Transferências e subsídios de capital												
Correção de erros materiais								2 156 757,80		2 156 757,80		2 156 757,80
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)								75 528,04	75 528,04		75 528,04
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)								75 528,04	2 232 285,84		2 232 285,84
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)											
Realizações de capital/património					507 222,35			754 716,36	542 438,06	719 500,65		719 500,65
Entradas para coberturas de perdas												
Outras operações					507 222,35			754 716,36	542 438,06	719 500,65		719 500,65
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5)	90 475 866,55	-	263 812,08	- 22 585 603,70			20 406 030,78	75 528,04	88 635 633,75		88 635 633,75

Anexo às Demonstrações Financeiras



Demonstração de Fluxos de Caixa – 31/12/2024

RUBRICAS	NOTAS	Períodos		
		31/12/2024	31/12/2023	
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes	+	547 562,26	468 833,93	
Recebimento de contribuintes	+	2 874 571,48	2 628 997,40	
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7 020 624,85	6 038 041,11	
Recebimento de utentes	+	303 696,53	372 269,41	
Pagamentos a fornecedores	-	(3 298 757,28)	(2 840 750,42)	
Pagamentos ao pessoal	-	(2 894 394,30)	(2 705 041,83)	
Pagamentos de transferências e subsídios	-	(1 492 973,35)	(1 307 771,92)	
Caixa gerada pelas operações	+/-	3 060 330,19	2 654 577,68	
Outros recebimentos	+		6 423,76	
Outros pagamentos	-	(127 578,35)		
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(a)	+/-	2 932 751,84	2 661 001,44
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	-	(3 355 311,08)	(7 625 197,96)	
Activos intangíveis	-	(34 938,10)	(4 116,88)	
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	+	32 500,00		
Transferências de capital	+	2 006 034,92	2 967 796,20	
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(b)	+/-	(1 351 714,26)	(4 661 518,64)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	+	427 706,08	2 977 863,43	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	+			
Cobertura de prejuízos	+			
Doações	+			
Outras operações de financiamento	+	41 393,06		
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-	(617 608,58)	(186 868,56)	
Juros e gastos similares	-	(245 891,56)	(124 037,46)	
Dividendos	-			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	-			
Outras operações de financiamento	-			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(c)		(394 401,00)	2 666 957,41
Variação de caixa e seus equivalentes	(a)+(b)+(c)		1 186 636,58	666 440,21
Efeito das diferenças de câmbio	+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-		1 325 269,21	658 829,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-		2 511 905,79	1 325 269,21
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.3	1 325 269,21	658 829,00
- Equivalentes a caixa no início do período		1.3	1 325 269,21	658 829,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				
-Variações cambiais de caixa no início do período				
= Saldo da gerência anterior			1 325 269,21	658 829,00
De execução orçamental			1 252 881,69	658 376,06
De operações de tesouraria			72 387,52	452,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.3	2 511 905,79	1 325 269,21
- Equivalentes a caixa no fim do período		1.3		
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				
- Variações cambiais de caixa no fim do período				
= Saldo da gerência seguinte			2 511 905,79	1 325 269,21
De execução orçamental			2 499 825,80	1 252 881,69
De operações de tesouraria			12 079,99	72 387,52



NOTA 1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

- **Designação:** Município da Ribeira Brava
- **NIPC:** 511 236 417
- **Natureza/CAE:** Pessoa Coletiva de Direito Público
- **Endereço postal:** Rua do Visconde n.º 56, 9350-213 Ribeira Brava
- **Telefone/Fax:** 291 952 548
- **Endereço de correio eletrónico:** geral@cm-ribeirabrava.pt
- **Sítio da internet:** <http://www.cm-ribeirabrava.pt/cmrb1/>
- **Entidade com serviços de fiscalização:** Auditor externo nos termos do art.º 76 da Lei 73/2013, de 3 de setembro.
- **Período de relato:** 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

- **Organograma**





Estrutura Orgânica segundo despacho n.º 2651/2023, de 8 de fevereiro
<ul style="list-style-type: none"> • Unidade sem tipologia definida
<ol style="list-style-type: none"> 1. Gabinete de Apoio à Presidência 2. Serviço Municipal de Proteção Civil 3. Serviço Veterinário 4. Gabinete Jurídico, Contencioso, Contraordenação e Execuções Fiscais
<ul style="list-style-type: none"> • Subunidades Orgânicas do Município
<ol style="list-style-type: none"> 1. Unidade de Gestão Financeira e Administração Local <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Subunidade de Recursos Humanos 2. Divisão de Obras Particulares de Controlo <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Subunidade de Apoio às Obras Particulares 3. Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Subunidade Social, Educação, Cultura, Desporto e Juventude

- **Descrição sumariada das atividades**

1. Prestar serviços públicos de qualidade ao conselho da Ribera Brava, cidadãos e interessados, garantindo:
 - Responder de forma eficaz e eficiente aos seus requisitos e expectativas para garantir que as suas necessidades sejam atendidas.
 - Cumprir as leis e regulamentos que se aplicam às atividades realizadas pelo conselho.
 - Acompanhar e desenvolver o desempenho do Município em diversas atividades.
 - Melhorar continuamente do sistema de gestão estratégica e focar na modernização de processos.
 - Investir no desenvolvimento de práticas de gestão de recursos humanos visando o alinhamento das atividades dos seus colaboradores com a continuidade dos objetivos estratégicos do Município.
 - Incentivar os funcionários a participar ativamente do trabalho em equipa dinâmico que inspira um senso de propósito, criatividade e inovação.
 - Normas simplificadas de segurança e saúde ocupacional.



- **Identificação dos membros do Órgão Executivo**

Cargo	Nome	Regime de permanência	Pelouros /sem pelouros	Descrição dos Pelouros	Período de responsabilidade 2024	Partido/ Coligação / Independente
Presidente	Ricardo António Nascimento	Em Permanência	Com Pelouros	(1)	2024/01/01-2024/04/15; e 2024/05/27-2024/12/31	Independente-RB1
Presidente	Jorge Manuel Faria dos Santos	Em Permanência	Com Pelouro	(2)	2024-04-16-2024-05-26	Independente-RB1
Vice-Presidente	Jorge Manuel Faria dos Santos	Em Permanência	Com Pelouros	(2)	2024/01/01-2024/04/15; e 2024/05/27-2024/12/31	Independente-RB1
Vereador	Rafael João Figueira de Sousa	Em Permanência	Com Pelouros	(3)	2024/01/01-2024/12/31	Independente-RB1
Vereador	José Paulo Santos Andrade	Em Permanência	Com Pelouros	(4)	2024/01/01-2024/12/31	Independente-RB1
Vereadora	Sandra José Vila Nova	Sem Permanência	Sem Pelouros	-	2024/01/01-2024/12/31	Independente-RB1
Vereadora	Flor Angélica Abreu Silva	Sem Permanência	Sem Pelouros	-	2024/01/01-2024/12/31	Independente-RB1
Vereador	Sérgio Miguel Ramos da Silva	Sem Permanência	Sem Pelouros	-	2024/01/01-2024/12/31	PS
Vereador	Hélder Manuel Gouveia Gomes	Sem Permanência	Sem Pelouros	-	2024/04/16-2024/05/26	Independente-RB1



(1) Gestão Financeira; Contratação Pública; Desenvolvimento económico e Turismo; Internacionalização e comunidades; Ordenamento do território; Reabilitação urbana e eficiência energética; Coordenação política; Coordenação com as Juntas de freguesia; Cooperação externa e comunicação; Aprovisionamento e património municipal.

(2) Ação Social; Saúde; Habilitação Social; Obras Particulares; Cultura e Artesanato; Natalidade e Infância; Comércio, mercados e feiras.

(3) Transportes; Trânsito e prevenção rodoviária; Educação e juventude; Desporto; Associativismo; Cemitérios; Bem-estar animal.

(4) Obras públicas; Manutenção, limpeza e conservação do espaço público; Proteção Civil; Agricultura; Ambiente, praias e espaços verdes; Recursos Humanos.

• **Participações detidas**

Entidades participadas	Tipo	% de participação	Influência dominante (sim/não)
ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.	Empresas Participadas	0,31%	Não
FAM – Fundo de Apoio Municipal	Empresas Participadas	0,06%	Não

• **Número de Vereadores**

Regime	Número de vereadores
Em regime de permanência	3
A meio tempo	0
Restantes vereadores	3
Total	6

• **Número de eleitores**

Mais de 10.000 e menos de 40.000 (cerca de 14.132 eleitores)



- **Organização contabilística**

No nosso sistema de informática existe um servidor de base de Dados “M-Service”, onde residem os dados operacionais da aplicação Medidata que compõe vários módulos: SNC-AP, Armazém/Aprovisionamento, Obras públicas, Licenciamento, Património, Gestão de Pessoal, e de Atendimento. Além do programa Medidata, também possuímos um programa de gestão da Parques de Estacionamento (iParque), um programa de faturação (iGest), um brocker de faturação eletrónica (iLink), um programa de gestão documental (iDOK), uma plataforma de gestão do ajuste direto simplificado (SIA online), uma plataforma de gestão de procedimentos online (Acin-Gov), uma plataforma de gestão da taxa municipal turística (iTaxas), entre outros.

Os softwares cumprem o disposto no Decreto Lei 54^a/99, designadamente quanto à integração consistente da contabilidade orçamental e patrimonial; permitindo o controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos; o cumprimento integrado, a nível dos documentos previsionais, dos princípios orçamentais e a disponibilização de informação sobre a situação patrimonial da autarquia local. Faculta ainda, através de um sistema de permissões, acessos diferenciados dos diversos utilizadores aos diferentes módulos, consoante os níveis de responsabilidades que lhes forem atribuídos. Este software cumpre também os requisitos necessários à aplicação prática da Lei dos Compromissos, e disponibiliza todas as funcionalidades no que concerne à prestação oficial de contas aos diversos organismos estatais que se exigem, nomeadamente: Tribunal de Contas, AT, DGAL e DGO, e DREM.

A autarquia dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente rotinas de análise e controlo, em conformidade com o previsto na sua Norma de Controlo Interno.

Para efeitos de reporte de Órgãos, são preparados resumos de informação financeira com carácter semestral, relativos aos indicadores financeiros considerados relevantes.



- Aprovação de documentos importantes**

APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações	25/07/2013, Alteração NCI- 30 de abril 2020	Alteração NCI-26 de junho 2020
Regulamentos	https://cm-ribeirabrava.pt/portugues-regulamentos/	
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	12/12/2023	16/12/2023

- Inscrição do Saldo da Gerência Anterior**

INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR (2023)	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Revisão Orçamental	22/04/2024	29/04/2024
Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)	N.A.	N.A.

- Descentralização**

	Sim/ Não
(Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	Não
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais	N.A.
- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	Não
- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	N.A.



- **Trabalhadores**

O número total de funcionários da autarquia a 31 de dezembro de 2024 era de 129.

- **Prazo médio de pagamento**

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
	5	1

$$P.M.P = \frac{\text{Dívidas a fornecedores (sem IVA)}}{\text{COMPRAS DO ANO}} \times 365$$

Após o apuramento do prazo médio de pagamento a fornecedores, iniciamos o ano de 2024 com uma média de 5 dias, no entanto, no fim do exercício contabilístico, a CMRB chega a uma média de 1 dia, tendo uma dívida insignificante a fornecedores. Isso foi possível apurar graças à razão entre as dívidas a fornecedores deduzidas do IVA e as compras efetuadas no exercício, multiplicadas por 365 dias.

- **Concessão de serviços públicos/obras públicas**

As concessões de serviços públicos ou obras públicas para a autarquia são acordos formais para a realização de trabalhos de construção, manutenção, equipamento e/ou exploração de serviços públicos, tais como saneamento, transportes, infraestruturas sociais e outras obras públicas. Estes contratos com a autarquia oferecem às empresas privadas a possibilidade de realizar projetos de investimento e obras públicas que contribuem para o desenvolvimento económico e social da região, assim como a criação de emprego e o aumento da produtividade.

Para o ano de relato a Câmara Municipal da Ribeira Brava apresentava o seguinte contrato de concessão de serviços públicos:



Designação do concessionário	NIPC do concessionário	Objeto da concessão	Data de celebração do contrato	Período da concessão	Natureza da concessão
ARM- Águas e Residuais da Madeira S.A.	509574513	Concessão do Sistema de Abastecimento de Água e Saneamento Básico e recolha de Resíduos Sólidos	01/03/2011, formalizado à 22/02/2011. Adenda a 30/12/2014	30 anos	Concessão de serviços Públicos

- **Mecanismos de recuperação financeira e outros programas de regularização de dívidas a fornecedores**

À data a autarquia não tem em vigor qualquer mecanismo de recuperação financeira, nem outros programas de regularização de dívidas a fornecedores

- **Responsáveis pelas demonstrações**

Cargo/órgão	Cargo	Nome
Elaboração	Presidente da Câmara com pelouro Financeiro	Dr. Ricardo António Nascimento
Apresentação e Divulgação	Presidente da Câmara com pelouro Financeiro	Dr. Ricardo António Nascimento
Aprovação dos Documentos Financeiros	Órgão Executivo (Câmara)	Membros do Órgão Executivo
Aprovação Dos documentos Orçamentais	Órgão deliberativo (Assembleia)	Membros do Órgão Deliberativo



1.2 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez no exercício de 2020. Esta medida tem por objetivo melhorar a qualidade da informação financeira, promover a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, garantir a confiança nos relatórios financeiros da administração pública e aumentar a eficiência na utilização dos recursos públicos. Ao definir um conjunto de normas e princípios contabilístico, bem como os critérios para a elaboração de relatórios de auditoria, a administração pública terá um quadro de referência para a preparação das demonstrações financeiras, o que contribuirá para responsabilizar as decisões tomadas e para uma utilização adequada dos recursos públicos. Assim sendo, este decreto reforça significativamente a eficiência e a transparência da administração pública.

De acordo com o referencial contabilístico, divulga-se informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos (saldos de caixa e equivalente).

1.3 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Conta	31/dez/24	31/dez/23
Caixa	3 319,01	1 564,75
Depósitos bancários à ordem	2 508 586,78	1 323 704,46
Depósitos de garantia e cações	0,00	0,00
Total de caixa e depósitos	2 511 905,79	1 325 269,21



Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31/dez/24	31/dez/23
- Execução orçamental	2 499 825,80	1 252 881,69
- Operações de tesouraria	12 079,99	72 387,52
Saldo da gerência	2 511 905,79	1 325 269,21

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Em 2024 as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, 11 setembro, respeitando a NCP 2 que estabelece os critérios de seleção e alteração das políticas contabilísticas, bem como o tratamento contabilístico e divulgação certificando a relevância e confiabilidade das demonstrações financeiras.

Se houver atividades que SNC-AP não considera a contabilização de uma determinada transação ou evento, serão considerados os referenciais contabilísticos na seguinte ordem para auxiliar a aplicação:

- a) Normas Internacionais de Contabilidade Pública vigentes;
- b) O Sistema Normalização Contabilístico;
- c) Normas internacionais de contabilidade adotadas pela União Europeia;
- d) Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board. Compete à Comissão de Normalização Contabilística explicar e responder SNC-AP que podem ser colocados por entidades públicas.

Em termos de comparabilidade a CMRB utilizou o referencial do SNC-AP desde 2020, não havendo atividades de supressão as NCP.



2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

➤ **Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

À data o Município da Ribeira Brava tem implementado todas as Normas de Contabilidade Públicas que lhe são aplicáveis nas demonstrações financeiras.

➤ **Informação Comparativa**

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A comparabilidade é uma qualidade de informação relação entre as posições financeiras entre períodos homólogos, respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente temporalmente.

➤ **Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto nos casos que ocorram alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

➤ **Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.



➤ **Compensação**

Devido a importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

➤ **Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município da Ribeira Brava, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

➤ **Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

➤ **Moeda de apresentação e notas não relevantes**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município da Ribeira Brava ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as regras estabelecidas no



Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções.

Os terrenos atendendo à sua natureza, não são depreciables.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil dos mesmos.

O valor residual considerado é nulo, pelo que o valor depreciable, sobre o qual incidem as amortizações, corresponde ao respetivo custo de aquisição. O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados, na rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização. Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

De acordo com o estabelecido no manual de implementação do SNC-AP, o justo valor dos imóveis do domínio privado é o seu Valor Patrimonial Tributário.

Os bens recebidos no âmbito de operações urbanísticas, quando identificado o seu justo valor, é considerado esse montante na definição da mensuração inicial, sendo rendimento imputado ao exercício económico em que o bem é recebido.

Incluem-se em Ativos Fixos tangíveis, os bens titulados pelo Município da Ribeira Brava, mas cedidos a terceiros em comodato ou direito de superfície, dado que a autarquia mantém o controlo quanto ao seu uso.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados desde que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.



O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

b) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

c) Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos, são registados na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os ativos intangíveis com vida útil finita, são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano, e os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis, é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.



d) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento, são bens com duração superior a um ano, que se destinam a obter rendas e/ou valorização do capital investido.

Considera-se apenas que um ativo é propriedade de investimento, caso gerar fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos pela autarquia.

Os imóveis detidos para arrendamento social, estão reconhecidos como ativos fixos tangíveis, por terem uma função social.

O critério de mensuração inicial e subsequente é idêntico ao dos ativos fixos tangíveis.

e) Investimentos Financeiros

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

f) Diferimentos

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.



g) Clientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecimentos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.

Tem especial relevo na rubrica de outras contas a receber o acréscimo de rendimentos relacionado com a especialização do Imposto Municipal s/Imóveis cuja liquidação ocorre no exercício económico seguinte, mas referente ao imposto do ano corrente.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há expectativa objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

h) Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se evidenciados em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e bens para venda no ciclo normal da atividade.

Anualmente são apuradas imparidades para bens cujo valor realizável é inferior ao custo, ou quando o bem não se encontra nas condições esperadas para a sua utilização na prestação de serviços.

i) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.



A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.

Os contratos de locação financeira são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.
- A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância e não da forma do contrato.
- Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no Balanço o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.
- Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas, e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo, são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.

Os juros de empréstimos destinados ao financiamento de empreitadas são considerados como custo do ativo fixo tangível enquanto decorre a obra, enquanto a mesma decorre no período normal calendarizado.

j) Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando a autarquia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados inicialmente pelo justo valor e subsequentemente pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

K) Provisões

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente: Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado; é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação; pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.



Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município da Ribeira Brava racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se tornar provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a autarquia.

l) Outras variações de capitais próprios

Inclui-se nesta rubrica essencialmente o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (apenas após 2020), referentes a investimento já concluído e que são reconhecidos em resultados enquanto se deprecia o bem para o qual se destinou o apoio.

m) Rendimentos com contraprestação

As prestações de serviços são reconhecidas quando:



- i) A quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;
- ii) É provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade;
- iii) A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade;
- iv) Os custos suportados e os custos para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os juros são reconhecidos como rendimento na demonstração de resultados através do método do juro efetivo. Nos dividendos o rendimento é reconhecido quando se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo, tendo em consideração o critério de valorização utilizado na contabilização participação financeira.

As vendas são reconhecidas quando: A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens; e a entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos.

n) Rendimentos sem contraprestação

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

O rendimento das transações sem contraprestação, nomeadamente das taxas, multas, transferências e subsídios correntes obtidos, são reconhecidos no momento em que o acontecimento ocorre, seja ele tributável ou de outra natureza, e mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.

Os ativos adquiridos através de transações sem contraprestação são, por sua vez, mensurados inicialmente, pelo justo valor à data de aquisição. Os passivos associados a qualquer uma responsabilidade relativa a uma entrada de recursos, são mensurados inicialmente através a melhor estimativa da quantia exigida para liquidar a obrigação na data de relato.

o) Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.



De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na sub-rubrica de Remunerações a Liquidar.

p) Juros e gastos similares

Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados do período a que respeitam, e incluem os juros suportados com esses financiamentos, exceto quando o financiamento se destine a obras ainda em curso.

q) Subsídios e transferências obtidas

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebido e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica outras variações no património líquido, são transferidos numa base sistemática para resultados, à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

NOTA 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações. A NCP 3 exige que uma entidade reconheça um ativo intangível se, e somente se, certos critérios forem atendidos. A Norma também especifica como mensurar o valor contabilístico de ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas informáticos diferenciados do computador.



NOTA 4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Atualmente a autarquia tem em vigor a seguinte concessão:

- Concessão de exploração e gestão dos sistemas (distribuição de água e saneamento básico; recolha de resíduos), em regime de serviços público e em exclusividade por um período de 30 anos, à empresa ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

CONCESSIONÁRIAS	OBJECTO DA CONCESSÃO	DURAÇÃO	
		INÍCIO	FIM
ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.	Exploração e gestão do sistema multimunicipal de distribuição de água e saneamento básico em baixa da RAM, e a exploração e gestão do sistema multimunicipal de recolha de resíduos da RAM	01/03/2011	28/02/2041

O reconhecimento dos ativos de concessão encontra-se desagregado da seguinte forma:

Valor do Contrato	Acumulado à data	A reconhecer até 12 meses	A reconhecer a mais de 12 meses
		(Corrente)	(Não Corrente)
1.521.484,80€	705.799,89€	50.716,16€	764.968,75€

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis da autarquia são variados, incluem, entre outros, edifícios municipais do domínio privado e equipamento mobiliário, mas a sua principal componente é relativa às infraestruturas (rede de estradas, equipamentos urbanos) e outros bens de domínio público.

Tem sido concedido os serviços relativos à exploração e gestão dos sistemas (distribuição de água e saneamento básico; recolha de resíduos – nota 4), as respetivas infraestruturas são reconhecidas segundo o mencionado na presente norma.

Os terrenos onde se encontram implementados os equipamentos estão autonomizados nas respetivas rúbricas.

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.



Anexo às Demonstrações Financeiras

O gasto de depreciações dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações. No quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas em ativos fixos tangíveis:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferencias Internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por Imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	44 284 413,75	19 170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44 303 583,75
Edifícios e outras construções	9 982 062,90	201 188,17	6 158 947,73	0,00	0,00	-1 073 875,48	0,00	14 668 323,32
Infraestruturas	23 721 160,44	99 478,10	916 867,79	0,00	0,00	-3 729 406,07	0,00	21 008 100,26
Património histórico, artístico e cultural	6 682,10	650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 332,10
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	77 394 319,19	320 436,27	7 075 815,52	0,00	0,00	-4 803 281,55	0,00	79 987 289,43
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	6 723 459,19	162 916,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-29 500,00	6 856 875,69
Edifícios e outras construções	2 866 567,59	153 997,14	0,00	0,00	0,00	-192 090,04	0,00	2 828 474,69
Equipamento básico	96 363,31	253 351,47	0,00	0,00	0,00	-62 938,82	0,00	286 795,96
Equipamento de transporte	156 537,88	176 063,39	0,00	0,00	0,00	-88 213,21	0,00	244 388,06
Equipamento administrativo	90 631,56	28 741,87	0,00	0,00	0,00	-40 088,88	-174,99	79 109,51
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	192 217,74	133 361,37	258 748,78	0,00	0,00	-130 847,02	0,00	453 480,87
Ativos fixos tangíveis em curso	6 147 338,13	2 146 126,03	-7 488 561,44	0,00	0,00	0,00	0,00	804 902,72
	16 273 115,40	2 900 560,58	-7 075 815,52	0,00	0,00	-514 157,97	-29 674,99	11 554 027,50
TOTAL	93 667 434,59	3 220 996,85	0,00	0,00	0,00	-5 317 439,52	-29 674,99	91 541 316,93

Podemos ainda observar a variação de amortizações e perdas por imparidade dos Ativos Fixos Tangíveis no quadro seguinte:

Rubricas	Início do Período			Fim do Período				
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	44 284 413,75	0,00	0,00	44 284 413,75	44 303 583,75	0,00	0,00	44 303 583,75
Edifícios e outras construções	16 515 209,33	7 133 146,43	0,00	9 382 062,90	22 875 345,23	8 207 021,91	0,00	14 668 323,32
Infraestruturas	143 264 910,10	119 543 749,66	0,00	23 721 160,44	144 281 255,99	123 773 155,73	0,00	21 008 100,26
Património histórico, artístico e cultural	53 100,37	46 418,27	0,00	6 682,10	53 750,17	46 418,27	0,00	7 332,10
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	204 117 633,55	126 723 314,36	0,00	77 394 319,19	211 513 885,34	131 526 595,91	0,00	79 987 289,43
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	6 723 459,19	0,00	0,00	6 723 459,19	6 856 875,69	0,00	0,00	6 856 875,69
Edifícios e outras construções	7 092 136,90	4 275 569,31	0,00	2 866 567,59	7 246 134,04	4 417 659,35	0,00	2 828 474,69
Equipamento básico	763 073,93	666 710,62	0,00	96 363,31	2 016 475,40	729 629,44	0,00	286 795,96
Equipamento de transporte	1 721 746,18	1 565 208,20	0,00	156 537,88	1 897 809,57	1 653 421,51	0,00	244 388,06
Equipamento administrativo	691 497,41	600 865,85	0,00	90 631,56	703 705,02	630 595,51	0,00	79 109,51
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	750 654,70	558 475,96	0,00	192 217,74	1 142 763,85	689 282,98	0,00	453 480,87
Ativos fixos tangíveis em curso	6 147 338,13	0,00	0,00	6 147 338,13	804 902,72	0,00	0,00	804 902,72
	23 889 905,44	7 616 790,04	0,00	16 273 115,40	19 674 616,29	8 120 588,79	0,00	11 554 027,50
TOTAL	228 007 538,99	134 340 104,40	0,00	93 667 434,59	231 188 501,63	139 647 184,70	0,00	91 541 316,93

Anexo às Demonstrações Financeiras



As diminuições e aumentos no ativo bruto são expostas nos seguintes mapas:

Rubricas	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	-29 500,00	-29 500,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 74,99	-174,99
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	-29 674,99	-29 674,99
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-29 674,99	-29 674,99

Rubricas	Adições										
	Internas	Cumpra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	14 500,00	0,00	0,00	4 620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 120,00
Edifícios e outras construções	0,00	128 012,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73 176,02	201 188,17
Infraestruturas	0,00	84 368,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 109,50	99 478,10
Património histórico, artístico e cultural	0,00	650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	227 530,75	0,00	0,00	4 620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88 285,52	320 436,27
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	162 916,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162 916,50
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	253 351,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	253 351,47
Equipamento de transporte	0,00	176 063,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176 063,39
Equipamento administrativo	0,00	28 741,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 741,82
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	133 361,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133 361,37
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	2 146 126,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 146 126,03
	0,00	2 737 644,08	0,00	0,00	162 916,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 900 560,58
TOTAL	0,00	2 965 174,83	0,00	0,00	167 536,50	0,00	0,00	0,00	0,00	88 285,52	3 220 996,85

NOTA 6. LOCAÇÕES

A NCP 6 é aplicável a contratos que transferem o direito de uso de ativos. Entidades do setor público podem celebrar contratos complexos para a prestação de serviços, que podem incluir arrendamentos de ativos. Esses contratos podem consistir apenas em um acordo para alugar um ativo ou pode ser um elemento de um conjunto mais amplo de acordos para construção,

Anexo às Demonstrações Financeiras



manutenção, operação e/ou transferência de ativos. Entidades públicas geralmente celebram tais acordos, particularmente em relação a ativos físicos e infraestrutura de longa duração. Esta Norma não se aplica a acordos que não envolvem a transferência do direito de uso de ativos de um contratante para outro. No seguinte quadro, pode-se observar os contratos de locação operacionais do Município da Ribeira Brava.

Bens Locados	Valor do Contrato	Futuros Pagamentos mínimos do Locatário		
		Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Total
Equipamento informático (aluguer operacional de 11 equipamentos multifuncionais)	27.000,00	7.800,00	19.200,00	27.000,00
Equipamento de transporte (Locação de duas viaturas em regime operacional)	16.727,35	16.727,35	0,00	16.727,35
Total	43.727,35	24.527,35	19.200,00	43.727,35

NOTA 7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Identificação do Empréstimo			Corrente			Não corrente - Capital a vencer após N+1	Total em dívida no ano N
Nome da Instituição	Nº do contrato	Finalidade do Empréstimo	Capital contratado	Capital Utilizado	Capital a vencer em N+1		
Banco BPI	10	Investimento (financiamento projetos não participados por fundos comunitários) (n - obras publicas)	1 209 250,00	1 114 679,16	89 574,08	853 615,64	943 189,72
Caixa Central do Crédito Agrícola	8	Outros (n - aquisição do edifício para as instalações dos serviços)	1 500 000,00	1 500 000,00	100 007,16	1 020 779,19	1 120 786,35
Banco BPI	11	Investimento (financiamento projetos participados por fundos comunitários) (N - Regeneração da Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e o Pavilhão Desportivo da Ribeira Brava)	3 405 569,51	3 405 569,51	189 198,36	2 785 630,73	2 974 829,09
Total			6 114 819,51	6 020 248,67	378 779,60	4 660 025,56	5 038 805,16



- Juros do período

Identificação do Empréstimo			Juros e encargos do ano		
Nome da Instituição	Nº do contrato	Finalidade do Empréstimo	Capitalizado no ativo	Valor não capitalizado	Total
Banco BPI	10	Investimento (financiamento projetos não participados por fundos comunitários) (n - obras publicas)	-	54 378,54	54 378,54
Caixa Central do Crédito Agrícola	8	Outros (n - aquisição do edifício para as instalações dos serviços)	-	57 746,46	57 746,46
Banco BPI	11	Investimento (financiamento projetos participados por fundos comunitários) (N - Regeneração da Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e o Pavilhão Desportivo da Ribeira Brava)	97 568,98	52 198,35	149 767,33
Total			97 568,98	164 323,35	261 892,33

- Exigibilidade dos Empréstimos

Identificação do Empréstimo			Capital em dívida			
Nome da Instituição	Nº do contrato	Finalidade do Empréstimo	A vencer até 31/12/2025	A vencer de 01/01/2026 a 31/12/2028	A vencer após 31/12/2028	Total
Banco BPI	10	Investimento (financiamento projetos não participados por fundos comunitários) (n - obras publicas)	89 574,08	257 233,56	596 382,08	943 189,72
Caixa Central do Crédito Agrícola	8	Outros (n - aquisição do edifício para as instalações dos serviços)	100 007,16	303 370,92	717 408,27	1 120 786,35
Banco BPI	11	Investimento (financiamento projetos participados por fundos comunitários) (N - Regeneração da Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e o Pavilhão Desportivo da Ribeira Brava)	189 198,36	567 595,08	2 218 035,65	2 974 829,09
Total			378 779,60	1 128 199,56	3 531 826,00	5 038 805,16

NOTA 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A Câmara Municipal da Ribeira Brava, não detém quais queres propriedades de investimento. Assim sendo esta nota não tem qualquer aplicação prática.

NOTA 9. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

A NCP 9 tem o propósito sobre os procedimentos que uma entidade deve aplicar para determinar se um ativo está com imparidade e para assegurar que perdas por imparidade sejam reconhecidas.

As imparidades apuradas, resultam essencialmente de montantes líquidos a terceiros, onde se espera que existam riscos significativos de cobrabilidade.

Anexo às Demonstrações Financeiras



Ativo	31/12/2024		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	67 721,02	52 415,45	15 305,57
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	41 850,34	17 608,19	24 242,15

NOTA 10. INVENTÁRIOS

A decomposição da rubrica de inventários é a seguinte:

Rubricas	31/12/2024		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	-	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	41 850,34	17 608,19	24 242,15
Produtos acabados e intermédios	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-
TOTAL	41 850,34	17 608,19	24 242,15

No corrente exercício os movimentos do período foram os seguintes:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Out. reduções de Inv.	Out. aumentos de Inv.	
Mercadorias									
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	18 260,20	100,57					5 881,38		24 242,15
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
TOTAL		100,57	0,00	0,00	0,00	0,00	5 881,38	0,00	24 242,15

NOTA 11. AGRICULTURA

A Câmara Municipal de Câmara da Ribeira Brava, não detém quais queres ativos biológicos para venda no seu ativo. Assim sendo esta nota não tem qualquer aplicação prática.

NOTA 12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

A Câmara Municipal de Câmara da Ribeira Brava, não detém quais queres contratos desta génese. Assim sendo esta nota não tem qualquer aplicação prática.



NOTA 13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÃO COM CONTRAPRESTAÇÃO

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos com contraprestação e o seu impacto em resultados e património líquido, bem como os saldos respetivos.

Tipo de transação com contraprestação	31/12/2024		31/12/2023	
	Rendimento do período reconhecido em Resultado		Rendimento do período reconhecido em Resultado	
Prestação de serviços	566 426,06		496 792,95	
Cemitérios	30639,51		26 851,78	
Parques de estacionamento	373847,32		331 302,34	
Rendas	111223,07		87 922,67	
Concessões	50 716,16		50 716,16	
Outros rendimentos	103 625,97		31 462,61	
Outros rendimentos suplementares			560,00	
Ganhos em inventários	13085,55		3 576,07	
Rendimento em investimentos não financeiros	18996,4		12 683,51	
Outros	30150,96		11 386,71	
Juros, dividendos e outros rendimentos	41393,06		3 256,32	
Total	670 052,03		528 255,56	

NOTA 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÃO SEM CONTRAPRESTAÇÃO

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2024		31/12/2023	
	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património líquido	Resultados	Património líquido
Impostos diretos	1 152 512,60		1 201 115,10	
Impostos indiretos	1 646 128,23		1 403 617,54	
Taxas	331 497,90		341 464,75	
Multas e outras penalidades	21 098,86		45 775,45	
Transferências sem condições	7 020 624,85	1 255 068,56	6 033 642,08	837 955,00
Subsídios com condição	2 755 588,00	750 966,36	2 677 273,76	2 709 783,40
Total	12 927 450,44	2 006 034,92	11 702 888,68	3 547 738,40



Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

O quadro seguinte apresenta a lista dos processos judiciais envolvidos com a Câmara Municipal da Ribeira Brava e a opinião do advogado responsável pelo processo judicial em 2024.

	Nº Processo	Para Município representa - Receita ou Despesa	Natureza de Recurso/Despesa	Montante da Petição	Montante da Provisão na opinião do Jurista	Quando é que o montante deverá ser assumido pelo Município (n.º de anos)	Estado do Processo	Opinião do Jurista no Processo	Observações
SÉRVULO ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL	231/19.0BEFUN	Despesa	Ação administrativa	€ 78.124,18 euros, acrescida dos juros vencidos e vincendos	€ 78.124,18 euros, acrescida dos juros vencidos e vincendos	Prejudicado pela resposta anterior	Em curso	Não é possível antecipar o sentido da decisão	Provisão pelo valor do processo
	353/18.0BEFUN	Despesa	Ação administrativa	Não tem valor pecuniário	Não tem valor pecuniário	Prejudicado pela resposta anterior	Em curso	Não é possível antecipar o sentido da decisão	Não existe valor a provisionar
	337/19.0BEFUN	N/A	N/A	Não tem valor pecuniário	Não tem valor pecuniário	Prejudicado pela resposta anterior	Fim do	em 3 de outubro de 2024 foi proferida sentença pelo Tribunal, tendo declarado extinta a instância por desercção	Não existe valor a provisionar
Abecasis, Moura Marques & Associados	297/24.0BEFUN 097/24.0BEFUN-51	Despesa	Ação administrativa	€ 400.000 e € 4.444,837,30	Não mencionado	Não mencionado	Em curso	Não mencionado	Não provisionado porque foi deliberado aumentar o índice de constituição que viabilizara a obra

Em exercícios anteriores foi constituída uma provisão para o processo 231/19.0BEFUN que face à informação constante no quadro anterior se mantém.

Descrição	Valor
Processos judiciais em curso	78 124,18
Total	78 124,18

NOTA 16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Neste exercício a Câmara Municipal da Ribeira Brava, não teve qualquer movimento/procedimento desta natureza. Assim sendo esta nota não tem qualquer aplicação prática.

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



NOTA 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- Clientes e Outras Contas Receber

Clientes	31/12/2024	31/12/2023
Clientes, contribuintes e utentes	67 721,02	62 653,28
Imparidades	- 52 415,45	- 52 415,45
Total	15 305,57	10 237,83

Outras contas a Receber	31/12/2024	31/12/2023
Acréscimos	868 510,26	1 140 280,41
Total	868 510,26	1 140 280,41

- Ativos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2024			31.12.2023		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	Clientes, contribuintes e utentes	67 721,02	- 52 415,45	15 305,57	62 953,28	- 52 415,45	10 537,83
		Outros ativos						
		- Pessoal						
		- Estado e out.ent.públicos						
	Ativos financeiros ao custo	- Dev. por acréscimos	868 510,26		868 510,26	1 140 280,41		1 140 280,41
		- Adiantamentos a fornecedores						
		- Devedores diversos						
		- Outros ativos financeiros						
		- Gastos a reconhecer	6 767,33		6 767,33	3 618,18		3 618,18
		Participações financeiras	327 916,50		327 916,50	327 916,50		327 916,50
	Total	1 272 915,11	- 52 415,45	1 220 499,66	1 634 768,37	- 52 415,45	1 482 362,92	

- Passivos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31/12/2024	31/12/2023
			Quantias escrituradas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores por transferências e subsídios e empréstimos bonificados		
		- Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		
		- Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		
		Fornecedores	7 992,31	
		Outros passivos		
		- Pessoal		
		- Estado e out.ent.públicos	23 792,41	45 964,39
		- Fornecedores de investimentos		50 738,73
		- Credores por acréscimos	648 502,49	774 827,49
		- Credores diversos	66 324,58	106 864,44
		- Rendimentos a reconhecer	816 983,38	3 023 044,06
	Financiamentos obtidos	5 038 805,16	5 228 707,66	
	Total	6 602 400,33	9 230 146,77	

Os fornecedores resultam da atividade normal do Município enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de investimento desenvolvidas que a 31 de dezembro eram nulas.

Anexo às Demonstrações Financeiras



Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2024	31/12/2023
Passivo não corrente	64 759,73	88 215,95
- Outros	64 759,73	88 215,95
Passivo corrente	648 502,49	596 474,81
- Credores por acréscimos de gastos		
- Remunerações a Liquidar	461 791,49	322 868,87
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	16 433,39	
- Outros acréscimos de gastos	170 277,61	273 605,94
- Credores por subscrições não liberadas		
- Outros credores	13 882,62	18 426,02
Total	727 144,84	703 116,78

Ao nível dos financiamentos obtidos e tal como acima foi referido agregam-se nos termos seguintes:

Identificação do Empréstimo		Capital em dívida		
Nome da Instituição	Finalidade do Empréstimo	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos				
Banco BPI	Investimento (financiamento projetos não participados por fundos comunitários) (n - obras publicas)	89 574,08	853 615,64	943 189,72
Caixa Central do Crédito Agrícola	Outros (n - aquisição do edifício para as instalações dos serviços)	100 007,16	1 020 779,19	1 120 786,35
Banco BPI	Investimento (financiamento projetos participados por fundos comunitários) (N - Regeneração da Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e o Pavilhão Desportivo da Ribeira Brava)	189 198,36	2 785 630,73	2 974 829,09
Subtotal		378 779,60	4 660 025,56	5 038 805,16
Locações financeiras				
Total		378 779,60	4 660 025,56	5 038 805,16

NOTA 19. BENEFÍCIOS DOS TRABALHADORES

A entidade atribui benefícios em empregados de acordo com a legislação em vigor aplicável às autarquias locais e que são de curto prazo.



Incluem-se nos benefícios de curto prazo: Salários, subsídio de refeição, subsídio de férias e Natal, e outros abonos previstos na remuneração em vigor, bem como as contribuições para os regimes de segurança social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Gastos com o pessoal	2024	2023
Remunerações Orgãos Autárquicos	196 306,59	183 211,32
Remunerações do pessoal	2 244 138,73	1 938 504,76
Encargos s/Remunerações	476 245,55	488 110,07
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	55 559,41	43 577,28
Outros gastos com o pessoal	9 913,55	102 930,24
Outros encargos sociais	10 182,59	6 837,64
Total	2 992 346,42	2 763 171,31

NOTA 20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Sem aplicação

NOTA 21. RELATO POR SEGMENTOS

Sem aplicação

NOTA 22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

As participações financeiras referem-se aos valores investidos por uma entidade em outras empresas ou organizações com o objetivo de obter retorno financeiro ou de exercer influência na gestão dessas empresas.

No caso do Município da Ribeira Brava, a participação financeira em duas entidades é apresentada: a ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A. e o FAM - Fundo de Apoio Municipal.

Anexo às Demonstrações Financeiras



A ARM é uma empresa participada em que o município detém uma participação de 0,31%. A empresa é responsável pela gestão do abastecimento de água e tratamento de resíduos na ilha da Madeira, tendo como acionistas outras entidades públicas. No entanto, apesar da participação financeira, o município não exerce influência dominante na gestão da ARM.

Já o FAM é um fundo de apoio criado pelo governo português para prestar auxílio financeiro aos municípios em dificuldades financeiras. O município de Ribeira Brava detém uma participação de 0,06% no fundo, mas não realizou nenhum capital em meios monetários ou em espécie. Como tal, também não exerce influência dominante sobre o FAM.

Entidades Participadas	Tipo	Percentagem da Participação	Influência dominante (Sim/Não)
ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.	Empresa Participada	0,31%	Não
FAM-Fundo de Apoio Municipal	Empresa Participada	0,06%	Não

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no Final do Exercício (31/12/2024)			Forma de Realização do Capital	
Denominação	N.I.P.C				Valor Nominal Subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios Monetários (Montante)	Em Espécie (Montante)
ARM-Águas e Resíduos da Madeira, S.A.	509574513	Sociedade Anónima Capitais exclusivamente públicos	36002	19 705 500,00 €	60 000,00 €	0,31%	60 000,00 €	60 000,00 €	0,00 €
FAM-Fundo de Apoio Municipal	513319182		84114	417 857 175,00 €	267 916,50 €	0,06%	267 916,50 €	267 916,50 €	0,00 €



NOTA 30. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA COMPREENSÃO FINANCEIRA E DO DESEMPENHO FINANCEIRO

Rubricas	31/12/2023	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2024
51 - Patrimônio	90 475 866,55					90 475 866,55
55 - Reservas	263 812,08	0,00			0,00	263 812,08
- Reservas legais	263 812,08					263 812,08
- Constituição Loteamentos						0,00
- Cedências a título gratuito						0,00
- Transferências de outras entidades						0,00
56 - Resultados transitados	(22 078 381,35)	(542 438,06)			35 215,71	-22 585 603,70
- Resultados transitados	(22 078 381,35)	(542 438,06)			35 215,71	-22 585 603,70
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP						0,00
57 - Ajust.em ativos financeiros	0,00				0,00	0,00
- Relacionados com o MEP						0,00
59 - Outras variações no patrimônio líquido	19 003 989,34				0,00	20 406 030,78
- Transferências e subsídios de capital	19 003 989,34		1 402 041,44		0,00	20 406 030,78
- Ativos depreciables	19 003 989,34		1 402 041,44			20 406 030,78
- Ativos não depreciables						0,00
- Outras transferências, sub.capital	0,00				0,00	0,00
- FEF Capital						0,00
- Doações obtidas						0,00
88 - Resultados líquido do exercício	(542 438,06)	542 438,06	0,00	75 528,04		75 528,04
TOTAL	87 122 848,56		0,00	75 528,04	35 215,71	88 635 633,75

- Subsídios

CONTA	31/12/2023	AUMENTOS / PEDIDOS DE PAGAMENTOS	REPOSIÇÕES	IMPUTAÇÃO EM RESULTADOS	31/12/2024
59.3.1 Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables/amortizáveis	16 130 410,32	2 902 560,88		1 500 519,44	17 532 451,76
59.3.9 Outras transfências e subsídios de capital	2 873 579,02	1 255 068,56		1 255 068,56	2 873 579,02
TOTAL	19 003 989,34	4 157 629,44	0,00	2 755 588,00	20 406 030,78

- Rendimentos e Gastos

RENDIMENTOS E GANHOS	2024	2023
70 Impostos, contribuições e taxas	3 151 237,59	2 991 972,84
71 Vendas		
72 Prestações de serviços e concessões	566 426,06	496 792,95
73 Variações nos inventários da produção		
74 Trabalhos para a própria entidade		
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	7 020 624,85	6 034 164,88
76 Reversões	5 881,38	
77 Ganhos por aumentos de justo valor		
78 Outros rendimentos	2 824 565,56	2 704 957,25
79 Juros, dividendos e out.rendimentos similares	41 393,06	3 256,32
Totais	13 610 128,50	12 231 144,24

Anexo às Demonstrações Financeiras



- Gastos e Perdas

GASTOS E PERDAS	2024	2023
60 Transferências e subsídios concedidos	1 623 582,99	1 371 354,27
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	21 799,41	19 992,81
62 Fornecimentos e serviços externos	3 367 842,09	2 899 528,85
63 Gastos com o pessoal	2 992 346,42	2 763 171,31
64 Gastos de depreciação e de amortização	5 331 081,10	5 161 161,94
65 Perdas por imparidade		91 561,02
66 Perdas por redução de justo valor		
67 Provisões		78 124,18
68 Outros gastos	33 192,48	264 650,46
69 Gastos por juros e outros encargos	164 755,97	124 037,46
Totais	13 534 600,46	12 773 582,30

- Transferências e Subsídios

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2024	2023
Transferências correntes concedidas		
- Estado	15 000,00	359 007,43
- Freguesias	126 777,84	125 350,07
- Associações de Municípios		
- Instituições sem fins lucrativos	793 112,60	331 939,41
- Famílias	552 882,91	453 150,92
- Privadas		
- Outras	9 600,00	16 546,50
Subtotal	1 497 373,35	1 285 994,33
Transferências capital concedidas		
- Freguesias	126 209,64	85 359,94
Totais	1 623 582,99	1 371 354,27

Anexo às Demonstrações Financeiras



- Fornecimentos e Serviços externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2024 e 2023, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Fornecimentos e serviços externos	31/12/2024	31/12/2023
Subcontratos e parcerias	105 689,74	36 964,78
Serviços especializados	1 381 006,13	991 833,68
- Trabalhos especializados	848 515,40	795 661,33
- Publicidade comunicação e imagem	79 583,17	60 547,06
- Vigilância e segurança	1 330,93	1 272,36
- Honorários	203 442,28	14 100,66
- Comissões de cobrança de impostos e taxas	91 346,97	46 626,93
- Conservação e reparação	156 787,43	73 625,34
Materiais de consumo	154 187,89	126 826,38
- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 133,39	4 964,38
- Material de escritório	15 996,90	4 915,36
- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	38 011,66	20 558,65
- Material de educação cultura e recreio	12 813,53	4 333,84
- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	61 650,53	34 075,31
- Outros fornecimentos e serviços	23 581,88	57 978,84
Energia e fluidos	783 249,38	950 352,30
- Electricidade	727 275,76	890 262,59
- Combustíveis e lubrificantes	50 141,07	49 875,31
- Outros	5 832,55	10 214,40
Deslocações, estadas e transportes	162 010,79	149 347,55
- Deslocações e estadas	19 442,88	16 923,31
- Transportes de pessoal	69 580,54	28 156,55
- Outros	72 987,37	104 267,69
Serviços diversos	781 698,16	644 204,16
- Rendas e alugueres	170 184,72	213 322,44
- Comunicação	57 367,35	51 798,91
- Seguros	24 731,77	22 170,19
- Despesas de representação dos serviços	720,00	1 961,18
- Outros serviços	528 694,32	354 951,44
Total	3 367 842,09	2 899 528,85

- Gastos com Pessoal

Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte evolução:

Gastos com o pessoal	2024	2023
Remunerações Órgãos Autárquicos	196 306,59	183 211,32
Remunerações do pessoal	2 244 138,73	1 938 504,76
Encargos s/Remunerações	476 245,55	488 110,07
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	55 559,41	43 577,28
Outros gastos com o pessoal	9 913,55	102 930,24
Outros encargos sociais	10 182,59	6 837,64
Total	2 992 346,42	2 763 171,31

Anexo às Demonstrações Financeiras



- Estado e Outras Entes Públicos

Estado e Outros entes Públicos	2024	2023
Retenção na fonte	806,80	8 492,00
IVA	2 154,44	18 019,62
Segurança Social e CGA	22 444,77	19 452,77
Total	23 792,41	45 964,39

- Diferimentos

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2024 e 31/12/2023, são os seguintes:

Diferimentos ativos	2024	2023
Gastos a reconhecer		
- Seguros	8 767,33	3 618,18
- Rendas e alugueres		
- Trabalhos especializados		
- Material de educação, cultura e recreio		
- Outros serviços		
Total	8 767,33	3 618,18

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2024 e 31/12/2023, são os seguintes:

Diferimentos passivos	2024	2023
Rendimentos a reconhecer		
- Acordos de Concessão de Serviços	815 684,91	866 401,07
- Transferências e subsídios de capital obtidos		2 155 344,52
- Outros	1 298,47	
Total	816 983,38	3 021 745,59



2025/04/14

Aprovado por unanimidade
Submetido à Assembleia Municipal

Órgão Executivo

28/04/2025

Aprovado por unanimidade
A Presidente da Assembleia

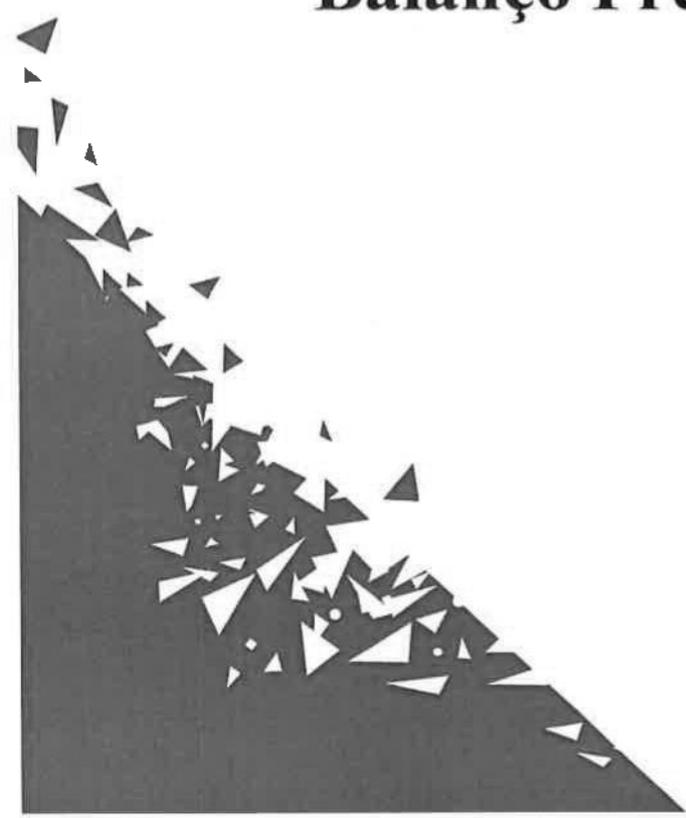
Órgão Deliberativo



Câmara Municipal da Ribeira Brava



Balanço Previsional



BLC - BALANÇO PREVISIONAL

PERÍODO

2024/01/01 - 2024/12/31

ANO

2024

C/ VISUALIZAÇÃO DE ACUMULADOS

S/ VISUALIZAÇÃO DE CONTAS SEM MOVIMENTO

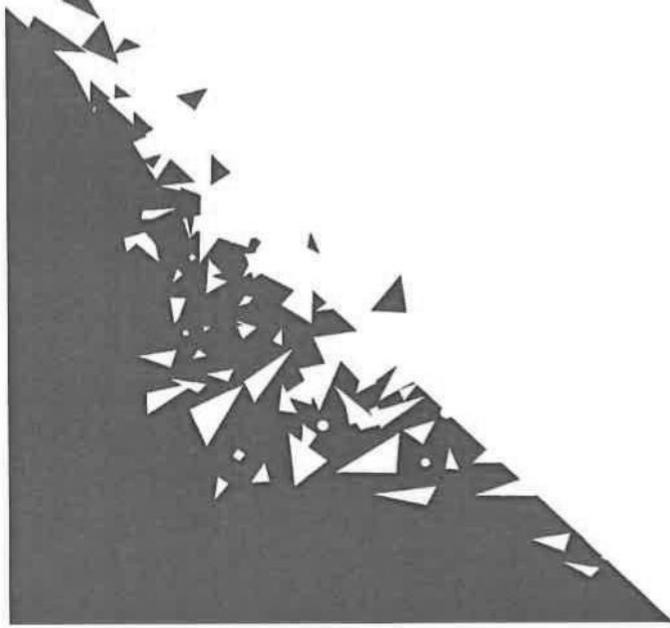
Rubricas	Notas	Datas		
		2024	Previsto 2024/12/31	Previsto 2025/12/31
		(do período)	0,00%	2,10%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	45752	91 899 744,93 €	91 899 744,93 €	93 829 639,57 €
Ativos intangíveis	3	91 541 316,93 €	91 541 316,93 €	93 463 684,59 €
Participações financeiras	14	30 511,50 €	30 511,50 €	31 152,24 €
		327 916,50 €	327 916,50 €	334 802,75 €
Ativo corrente				
Inventários	8	3 428 731,10 €	3 428 731,10 €	3 500 734,45 €
Clientes, contribuintes e utentes	15	24 242,15 €	24 242,15 €	24 751,24 €
Outras contas a receber	15	15 305,57 €	15 305,57 €	15 626,99 €
Diferimentos	18	868 510,26 €	868 510,26 €	886 748,98 €
Caixa e depósitos	18	8 767,33 €	8 767,33 €	8 951,44 €
Total Ativo	1,2	2 511 905,79 €	2 511 905,79 €	2 564 655,81 €
		95 328 476,03 €	95 328 476,03 €	97 330 374,03 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património Líquido				
Património/Capital		88 635 633,75 €	88 635 633,75 €	90 496 982,06 €
Reservas		90 475 866,55 €	90 475 866,55 €	92 375 859,75 €
Resultados transitados	1,2	263 812,08 €	263 812,08 €	269 352,13 €
Outras variações no património líquido	1,2/10	-22 585 603,70 €	-22 585 603,70 €	-23 059 901,38 €
Resultado líquido do período		20 406 030,78 €	20 406 030,78 €	20 834 557,43 €
Total Património Líquido		75 528,04 €	75 528,04 €	77 114,13 €
		88 635 633,75 €	88 635 633,75 €	90 496 982,06 €
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões		5 567 878,22 €	5 567 878,22 €	5 684 803,66 €
Financiamentos obtidos	7	78 124,18 €	78 124,18 €	79 764,79 €
Diferimentos	18	4 660 025,56 €	4 660 025,56 €	4 757 886,10 €
Outras contas a pagar	16	764 968,75 €	764 968,75 €	781 033,09 €
Passivo corrente				
Fornecedores	16	64 759,73 €	64 759,73 €	66 119,68 €
Estado e outros entes públicos	19	1 124 964,06 €	1 124 964,06 €	1 148 588,31 €
Financiamentos obtidos	7	7 992,31 €	7 992,31 €	8 160,15 €
Fornecedores de investimentos	16	23 792,41 €	23 792,41 €	24 292,05 €
Outras contas a pagar	16	378 779,60 €	378 779,60 €	386 733,97 €
Diferimentos	18	662 385,11 €	662 385,11 €	676 295,20 €
Total Passivo		52 014,63 €	52 014,63 €	53 106,94 €
		6 692 842,28 €	6 692 842,28 €	6 833 391,97 €
Total Património Líquido e Passivo		95 328 476,03 €	95 328 476,03 €	97 330 374,03 €



Câmara Municipal da Ribeira Brava



**Demonstração de Resultados
Previsional**



DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA PREVISIONAL

PERÍODO

2024/01/01 - 2024/12/31

ANO

2024

C/ VISUALIZAÇÃO DE ACUMULADOS

S/ VISUALIZAÇÃO DE CONTAS SEM MOVIMENTO

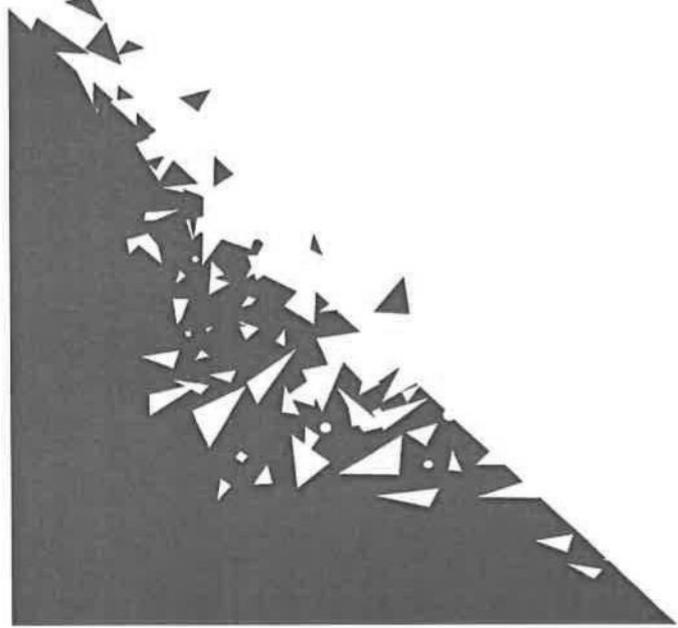
Rubricas	Notas	Datas		
		2024 (do período)	Previsto 2024/12/31 0,00%	Previsto 2025/12/31 2,10%
Impostos, contribuições e taxas	10	3 151 237,59 €	3 151 237,59 €	3 217 413,58 €
Prestações de serviços e concessões	11	566 426,06 €	566 426,06 €	578 321,01 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	10	7 020 624,85 €	7 020 624,85 €	7 168 057,97 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e	8	-21 799,41 €	-21 799,41 €	-22 257,20 €
Fornecimentos e serviços externos	1,7	-3 367 842,09 €	-3 367 842,09 €	-3 438 566,77 €
Gastos com pessoal	13	-2 992 346,42 €	-2 992 346,42 €	-3 055 185,69 €
Transferências e subsídios concedidos	17	-1 623 582,99 €	-1 623 582,99 €	-1 657 678,23 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos	9	5 881,38 €	5 881,38 €	6 004,89 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Provisões (aumentos/reduções)				
Outros rendimentos	11	2 824 565,56 €	2 824 565,56 €	2 883 881,44 €
Outros gastos	17	-33 192,48 €	-33 192,48 €	-33 889,52 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		5 529 972,05 €	5 529 972,05 €	5 646 101,46 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-5 331 081,10 €	-5 331 081,10 €	-5 443 033,80 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		198 890,95 €	198 890,95 €	203 067,66 €
Juros e rendimentos similares obtidos		41 393,06 €	41 393,06 €	42 262,31 €
Juros e gastos similares suportados	7	-164 755,97 €	-164 755,97 €	-168 215,85 €
Resultado antes de impostos		75 528,04 €	75 528,04 €	77 114,13 €
Resultado líquido do período		75 528,04 €	75 528,04 €	77 114,13 €



Câmara Municipal da Ribeira Brava



**Demonstração de Fluxos de
Caixa Previsional**



DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

PERÍODO

2024/01/01 - 2024/12/31

ANO

2024

C/ VISUALIZAÇÃO DE ACUMULADOS

S/ VISUALIZAÇÃO DE CONTAS SEM MOVIMENTO

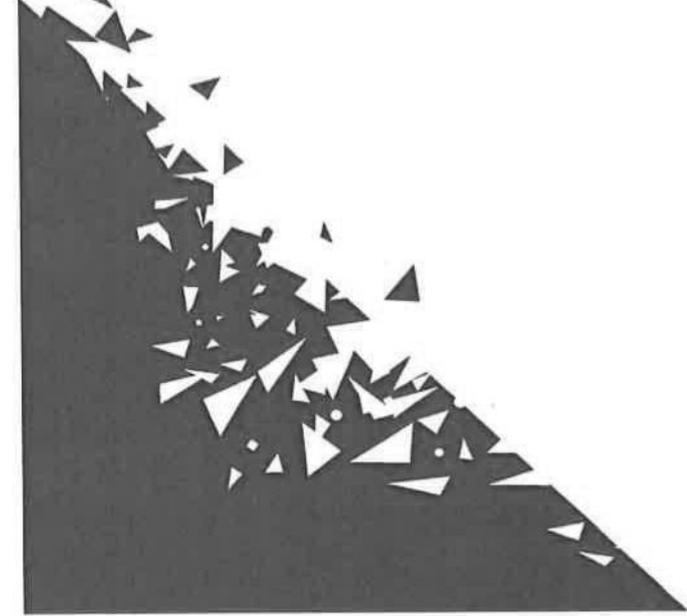
Rubricas	Notas	Datas		
		2024	Previsto 2024/12/31	Previsto 2025/12/31
		(do período)	0,00%	2,10%
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes		547 562,26 €	547 562,26 €	559 061,07 €
Recebimentos de contribuintes		2 874 571,48 €	2 874 571,48 €	2 934 937,48 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7 020 624,85 €	7 020 624,85 €	7 168 057,97 €
Recebimentos de utentes		303 696,53 €	303 696,53 €	310 074,16 €
Pagamentos a fornecedores		-3 298 757,28 €	-3 298 757,28 €	-3 368 031,18 €
Pagamentos ao pessoal		-2 894 394,30 €	-2 894 394,30 €	-2 955 176,58 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 492 973,35 €	-1 492 973,35 €	-1 524 325,79 €
Caixa gerada pelas operações		3 060 330,19 €	3 060 330,19 €	3 124 597,12 €
Outros recebimentos/pagamentos		-127 578,35 €	-127 578,35 €	-130 257,50 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 932 751,84 €	2 932 751,84 €	2 994 339,63 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-3 355 311,08 €	-3 355 311,08 €	-3 425 772,61 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-34 938,10 €	-34 938,10 €	-35 671,80 €
Recebimentos provenientes de:				
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		32 500,00 €	32 500,00 €	33 182,50 €
Recebimentos - Transferências de capital		2 006 034,92 €	2 006 034,92 €	2 048 161,65 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1 351 714,26 €	-1 351 714,26 €	-1 380 100,26 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Recebimentos - Financiamentos obtidos		427 706,08 €	427 706,08 €	436 687,91 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		41 393,06 €	41 393,06 €	42 262,31 €
Pagamentos respeitantes a:				
Pagamentos - Financiamentos obtidos	7	-617 608,58 €	-617 608,58 €	-630 578,36 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-245 891,56 €	-245 891,56 €	-251 055,28 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-394 401,00 €	-394 401,00 €	-402 683,42 €
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 186 636,58 €	1 186 636,58 €	1 211 555,95 €
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe	1,2	1 325 269,21 €	1 325 269,21 €	1 353 099,86 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perio	1,2	2 511 905,79 €	2 511 905,79 €	2 564 655,81 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS				
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	1,2	1 325 269,21 €	1 325 269,21 €	1 353 099,86 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		1 325 269,21 €	1 325 269,21 €	1 353 099,86 €
SGA De execução orçamental		1 252 881,69 €	1 252 881,69 €	1 279 192,21 €
SGA De operações de tesouraria		72 387,52 €	72 387,52 €	73 907,66 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1,2	2 511 905,79 €	2 511 905,79 €	2 564 655,81 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		2 511 905,79 €	2 511 905,79 €	2 564 655,81 €
SGS De execução orçamental		2 499 825,80 €	2 499 825,80 €	2 552 322,14 €
SGS De operações de tesouraria		12 079,99 €	12 079,99 €	12 333,67 €



Câmara Municipal da Ribeira Brava



Relatório de Gestão





ÍNDICE

Mensagem do Presidente.....	6
Introdução.....	8
1. Recursos Humanos.....	9
1.1 Despesas com Pessoal	10
1.2 Formação	11
2. Principais Atividades.....	14
2.1 Investimento	14
2.1.1 Obras/Requalificação de acessibilidades	15
2.2 Ambiente.....	23
2.2.1 Melhoramento, limpeza e prevenção	23
2.2.2 Proteção Civil.....	25
2.2.3 Sustentabilidade	26
2.2.4 Causa Animal	28
2.2.5 Outras atividades.....	31
2.2.5.1 Limpezas de praia	31
2.2.5.2 Debate sobre Mobilidade Rural Sustentável.....	31
2.2.5.3 Celebração do Dia Mundial da Árvore.....	32
2.2.5.4 Praia da Ribeira Brava acessível a todos	33
2.2.5.5 Distribuição de raticida.....	34
2.3 Cultura e Desporto.....	34
2.3.1 Eventos culturais	34
2.3.2 Eventos desportivos	52
2.4 Associativismo e Sociedade	62



2.4.1	Cartão Municipal do Idoso	62
2.4.2	Programa Municipal de Apoio à Recuperação e Beneficiação de Habitações Degredadas de Agregados Familiares Carenciados do Concelho da Ribeira Brava	63
2.4.3	Apoio às mensalidades de creche, jardim de infância e ensino pré-escolar	63
2.4.4	Bolsas de Estudo	64
2.4.5	Apoio financeiro aos Bombeiros da Ribeira Brava e Ponta do Sol	65
2.4.6	Apoio às Juntas de freguesia	66
2.4.7	Apoios ao Associativismo e IPSS's	68
2.4.8	Taxas de IMI e outras	69
2.5	Saúde e Cidadania	70
2.6	Educação	78
3	Análise Económica e Financeira	84
3.1	Execução e Estrutura Orçamental da Despesa	84
3.1.1	Execução da Despesa	84
3.1.2	Composição da Despesa	87
3.1.3	Evolução da Despesa	88
3.1.4	Orçamentado vs. Executado	94
3.1.5	Indicadores de Gestão	97
3.2	Execução e Estrutura Orçamental da Receita	99
3.2.1	Execução da Receita	99
3.2.2	Composição da Receita	102
3.2.3	Evolução da Receita	103
3.2.5	Indicadores de Gestão	106
3.2.6	Equilíbrio orçamental	108
3.3	Análise patrimonial	109



3.3.1	Balanço	109
3.3.2	Análise de endividamento.....	113
3.3.3	Limites ao endividamento de médio e longo prazo.....	113
3.3.4	Indicadores de Gestão.....	114
3.3.5	Demonstração de resultados	116
3.4	Contabilidade de Gestão.....	118
3	Resultado líquido do exercício.....	126
4	Aplicação dos Resultados.....	127



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Funcionários (Fonte: Recursos Humanos, Balanço social (SIAL))	9
Tabela 2 - Despesas com Pessoal	10
Tabela 3 – Formação 2024 (Fonte: Gabinete dos Recursos Humanos)	14
Tabela 4 – Dados referentes aos cartões de idoso ativos em 2024	63
Tabela 5 – Apoio às mensalidades de creches e jardins-de-infância/Pré-escolar 2024	64
Tabela 6 - Execução da Despesa do Exercício 2024 (valor em euros).....	85
Tabela 7 – Evolução da despesa corrente e de capital por rubricas (2022-2024)	85
Tabela 8 - Transferências concedidas 2023-2024	90
Tabela 9 – Detalhe das despesas totais executado vs. orçamentado.....	94
Tabela 10 - Indicadores estrutura Despesa	98
Tabela 11 – Execução da Receita do exercício	100
Tabela 12 - Receitas próprias (excluindo recebimentos da CPCJ).....	104
Tabela 13 - Indicadores Grau de cobertura – Receitas e Despesas	106
Tabela 14 – Indicadores Estrutura de Receita.....	107
Tabela 15 - Equilíbrio Orçamental	108
Tabela 16 - Balanço (componentes do ativo).....	109
Tabela 17 - Balanço (componentes do passivo).....	111
Tabela 18 - Endividamento	114
Tabela 19 – Rácios Financeiros	115
Tabela 20 - Evolução dos rendimentos 2024	116
Tabela 21 – Evolução dos gastos	118
Tabela 22 – Gastos por serviços e atividades.....	119
Tabela 23 – Gastos afetos aos serviços	120



Tabela 24 – Gastos afetos às atividades.....	123
Tabela 25 – Gastos por centros de custo	125



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhoras e Senhores Múncipes,

Ao apresentar este Relatório de Gestão da Câmara Municipal da Ribeira Brava referente ao ano de 2024, faço-o com um sentimento de dever cumprido e com a certeza de que o caminho trilhado nos últimos anos criou as condições necessárias para um futuro promissor. Este documento não é apenas um registo das ações desenvolvidas, mas também um reflexo do compromisso assumido com o progresso do nosso concelho.

Chegamos ao final deste ciclo autárquico com um legado sólido, baseado na responsabilidade financeira, na modernização dos serviços municipais e no fortalecimento das infraestruturas locais. Desde o início do mandato, assumimos como prioridade a reestruturação das contas públicas, garantindo um equilíbrio financeiro que permitiu não apenas cumprir os compromissos do município, mas também lançar novos projetos estruturantes, sempre com uma gestão rigorosa e transparente.

A modernização da Câmara Municipal foi outra das nossas bandeiras. Investimos na digitalização dos serviços, reduzindo a burocracia e tornando a autarquia mais acessível e eficiente para os cidadãos e empresas. A simplificação de processos administrativos, aliada a uma aposta na inovação tecnológica, permitiu melhorar significativamente a qualidade dos serviços prestados à população.

O desenvolvimento da Ribeira Brava assentou igualmente num planeamento estratégico de investimento público, direcionado para o reforço das infraestruturas, a requalificação urbana e a dinamização da economia local. Aposta-se na criação de melhores condições para os empresários e no apoio ao setor do turismo, uma peça fundamental da economia do concelho. A valorização do património, a preservação ambiental e a melhoria da rede viária foram igualmente áreas de atuação prioritárias, sempre com o objetivo de proporcionar um concelho mais atrativo e sustentável.

Os investimentos realizados na melhoria das infraestruturas, na requalificação do espaço urbano e no reforço da atratividade turística foram essenciais para o crescimento do concelho nos últimos anos. Acreditamos que, ao manter esta estratégia, a Ribeira Brava pode afirmar-se como um município de referência, não apenas no setor do turismo, mas também para os madeirenses que procuram um lar com boas condições de infraestrutura, oportunidades de emprego e uma qualidade de vida elevada. A visão de um concelho dinâmico e acolhedor continuará a orientar as políticas municipais no futuro.

O contexto económico nacional de 2024 exigiu um esforço redobrado, num ano de desafios e oportunidades. O crescimento moderado do PIB, a estabilização da inflação e a evolução positiva do mercado de trabalho influenciaram diretamente as dinâmicas locais. A Câmara Municipal soube adaptar-se a esta realidade, garantindo que os investimentos realizados não comprometessem o equilíbrio financeiro nem os serviços essenciais à população.



Acredito que a Ribeira Brava está preparada para enfrentar os próximos anos com confiança. Os alicerces estão lançados para que o município continue a crescer de forma sustentável, garantindo mais emprego, maior qualidade de vida e novas oportunidades para todos os munícipes. O trabalho realizado dá-nos a certeza de que a próxima equipa autárquica encontrará uma base sólida para dar continuidade a este percurso de desenvolvimento.

Termino este mandato com um profundo sentimento de gratidão para com todos aqueles que contribuíram para esta caminhada, desde os colaboradores municipais até aos cidadãos que, com o seu empenho e participação, ajudaram a construir um concelho mais forte e dinâmico. O futuro da Ribeira Brava será tão promissor quanto o esforço coletivo que continuarmos a colocar no seu crescimento.

Com os melhores cumprimentos,

Ricardo Nascimento

O Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava



INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão apresenta os acontecimentos mais relevantes ocorridos ao longo do ano de 2024, refletindo a atividade desenvolvida pela Câmara Municipal da Ribeira Brava em diversas áreas estratégicas, como Desporto, Cultura, Ambiente, Ação Social, Saúde, Educação e Investimento. Estas iniciativas tiveram um impacto significativo na dinamização e no desenvolvimento local, promovendo, sobretudo, o fortalecimento da economia municipal e o bem-estar dos munícipes.

No plano contabilístico e financeiro, este relatório assume-se como um instrumento essencial para o diagnóstico e avaliação do desempenho económico e financeiro do Município. Nele são disponibilizados elementos detalhados sobre a atividade financeira e patrimonial da autarquia, com especial destaque para a execução orçamental das receitas e despesas, o nível de endividamento, a análise do balanço e da demonstração de resultados, permitindo uma visão clara sobre a evolução do exercício económico.

No que concerne ao quadro normativo, o relatório observa as diretrizes da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, e segue as disposições da Resolução n.º 2/2021 (Lei n.º 12/2022, de 27 de junho).

A reforma da contabilidade e das contas públicas surge da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, superando as fragilidades do anterior Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54.º-A/99, de 22 de fevereiro. Neste contexto, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), em vigor desde 2022 (pelo terceiro ano consecutivo), foi implementado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 192/2015. O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, assegurando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, a uniformização de procedimentos, a transparência das contas públicas e a melhoria do relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Dessa forma, este relatório não só retrata o desempenho financeiro e económico da Câmara Municipal da Ribeira Brava em 2024, mas também evidencia o impacto das suas ações na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e no desenvolvimento sustentável do concelho.

1. RECURSOS HUMANOS

Segundo o quadro da caracterização dos postos de trabalho, disponibilizado pelos Recursos Humanos, o Município da Ribeira Brava possui 129 postos de trabalho ocupados, em funções municipais, conforme análise verificada na **tabela n.º 1**, abaixo referido, concluindo que, a variável de funcionários ativos, aumentou. Este aumento deve-se à contratação de 16 novos postos de trabalho na categoria de assistente operacional e 1 na categoria de técnico superior; à saída de 1 funcionário por aposentação, totalizando mais 16 postos de trabalho/funcionários ativos do que no ano anterior.

Ano	2022	2023	2024
N.º de Funcionários	116	113	129

TABELA 1 – NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS (FONTE: RECURSOS HUMANOS, BALANÇO SOCIAL (SIIAL))

Observamos na figura n.º 1, a evolução do n.º de funcionários entre o ano de 2022 e 2024.



FIGURA 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS DESDE 2022 ATÉ 2024



1.1 DESPESAS COM PESSOAL

Conforme análise verificada **tabela n.º 2**, as despesas com o pessoal, correspondem à rubrica orçamental 01, e no ano de 2024 ascenderam ao montante de 2.894.394,30 representando um aumento, relativamente ao ano anterior, de 189.352,47€, o que corresponde a uma variação global anual positiva de 7%.

A despesa afeta às remunerações dos trabalhadores, com contrato individual de trabalho por tempo indeterminado (remunerações certas e permanentes), teve um aumento de aproximadamente 7,02%, relativamente ao ano anterior, correspondendo a um aumento de 144.564,92€.

A despesa com a segurança social seguiu a tendência oposta, sendo que no ano de 2024 atingiu o montante de 556.581,73€, correspondendo a uma redução de 6,58%, em relação a 2023. Esta rubrica inclui as despesas com encargos com saúde, as prestações relativas ao subsídio familiar a crianças e jovens, outras prestações familiares e as despesas com as contribuições da autarquia como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social do Regime Geral, bem como de outras pensões e seguros.

A despesa com os Abonos variáveis ou eventuais registou um acréscimo em cerca de 83.985,58€ devido ao Subsídio de insularidade – 75.914,13€.

01 - Despesas com o pessoal	2022	2023	2024	Variação 2023/24 (valor)	Variação 2023/24 (%)
0101 Remunerações certas e permanentes	1 831 715,69	2 059 528,76	2 204 093,68	144 564,92	7,02%
0102 Abonos variáveis ou eventuais	49 498,24	49 733,31	133 718,89	83 985,58	168,87%
0103 Segurança social	515 575,02	595 779,76	556 581,73	-39 198,03	-6,58%
Total das Despesas com o pessoal	2 396 788,95	2 705 041,83	2 894 394,30	189 352,47	7,00%

TABELA 2 - DESPESAS COM PESSOAL

Observando a **figura n.º 2**, verificou-se no último ano um aumento generalizado das componentes da despesa com pessoal, relativamente aos dois anos transatos à exceção da Segurança Social devido a baixas médicas.

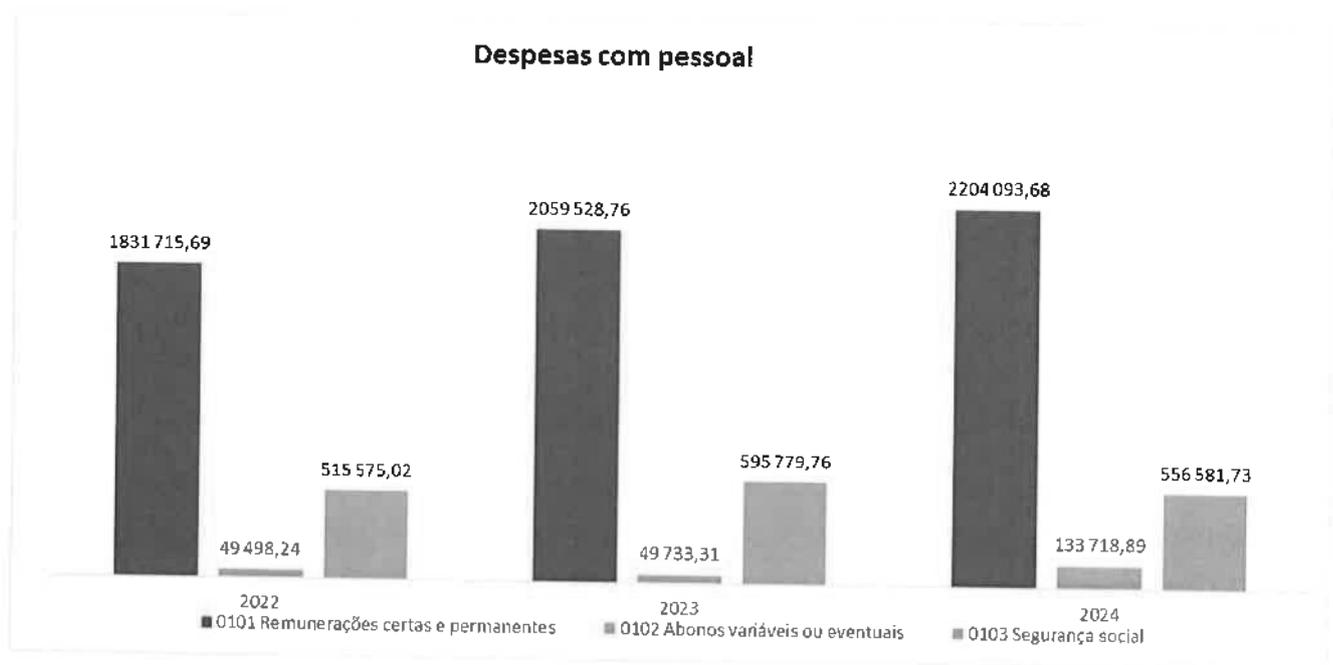


FIGURA 2 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL 2022-2024

1.2 FORMAÇÃO

Tendo em conta que um dos objetivos deste Município é o de promover a qualificação do trabalhador, assegurando assim, o seu direito individual à formação, alguns funcionários durante o ano de 2024, participaram em ações de formação profissional (conforme a **tabela n.º 3**), adequadas às suas aptidões profissionais, nas mais diversas áreas organizadas por entidades externas ao Município, designadamente:

- **AMRAM** - Associação Municípios da Região Autónoma da Madeira;
- **ACIN ACADEMY**;
- **CRIAP BUSINESS**;
- **IEM** - Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM;

Do sumário do quadro seguinte, podemos concluir que foram realizadas várias formações profissionais com diferentes conteúdos, com uma assistência de aproximadamente **295 horas**, abrangendo **25** trabalhadores, **1** pessoa em regime de nomeação e **2 Vereadores em regime de permanência** (28 pessoas envolvidas em formações).



Designação da Formação	Número de horas da Formação	Entidade Formadora/ Organizadora	Local da Formação
Formação Regime Geral Proteção Dados	8	ACIN ACADEMY	Regime Online
SIADAP Atualizado	7	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
O Simplex Urbanístico Na Fiscalização Municipal	7	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Colégio dos Jesuítas - Sala 16
As Alterações Ao Ccp E As Medidas Especiais Aprovadas	7	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Colégio dos Jesuítas - Sala 16
Formação e execução do contrato de empreitada de obras públicas	12	ACIN ACADEMY	Regime Online
Contraordenações: Aspetos Substanciais e Processuais do Regime Geral	7	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
Gestão de Equipa	14	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
Revisão de Preços	2	ACIN ACADEMY	Regime Online
Regime Jurídico de Urbanização e Edificação - Atualizado	14	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal



Entrevista de Avaliação De Competências (No Âmbito do Procedimento Concursal para Recrutamento de Trabalhadores)	7	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
Técnico de Apoio à Vítima - Plano Regional Contra a Violência Doméstica	90	CRIAP BUSINESS	SALA VIRTUAL
Trabalho em Equipa, Comunicação e Gestão de Conflitos	14	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Centro Cultural e de Investigação do Funchal
Canal de Denúncias / Política do Denunciante	7	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
Qualificação e Reabilitação Urbana	7	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
Formas de violência contra crianças/jovens	7	Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM	Colégio dos Jesuítas - Sala 18
Demonstrações Orçamentais: Previsionais e de Relato No Âmbito da Ncp 26	7	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
Rgpd - Proteção de Dados uma Implementação Adequada Municípios	8	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal
Fundamentos Base de Cibersegurança	35	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Colégio dos Jesuítas, Sala do Pátio II
Direitos e Deveres, Estatuto Disciplinar e Cpa	7	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Câmara Municipal do Funchal - Sala Assembleia Municipal



O Sistema de Controlo Interno e o Programa De Cumprimento Normativo	14	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Colégio dos Jesuítas - Sala 17
A Fiscalização Urbanística à Luz das Recentes Alterações Do Rjue	14	Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	Centro Cultural e de Investigação do Funchal

TABELA 3 – FORMAÇÃO 2024 (FONTE: GABINETE DOS RECURSOS HUMANOS)

2 PRINCIPAIS ATIVIDADES

2.1 INVESTIMENTO

Ao longo do mandato 2021-2025, a Câmara Municipal da Ribeira Brava tem desempenhado um papel essencial na promoção do desenvolvimento socioeconómico local. A sua intervenção ativa e estratégica tem sido determinante para assegurar a continuidade do crescimento municipal, impulsionando investimentos e iniciativas que beneficiam diretamente a população.

Sob a liderança de Ricardo Nascimento, a autarquia implementou uma gestão financeira rigorosa, adotando medidas que reforçam a sustentabilidade das contas públicas e criam condições favoráveis ao investimento no concelho, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos munícipes.

O trabalho desenvolvido estende-se a todas as freguesias, com a concretização de obras de proximidade, a requalificação e construção de caminhos agrícolas e o alargamento de veredas, garantindo melhor acesso automóvel a habitações e terrenos. Paralelamente a esse investimento, houve um forte compromisso com o investimento nas áreas social, da saúde e da educação, bem como no apoio contínuo às instituições e empresas locais. O bem-estar da população continua a ser a prioridade, refletindo-se numa estratégia sustentada de melhoria da qualidade de vida.

Neste contexto, o Relatório de Gestão é pautado pelos princípios da prudência e equilíbrio financeiro, assegurando uma gestão responsável dos recursos disponíveis. O objetivo é reforçar a sustentabilidade, a equidade e a coesão social, promovendo um investimento estratégico na vertente social.

Assim sendo, tem sido constante o empenho na resolução das necessidades essenciais dos munícipes, implementando novas iniciativas e dinamizando atividades diversificadas, sempre com a ambição de construir um 2025 melhor para todos.

2.1.1 OBRAS/REQUALIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADES

Caminho da Tulha requalificado

Na freguesia do Campanário, junto à igreja matriz, a Câmara Municipal requalificou o Caminho da Tulha que serve um núcleo populacional significativo. A intervenção abrangeu a ligação dos esgotos à rede de saneamento básico por parte da ARM, o alargamento de parte do troço e a reabilitação do piso.

Esta acessibilidade foi sendo adaptada ao longo dos anos e permite agora uma melhor circulação de viaturas.



IMAGEM 1 – CAMINHO DA TULHA REQUALIFICADO

Alargamento do Caminho do Firmo

A Ribeira Brava continua a apostar em obras de proximidade com vista à qualidade de vida da sua população. Exemplo disso é o Caminho do Firmo, anexo à Estrada do Barreiro, Ribeira Brava, que passou a oferecer uma nova acessibilidade à população local. A população mostra-se satisfeita por ter acesso automóvel às suas residências, sendo esta uma aspiração antiga agora concretizada pela autarquia.



IMAGEM 2 – VISITA AO CAMINHO DO FIRMO

Esta intervenção teve um investimento de cerca de 170 mil euros e vem acrescentar valor, facilitar a mobilidade e trazer conforto a quem ali vive e possibilitar um crescimento habitacional numa zona de excelente exposição solar e com uma vista privilegiada.

Caminho da Murta, Campanário

A freguesia do Campanário passou a oferecer uma nova acessibilidade a habitações e terrenos agrícolas através da construção do Caminho da Murta. Tratou-se de mais uma promessa que o autarca Ricardo Nascimento cumpriu aos munícipes que permite a expansão da área habitacional, atraindo novos moradores que se queiram fixar no concelho.

Este investimento só foi possível graças ao rigor financeiro que há muito tem sido aplicado na autarquia e que permite pequenas obras pelo concelho com grande simbolismo para a população.



IMAGEM 3 – ACESSIBILIDADE NA CORUJEIRA, CAMPANÁRIO

Caminho da Boa Morte concluído

Está concluído o Caminho da Boa Morte, em São João, Ribeira Brava, que proporciona pela primeira vez acesso automóvel aos moradores deste arruamento, beneficiando várias famílias.

A realização da obra foi facilitada pela cedência dos terrenos pela maioria dos proprietários, o que



IMAGEM 4 – CAMINHO DA BOA MORTE CONCLUÍDO

permitiu o início dos trabalhos desta nova acessibilidade que vem melhorar a qualidade de vida dos residentes, como também incentiva a construção de novas habitações na área.

As obras refletem a boa gestão financeira do Município e o rigor na aplicação do dinheiro público, permitindo investimentos em projetos de proximidade

com grande importância para a população da Ribeira Brava.

Construção de Parque de Merendas na Serra de Água

A Câmara Municipal da Ribeira Brava inaugurou o Parque de Merendas da Serra de Água, uma nova infraestrutura que requalifica as ruínas da antiga escola do Poiso, agora com mesas de piquenique, iluminação, áreas ajardinadas e estacionamento.

O projeto, realizado com um investimento de 49 mil euros no âmbito do Orçamento Participativo, contou com a participação ativa da comunidade local. Ricardo Nascimento, presidente da Câmara, destacou o papel estratégico do parque no desenvolvimento local e no futuro corredor verde planeado para o vale da Serra de Água, que irá melhorar a mobilidade na freguesia.



IMAGEM 5 – PARQUE DE MERENDAS NA SERRA DE ÁGUA

Parque infantil na Rua 6 de Maio

A Ribeira Brava inaugurou um novo Parque Infantil na Rua 6 de Maio, que oferece lazer e convívio para todas as idades, incluindo um ginásio ao ar livre. Este espaço, com mil metros quadrados, foi criado para transformar uma zona habitacional numa nova centralidade.

O presidente da Câmara, Ricardo Nascimento, destacou a importância do parque como resposta à necessidade de áreas ao ar livre, especialmente para moradores de apartamentos.



IMAGEM 6 – PARQUE INFANTIL NA RUA 6 DE MAIO

Colocação de guardas metálicas em veredas e caminhos municipais

A Câmara Municipal realizou obras de proximidade em várias localidades do concelho, através da instalação de guardas metálicas em veredas e caminhos municipais. Durante o ano de 2024, foram executados 1.200 metros varandas dos 2.000 metros adjudicados através de concurso público, num investimento de cerca de 180 mil euros.

O objetivo é melhorar a segurança da população através de um trabalho importante que facilita as deslocações da população mais idosa, mantendo-as seguras e evitando quedas.

Alguns destes trabalhos foram executados na Ribeira da Tabua, no Caminho do Poço Caminho (Ribeira Brava), na Vereda da Benta (Barreiro), na Vereda da Igreja da Boa Morte, na Vereda do Vinagre (Soquinha), no Caminho da Murta (Campanário) e no Parque de Merendas - Moinho dos Gatos (Campanário), entre outros.

A Autarquia continuará a monitorizar e a realizar intervenções nas áreas identificadas como prioritárias por todas as freguesias do município, de forma a tornar as acessibilidades mais seguras.



IMAGEM 7 – VEREDA APÓS COLOCAÇÃO DE GUARDAS METÁLICAS

Novo Parque de Estacionamento na Ribeira Brava

A vila da Ribeira Brava passou a oferecer um novo parque de estacionamento. Este espaço subterrâneo está situado na praça junto à Escola Padre Manuel Álvares e tem capacidade para cerca de 100 automóveis. Funciona das 08h às 21h e vem dar resposta a uma necessidade sentida pela população local e visitante.

Com uma localização central, o parque de estacionamento é da responsabilidade da Câmara Municipal da Ribeira Brava. Está dotado de bons acessos, nomeadamente elevador e escadaria, equipamentos modernos e é um espaço amplo e de fácil circulação.

A autarquia espera que esta nova oferta de estacionamentos proporcione ainda mais dinamismo à vila da Ribeira Brava que tem registado uma grande afluência de visitantes.



IMAGEM 8 – ACESSO AO NOVO PARQUE DE ESTACIONAMENTO NA VILA DA RIBEIRA BRAVA

Pavimentação do Caminho da Pretelha

A aposta no melhoramento de acessos rodoviários tem sido uma das marcas do autarca Ricardo Nascimento com vista ao desenvolvimento do município da Ribeira Brava. Nesse sentido, a autarquia investiu cerca de 100 mil euros para a pavimentação do Caminho da Pretelha, na freguesia do Campanário, que se encontrava em terra batida.

Com a estrada infraestruturada, a população passa a dispor de um melhor acesso aos terrenos agrícolas e toda aquela zona estará disponível para a construção de novas habitações, criando-se mais um polo habitacional na freguesia.



IMAGEM 9 – PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO DA PRETELHA

Regeneração da Vila Da Ribeira Brava

A Câmara Municipal da Ribeira Brava deu continuidade ao projeto de requalificação do centro histórico da vila com vista a uma imagem renovada e mais cosmopolita do centro urbano que todos os dias recebe centenas de pessoas e que agrega a maior parte do comércio e serviços.

Os melhoramentos envolveram toda a área desde a Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral (frente-mar) até ao Pavilhão Gimnodesportivo, numa intervenção que pretendeu melhorar o pavimento das ruas, à semelhança do que foi feito anteriormente na Rua de São Bento e na Rua Manuel Arriaga, para facilitar a mobilidade das pessoas.

O mesmo projeto contemplou uma intervenção abrangente junto à Escola Secundária Padre Manuel Álvares com o melhoramento das ruas envolventes, a construção de uma praça e um estacionamento subterrâneo.

Junto ao campo de futebol houve também um melhoramento do jardim existente e da circulação de trânsito automóvel, assim como a criação de um corredor de segurança entre a escola Secundária e o Pavilhão.

O projeto teve um investimento de 5,3 milhões de euros e contou com fundos comunitários na ordem dos 2,6 milhões. O restante foi suportado pela autarquia através de um empréstimo feito à banca.



IMAGEM 10 – REGENERAÇÃO DA VILA DA RIBEIRA BRAVA

Caminho do Tranqual

A Autarquia deu início à construção do Caminho do Tranqual, na freguesia do Campanário. Uma obra que era muito aguardada pela população local e que vem proporcionar mais conforto e qualidade de vida aos residentes.

Recorde-se que este tipo de acessibilidade é de extrema importância para a autarquia, pois facilita o dia-a-dia de todos os que vivem afastados da estrada e será sempre uma prioridade para o executivo, uma vez que o desenvolvimento do Município passa, em grande medida, pela criação de estradas, caminhos e acessibilidades às habitações e aos terrenos agrícolas que permitam às pessoas uma melhor mobilidade.

A obra deverá estar concluída em 2025 e conta com um investimento de 500 mil euros. O traçado vai beneficiar diretamente várias famílias que passarão a ter carro à porta de casa.



IMAGEM 11 – CONSTRUÇÃO DO CAMINHO DO TRANQUAL

Requalificação do Centro da Freguesia da Serra De Água

O centro da freguesia da Serra de Água sofreu obras de requalificação. A intervenção incluiu a criação de passeios e o melhoramento do piso para dotar a zona central da freguesia com melhores condições de acessibilidade para peões e automobilistas.

Tratou-se de um investimento camarário que permitiu uma melhor circulação no acesso aos serviços públicos, à igreja e à praça, criando, em simultâneo, uma imagem renovada da localidade que é visitada diariamente por dezenas de turistas.



IMAGEM 12 – REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DA FREGUESIA DA SERRA DE ÁGUA

2.2 AMBIENTE

2.2.1 MELHORAMENTO, LIMPEZA E PREVENÇÃO

Conforme o decorrido nos anos transatos, durante o ano de 2024, o Município continuou a efetuar diversas atividades ao nível da melhoria ambiental nas quatro freguesias do concelho. De seguida apresenta-se de forma sucinta um breve historial das atividades efetuadas a nível ambiental:

- Limpeza de vias e arruamentos em todo o concelho da Ribeira Brava;
- Limpeza Urbana no centro da vila Ribeira Brava;
- Elaboração de um Plano de recolha de resíduos no concelho no centro urbano e miradouros do concelho;
- Manutenção e limpeza nos cemitérios municipais;
- Manutenção e limpeza do Mercado Municipal;
- Manutenção dos espaços verdes e jardins do concelho;
- Construção de beneficiação de Parques Infantis;
- Limpeza de estradas, veredas e caminhos;
- Limpeza e organização do Estaleiro Municipal de viaturas;
- Preparação e manutenção das praias para a época balnear (incluindo contínua limpeza);
- Recolha e reencaminhamento de animais abandonados;
- Limpeza de estradas agrícolas e caminhos florestais;
- Manutenção dos diversos miradouros existentes no Concelho;
- Manutenção das diversas pracetas espalhadas pelo Município;
- Limpeza de fossas e reparação e montagem das bombas em escolas;
- Aquisição de Equipamento de Iluminação Urbana (eficiência e poupança energética);
- Requalificação de caminhos vicinais (trabalhos de limpeza de espaços agroflorestais);
- Trabalhos de apoio à limpeza de escarpas no concelho;

Limpeza subaquática no cais

Pelo menos uma vez por ano, o cais da Ribeira Brava é alvo de uma limpeza subaquática para a remoção de lixo que se acumula no fundo do mar e pode prejudicar os utilizadores deste espaço.

Na limpeza efetuada em 2024, foram removidos carrinhos de supermercado, pneus, uma escada de ferro, ferro, linhas de pesca com chumbos, garrafas de plástico, garrafas de vidro, latas de alumínio, mangueiras e um saco de sargaço.



Esta ação contou com a colaboração dos Bombeiros da Ribeira Brava e Ponta do Sol, da Direção Regional de Mar e Pescas e da empresa de mergulho Ribeira Brava Diver, tendo sido acompanhada pelo Coordenador Municipal de Proteção Civil.

IMAGEM 13 – MATERIAL REMOVIDO NO CAIS DA RIBEIRA BRAVA

Limpeza da estrada da Furna

A Câmara Municipal da Ribeira Brava prossegue com os trabalhos de limpeza urbana em todo o concelho. Foi realizada uma limpeza na estrada de acesso à Furna para dotar este troço rodoviário com melhores condições.



IMAGEM 14 – LIMPEZA DA ESTRADA DA FURNA

2.2.2 PROTEÇÃO CIVIL

Simulacro na Escola Básica da Ribeira Brava

Um simulacro realizado na Escola Básica da Ribeira Brava testou a capacidade de ação da comunidade educativa e dos elementos de socorro e segurança.

Um pequeno foco de incêndio na cozinha foi o cenário proposto para esta simulação que envolveu a Proteção Civil Municipal e Regional, elementos da PSP da Ribeira Brava e Bombeiros da Ribeira Brava e Ponta do Sol que se deslocaram para o local com um veículo de combate a incêndio urbano e uma ambulância.

Foram evacuadas mais de 200 crianças do ensino básico e pré-escolar, tendo o exercício decorrido com normalidade.



IMAGEM 15 – SIMULACRO NA ESCOLA BÁSICA

A autarquia realizou simulacros em todas as escolas para preparar a comunidade educativa a agir corretamente perante um cenário real.

Cancelamento de festas e atividades que envolvam a presença de elementos da Proteção Civil

Na sequência da declaração da situação de calamidade no concelho da Ribeira Brava, determinada pela Resolução do Conselho de Governo Regional n.º 634/24 de 19 de agosto face aos incêndios florestais ativos na Região Autónoma da Madeira, o Município da Ribeira Brava cancelou os eventos que necessitavam da presença de elementos dos Bombeiros e da PSP ou outros elementos de



IMAGEM 16 – VISITA A ZONAS AFETADAS PELOS INCÊNDIOS

Proteção Civil enquanto estivesse em vigor a referida resolução.

Todas as forças de segurança, corporações de bombeiros e Proteção Civil foram totalmente dedicadas e empenhadas no combate ao incêndio de grandes proporções que assolou a Região nesses dias.

Prevenção de incêndios florestais

A Câmara Municipal da Ribeira Brava promoveu uma ação de alerta para o risco de incêndio, relembrando que a prevenção é uma responsabilidade de todos e que um comportamento responsável implica não deitar fósforos acesos ou cigarros no chão, evitar acender fogueiras ou realizar queimadas e abster-se de lançar foguetes.

O apelo recordou para a necessidade de manter o mato limpo em redor da sua habitação e evitar comportamentos dolosos ou negligentes que possam colocar em risco a vida, os bens, os animais e o ambiente.



IMAGEM 17 – ZONAS AFETADAS PELOS INCÊNDIOS

Alertas à população sobre mau tempo ou altas temperaturas

O Serviço Municipal de Proteção Civil promoveu alertas à população, através das redes sociais da autarquia, para o estado do tempo em alturas críticas, como tempestades, vento e chuva fortes ou calor extremo, de forma a prevenir as pessoas para a proteção de cada um e a adoção de comportamentos responsáveis.



IMAGEM 18 – PROMENADE DA RIBEIRA BRAVA

2.2.3 SUSTENTABILIDADE

Ribeira Brava associou-se à Hora do Planeta

A Câmara Municipal da Ribeira Brava associou-se à organização global de conservação de natureza ANP/WV/F - Hora do Planeta, desligando a iluminação pública, a 23 de março, entre as 20h30 e as 21h30 (hora local) em diversos locais, nomeadamente, no Edifício dos Paços do Concelho, na Praceta António Ramos Rodrigues -Tabua; na Praceta da Serra de Água, na Praceta Maria Margarida Rodrigues - Campanário; na Praceta do Lugar da Serra - Campanário.

Tratou-se de uma iniciativa realizada em todo o mundo que serviu de alerta e sensibilização à população para a necessidade de ações ecológicas e sustentáveis que protejam o planeta e o meio ambiente.



IMAGEM 19— CARTAZ DA HORA DO PLANETA

Ribeira Brava realizou ações ambientais e sustentáveis

O Município da Ribeira Brava trabalhou o tema da sustentabilidade através de várias ações e projetos, abrangendo os mais novos, através do Eco-Escolas e de outras iniciativas escolares, bem como a população adulta, com atividades e seminários relacionados com a preservação da natureza, do ambiente e dos ecossistemas.



IMAGEM 20 – SESSÃO DE ABERTURA DO XVII SEMINÁRIO ECO-ESCOLAS

Eis alguns projetos desenvolvidos:

- **XVII Seminário Regional Eco-Escolas:** promoveu o debate de temas ligados à sustentabilidade ambiental e permitiu que as escolas demonstrassem projetos desenvolvidos no âmbito das boas práticas ambientais. O programa contou com palestras, uma visita de campo ao Museu Etnográfico da Madeira instalado no antigo engenho de aguardente da Ribeira Brava, e um Geogiro pelo centro histórico da vila da Ribeira Brava orientado pelo geólogo Sandro Vicente.

- **Entrega e Hastear de Bandeiras Eco-Escolas:** O Município da Ribeira Brava entregou, no final de novembro, as bandeiras eco-escolas a nove estabelecimentos de ensino do concelho que trabalham a educação ambiental juntos dos alunos. Uma aposta que a Autarquia valorizou e agradeceu, pois contribui para a formação de jovens mais conscientes. As bandeiras eco-escolas foram posteriormente hasteadas pelos diferentes estabelecimentos de ensino: EB1/PE da Ribeira Brava; EB1/PE da Serra de Água; EB1/PE da Tabua; EB1/PE da Corujeira (Campanário); EB1/PE do Campanário; Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares; Creche do Campanário; Universidade Sénior da Ribeira Brava e Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) da Ribeira Brava.

- **Debate sobre sustentabilidade Ambiental:** A Biblioteca Municipal da Ribeira Brava acolheu a 7 de junho, uma mesa redonda intitulada 'Liderança Azul', integrada na candidatura do Município ao Programa Bandeira Azul. O encontro contou com três oradores e uma audiência composta por alunos da Escola Padre Manuel Álvares e da Universidade Sénior, que participaram ativamente no debate. O debate juntou Thiago Gomes, CEO da Bioreboot, Roberto Jesus, da Direção de Qualidade, Ambiente e Segurança da Empresa de Eletricidade da Madeira, e Sérgio Pedro, Diretor Geral dos Serviços da ARM.

2.2.4 CAUSA ANIMAL

Campanha de sensibilização para o não abandono dos animais domésticos

A Câmara Municipal associou-se à Animalife, uma associação nacional sem fins lucrativos dedicada



ao apoio social-animal, para a promoção da campanha de sensibilização: 'Verão Sem Abandono', alertando aos seus munícipes para um maior cuidado na proteção dos animais. Esta campanha teve como objetivo promover a responsabilidade dos donos, destacando que a amizade e o compromisso com os animais não devem ser interrompidos durante as férias. Sob o lema "A Amizade Não Tira Férias", a campanha procurou tocar o coração dos portugueses e

IMAGEM 21 – SENSIBILIZAÇÃO AO NÃO ABANDONO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

lembrar que os nossos animais dependem de nós para a sua sobrevivência e bem-estar.

A iniciativa visou diminuir o número de animais abandonados no verão, promovendo uma mensagem de compromisso e amor incondicional entre os donos e os seus animais de estimação.

Campanha de vacinação animal

A autarquia voltou a promover a campanha veterinária anual destinada aos animais domésticos do concelho da Ribeira Brava. A iniciativa abrangeu cerca de 600 cães e gatos domésticos que foram vacinados e desparasitados, havendo alguns que receberam pela primeira vez chip eletrónico.

A linha de ação destinada à causa animal continua a ser desenvolvida por este executivo desde 2014 para ajudar as famílias a suportar algumas despesas e proporcionar bem-estar aos animais, evitando a transmissão de doenças. Por outro lado, é uma forma de sensibilizar as pessoas para a proteção e o não abandono dos seus animais de companhia.

Esta campanha contou com o apoio das Juntas de freguesia do Concelho que isentaram o pagamento do registo dos animais.

A par desta atividade, o Município desenvolveu uma campanha de adoção animal com benefícios para quem adotar e esteve empenhado em proporcionar saúde e bem-estar aos animais de companhia e aos animais errantes.



IMAGEM 22 – CAMPANHA VACINAÇÃO ANIMAL

Sensibilização para vacinação antirrábica

A Câmara Municipal da Ribeira Brava lançou uma campanha de sensibilização para a vacinação antirrábica dos cães com mais de três meses de idade e recordou que os animais domésticos (cães e gatos) devem ter identificação eletrónica.

Estas obrigações estão descritas no Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro e no Edital n.º 1/2024 - Profilaxia da Raiva e Outras Zoonoses – Vacinação Antirrábica - da Secretaria Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de 27 de janeiro, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira (JORAM), Série II, n.º 20, 2.º Suplemento.



IMAGEM 23 – CAMPANHA DE VACINAÇÃO ANTIRRÁBICA

Ribeira Brava ajudou produtores de gado

Na sequência do incêndio de agosto de 2024, a autarquia da Ribeira Brava procedeu à aquisição de 182 sacas de ração para bovinos, 28 sacas para pequenos ruminantes e 560 fardos de palha, de forma a mitigar os efeitos da carência de pasto.

Esta ação beneficiou um universo de 113 bovinos e 62 pequenos ruminantes, pertencentes a 27 detentores que foram afetados pelo catastrófico evento nas zonas da Tabua, Serra de Água, Espigão, Fontes e Trompica, de acordo com levantamento efetuado por parte dos serviços regionais de pecuária.

Ricardo Nascimento, presidente da Câmara Municipal, deu conta que no âmbito dos incêndios, alguns criadores de gado bovino, ovino e caprino sentiram dificuldades em arranjar comida para os respetivos animais, sendo esta uma forma de ajudar produtores e animais.

Esta iniciativa contou com a colaboração da Secretaria Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente que auxiliou na organização da distribuição dos referidos bens.



IMAGEM 24 - ENTREGA DE RAÇÃO ANIMAL AOS PRODUTORES DE GADO AFETADOS PELOS INCÊNDIOS

2.2.5 OUTRAS ATIVIDADES

2.2.5.1 LIMPEZAS DE PRAIA

Ao longo do ano de 2024, foram realizadas várias limpezas na praia da Ribeira Brava com a ajuda de diversas entidades do Município com vista a consciencializar a população para a necessidade de conservar os espaços públicos limpos. Alunos das escolas do concelho, utentes de associações e estudantes da Universidade Sénior abraçaram o repto e colocaram 'mãos à obra' na limpeza do complexo balnear.

Estas participações fizeram parte de programas regionais, nacionais e internacionais ligados à proteção marinha, ao ambiente e à sustentabilidade.



IMAGEM 25 – LIMPEZA PRAIA DA RIBEIRA BRAVA

2.2.5.2 DEBATE SOBRE MOBILIDADE RURAL SUSTENTÁVEL

A Ribeira Brava acolheu a formação 'Mobilidade Rural Sustentável & Turismo' destinada aos municípios regionais para debater os desafios da mobilidade nas áreas rurais tendo em conta as necessidades dos residentes e dos visitantes.

Na ocasião, o presidente da Câmara Municipal referiu que uma das soluções para a mobilidade passa por ter mais carreiras públicas em algumas zonas do concelho.

A formação inseriu-se no projeto europeu – SMARTA-NET - que visa criar uma Rede Europeia de Mobilidade Rural (ERMN) com o objetivo de conectar e promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre diferentes comunidades rurais em toda a Europa.



IMAGEM 26 – DEBATE SOBRE MOBILIDADE RURAL SUSTENTÁVEL

2.2.5.3 CELEBRAÇÃO DO DIA MUNDIAL DA ÁRVORE

No dia 10 de abril, 94 crianças do 4.º ano das escolas básicas do 1.º ciclo da Ribeira Brava, participaram nas atividades organizadas pela Câmara Municipal para assinalar o Dia Mundial da Árvore, celebrado a 21 de março.

Começaram o dia com uma visita à ETA de São João, onde tiveram a oportunidade de compreender melhor o funcionamento do local responsável pelo abastecimento da água no concelho.

Posteriormente, os alunos participaram numa caminhada e ajudaram a plantar árvores. Ações como



esta são fundamentais para a conservação da biodiversidade, a absorção de carbono, a prevenção da erosão do solo e a preservação da qualidade dos recursos hídricos.

IMAGEM 27 – PLANTAÇÃO DE ÁRVORES EM PROL DO DIA MUNDIAL DA ÁRVORE

2.2.5.4 PRAIA DA RIBEIRA BRAVA ACESSÍVEL A TODOS

O Complexo Balnear da Ribeira Brava oferece todas as condições para uma ida a banhos. O espaço hasteou a Bandeira Azul que classifica a qualidade da água no nível máximo de excelência e está dotado de infraestruturas para crianças, jovens e adultos.

A par dos nadadores-salvadores, a praia dispõe de uma cadeira anfíbia para quem tem dificuldade motora e o acesso faz-se pelas escadas, por elevador ou pela rampa do parque de estacionamento.

Os passadiços foram recuperados para proporcionar melhores condições de acesso ao mar e facilitar a circulação no espaço. O mesmo aconteceu com os chapéus que sofreram obras de melhoramento.

O complexo dispõe de uma piscina para bebés e outra para crianças, bar de apoio e restaurante. Este ano, conta com a presença de empresas de atividades náuticas para reforçar a oferta de atividades de lazer.

Para melhor servir a população, a Câmara Municipal realizou uma limpeza anual subaquática ao seu Complexo Balnear para verificar a presença de materiais submersos que possam prejudicar a segurança dos utilizadores do espaço. Uma ação que contou com a colaboração da Câmara Municipal, dos Bombeiros da Ribeira Brava, da Direção Regional de Mar e Pescas e da empresa de mergulho Ribeira Brava Diver.



IMAGEM 28 – PRAIA DA RIBEIRA BRAVA COM TODAS AS ACESSIBILIDADES

2.2.5.5 DISTRIBUIÇÃO DE RATICIDA

No âmbito do Plano Municipal de Combate às pragas urbanas, a Câmara da Ribeira Brava realizou uma campanha de distribuição de raticida à população do concelho para ajudar a combater as espécies de roedores vulgarmente conhecidas como rato doméstico e rato de esgoto. O raticida foi distribuído pelas várias freguesias para mitigar a presença de ratos no concelho e a propagação de doenças associadas a estes roedores. A ideia foi também atenuar a infestação de ratos para níveis que não causem prejuízos nas explorações agrícolas e evitar riscos para saúde pública, já que o rato é um dos principais transmissores de doenças.

Nesta campanha foram distribuídos mais de 3.500 kg de raticida.



IMAGEM 29 – DISTRIBUIÇÃO DE RATICIDA

2.3 CULTURA E DESPORTO

2.3.1 EVENTOS CULTURAIS

Existe, por parte do Município, um empenho contínuo em promover, divulgar, dar continuidade e inovar a cultura popular local, reforçando assim a valorização das nossas raízes culturais, bem como o incentivo ao desenvolvimento. Nesse sentido, o Município continuou com atividades recreativas e culturais, incluindo espetáculos de rua e dinamização de exposições em vários espaços do concelho.

Como forma de impulso à dinamização do concelho e à economia local, o município organizou diversos eventos ao longo do ano de 2024, ao qual passamos a enumerar sucintamente alguns exemplos:

VIII MOSTRA DA PONCHA E DO MEL NA SERRA DE ÁGUA

A Mostra da Poncha e do Mel realizada pela 8.^a vez na Serra de Água ficou marcada por elogios ao trabalho árduo dos produtores locais que muito contribui para a confeção desta bebida típica regional.

Jorge Santos, vice-presidente da autarquia, frisou a importância deste evento que se traduz num símbolo da identidade local e uma oportunidade para valorizar os produtores, o produto Madeira, o sector económico, o comércio local e esta terra em particular.

Destacou os apicultores bem como os produtores locais de tangerina, laranja ou limão que trabalham com os comerciantes para a confeção desta bebida regional, não esquecendo os artesãos da freguesia, quase em extinção, que se dedicam a criar os tradicionais paus da poncha.

A autarquia reiterou o seu apoio para a realização deste evento que vai na sua VIII edição e é muito mais do que uma mostra da poncha.



IMAGEM 30 – SESSÃO DE ABERTURA DA VIII MOSTRA DA PONCHA E DO MEL

Dinamização do Espaço do Artesão

O Espaço do artesão, no Campanário, acolhe anualmente várias exposições temáticas que podem ser coletivas ou individuais. Este polo cultural do concelho nasceu para dar visibilidade ao trabalho artesanal feito por munícipes e forasteiros que tenham algo a acrescentar às artes e cujo ofício promova e enriqueça o concelho da Ribeira Brava e a freguesia do Campanário.

A longo de 2024, foram várias as exposições:

- Maria Bordadeira
- Ilustração Botânica de Elisabete Henriques
- Bijuteria de Teresa Nóbrega
- Peças de Madeira Segmentada de Emanuel Severino
- Presépios de Natal
- Workshops



IMAGEM 31 – ESPAÇO DO ARTESÃO

Cantar dos Reis

A vila da Ribeira Brava volta a promover o espetáculo 'Cantar dos Reis' na noite de sábado, 6 de janeiro, que marcou o encerramento das festividades de Natal. A iniciativa privilegiou os grupos da casa para uma noite de muita música e alegria.

O evento arrancou com o segundo sorteio da campanha comercial 'Eu opto pelo comércio local', onde foram sorteados vales para serem usados nas lojas aderentes. Seguiu-se a atuação dos grupos convidados: Tocata da Casa do Povo do Campanário, Universidade Sénior da Ribeira Brava e os grupos de Reis das Casas do Povos da Serra de Água, da Tabua, do Campanário e da Ribeira Brava.



IMAGEM 32 – CANTAR DOS REIS

Miniparque de diversões

Um miniparque de diversões composto por insuflável, trampolim, carrossel e uma pista americana foi instalado na vila da Ribeira Brava. O projeto regressou pelo terceiro ano consecutivo com o

objetivo de impulsionar a economia local e proporcionar uma oferta diferente à população, sendo um chamariz para atrair visitantes de outras paragens.

Tratou-se de uma aposta da empresa Diverlike que voltou a optar pela Ribeira Brava como forma de rentabilizar a sua presença no mercado regional.

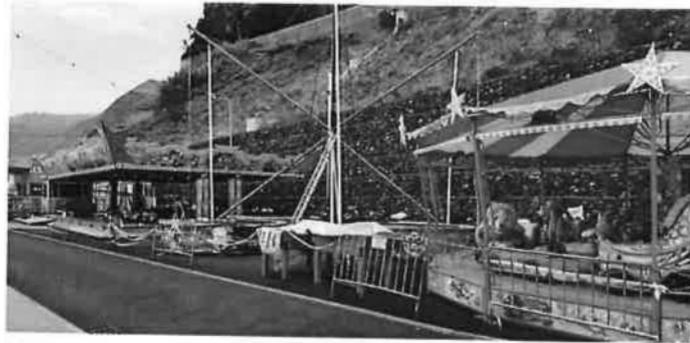


IMAGEM 33 – MINIPARQUE DE DIVERSÕES

Dinamização da Biblioteca Municipal

A Biblioteca Municipal da Ribeira Brava promoveu, ao longo de todo o ano, atividades diversas para incentivar à leitura e dinamizar o espaço cultural.

Desta forma, o espaço acolheu exposições temáticas para assinalar eventos como carnaval, dia dos namorados, Páscoa, São Pedro, Halloween e Natal, entre outros. Houve ainda lançamentos de livros, sessões de leitura e Hora do Conto.



IMAGEM 34 – DINAMIZAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL

Cortejo Trapalhão no Campanário

O cortejo de carnaval realizado na freguesia do Campanário contou com a participação de centenas de foliões que voltaram a protagonizar um momento de convívio e de muita folia. Não faltaram malassadas nem a sátira política à atualidade vivida na Região.

Organizado pela Casa do Povo do Campanário, com o apoio da Câmara Municipal, este evento tem sido uma tradição na localidade que muito contribui para a preservação das tradições carnavalescas.



IMAGEM 35 – CORTEJO TRAPALHÃO NO CAMPANÁRIO

Semana da Cultura

Pelo terceiro ano consecutivo, a CMRB apostou na realização da Semana da Cultura de forma a divulgar as diferentes formas de arte e dar palco aos talentos do município. Durante 10 dias, o



IMAGEM 36 – ATIVIDADE CULTURAL DA SEMANA DA CULTURA

programa incluiu feira do livro, recriação da cabotagem, apresentações literárias, teatro, magia, música, cinema e espetáculos infantis, entre outras atividades. Englobou as escolas e instituições do concelho, convidando-as a participar com atividades culturais para fomentar o gosto e a aproximação às várias formas de arte.

39.º Encontro de Bandas Filarmónicas

O 39.º Encontro de Bandas Filarmónicas reuniu 12 bandas regionais na Ribeira Brava numa homenagem aos seus músicos e maestros, dando-lhes a oportunidade de se apresentarem num outro contexto com um repertório diferente do habitual.

Tratou-se de um evento importante para promover a cultura e a música tradicional, bem como fortalecer o intercâmbio cultural entre as bandas e incentivar o espírito de união entre os seus membros.

O evento encerrou com uma performance da banda Artistas Funchalenses, acompanhada pela cantora Cristina Barbosa.



IMAGEM 37 – 39.º ENCONTRO DE BANDAS

Festival Panda

A Câmara Municipal voltou a assinalar o Dia da Criança com um espetáculo do Panda. Algo que acontece desde 2016 em prol das crianças, já que o espetáculo é aberto à comunidade.



IMAGEM 38 – FESTIVAL PANDA

A Ribeira Brava foi pioneira ao ser o primeiro concelho fora do Funchal a trazer o Panda e a sua banda. O investimento a pensar nos mais novos é para continuar, dado o entusiasmo das crianças de várias idades.

Festa da Cerveja, Doses e Petiscos

A Festa da Cerveja, Doses e Petiscos 2024 realizou-se na Marginal da Ribeira Brava entre 23 e 26 de maio. Durante os quatro dias do evento, foram muitas as pessoas que passaram por este espaço para

saborear cerveja e petiscos e assistir aos espetáculos musicais que ofereceram uma diversidade de sonoridades e estilos musicais.



IMAGEM 39 – FESTIVAL DA CERVEJA, DOSES E PETISCOS

Festa da Flor

A vila da Ribeira Brava assinalou a Festa da Flor com uma instalação artística na frente-mar, onde as ornamentações convidaram a uma foto para mais tarde recordar. Os enfeites florais foram feitos pela Casa do Povo da Ribeira Brava, com o apoio da Câmara Municipal.

No sábado seguinte, dia 11 de maio, a decoração do espaço esteve por conta da Casa do Povo da Serra de Água. Seguiu-se a Casa do Povo da Tabua a 18 de maio.



IMAGEM 40 – ENFEITES FLORAIS DA FESTA DA FLOR

Arraial de São Pedro

A Ribeira Brava voltou a assinalar com pompa e circunstância um dos maiores arraiais da Madeira - São Pedro – e viveu intensamente as tradições que ainda perduram, como as romagens celebradas com emoção e devoção ou a construção da Charola feita na Fajã da Ribeira por José Faria que juntou 1100 kg de fruta, verdura e legumes oferecidos pela população. Da Achada partiu o Barco que

transportou a imagem de São Pedro até à igreja Matriz da Ribeira Brava e foi ornamentado pela população local com muito empenho, amor e devoção.

Na noite de 28 de junho as marchas populares juntaram milhares de participantes nas principais ruas



da vila, sem esquecer a espetada no calhau, que é um marco deste evento, e a dança das espadas.

A par da tradição, o arraial faz-se também de modernidade e inovação, com grupos e bandas musicais, assim como barracas de comes e bebes.

IMAGEM 41 – MARCHAS POPULARES DE SÃO PEDRO NA RIBEIRA BRAVA

Espaço Intergeracional celebrou seis anos de atividade

Foi com um almoço-convívio que a autarquia da Ribeira Brava assinalou o 6.º aniversário do Espaço Intergeracional de São João. Uma aposta da Câmara Municipal que nasceu em 2018 e se tem destacado na promoção de um envelhecimento ativo e saudável entre os seus utentes.

Desde a sua criação, este espaço destinado à interação de gerações, com incidência na população sénior, tem proporcionado uma variedade de atividades que visa estimular tanto o lado intelectual quanto social dos seus utentes. As iniciativas incluem passeios culturais, visitas a locais históricos e turísticos, ações de sensibilização e convívios temáticos, entre outros.

Ricardo Nascimento relembrou com orgulho a criação do local que a cada ano supera as expectativas iniciais. Em dia de festa, entregou um medidor de tensão arterial e renovou o kit de primeiros socorros.

A oferta de atividades físicas e lúdicas, incluindo caminhadas, showcookings e, recentemente, a utilização de equipamentos digitais para treinar a memória e trazer o mundo digital aos utentes do centro, demonstra o compromisso da Câmara Municipal em proporcionar aos idosos um ambiente que favoreça a saúde e a atividade cognitivas.



IMAGEM 42 – ALMOÇO CONVÍVIO NO ESPAÇO INTERGERACIONAL

Exposição sobre a história do Jazz

Os Paços do Concelho da Ribeira Brava acolheram uma exposição itinerante que contou a história do jazz na Madeira. ‘Jazz em Caminhos’ destacou a importância histórica do jazz na Madeira e tentou aproximar o público deste género musical, despertando o interesse pela sua história e evolução na região. Foi possível perceber a história cultural da música e do jazz em Portugal, que se cruza com a história da música na Madeira através de um trabalho de fácil leitura que revelou curiosidades fascinantes sobre o jazz madeirense, desde os primeiros registos até à nova vaga de artistas contemporâneos.

Com esta iniciativa, a Ribeira Brava reafirmou-se como um polo cultural dinâmico e acolhedor, pronto para receber todos os interessados em explorar o rico património artístico da ilha.



IMAGEM 43 – EXPOSIÇÃO ‘JAZZ EM CAMINHOS’

Documentário sobre o Visconde apresentado no Teatro Baltazar Dias

O Teatro Municipal Baltazar Dias, no Funchal, acolheu a apresentação oficial do documentário 'O Visconde Indomável' que retrata a vida e obra de Francisco Correia de Herédia, também conhecido como o Visconde da Ribeira Brava.

A cerimónia contou com a participação da atriz e tetraneta do Visconde, Inês Herédia, dos autarcas da Ribeira Brava e da Vidigueira, mentores do projeto, do realizador José Abrantes, do produtor João Santos, da Diretora Regional da Cultura, Natércia Xavier e do secretário Regional da Economia, Turismo e Cultura, Eduardo Jesus.

Marcaram ainda presença diversas personalidades da Ribeira Brava e da sociedade madeirense que assistiram a um teaser de 20 minutos, uma espécie de antevisão daquilo que se poderá esperar do documentário.

Duas mesas redondas juntaram os intervenientes deste projeto que abordaram as dificuldades e os desafios de montar e realizar esta produção cinematográfica que passou por Lisboa, Ribeira Brava e Vidigueira.



IMAGEM 44 – APRESENTAÇÃO OFICIAL DO DOCUMENTÁRIO 'O VISCONDE INDOMÁVEL'

Dividido em dois episódios, o projeto será transmitido em breve na RTP e mostra as lutas e o legado deixado pelo Visconde, um homem muito à frente do seu tempo que marcou o desenvolvimento da Madeira e, em particular, da Ribeira Brava.

Livros de José Ramada doados à Biblioteca Municipal

Uma coleção de livros de José Ramada foi doada pelo próprio escritor à Biblioteca Municipal da Ribeira Brava como forma de divulgar a cultura e proporcionar aos leitores acesso a uma variedade de obras literárias.

Nascido em Fafe e residente na Madeira, Ramada doou romances e contos que refletem a sua vasta experiência e criatividade em diversos géneros literários. Uma biografia sobre a história dos escuteiros de Fafe, um livro de poesia e um conto infanto-juvenil fizeram parte das obras entregues à Biblioteca, assim como o seu livro que junta poesia (Nostalgia) e romance (Cravos de Poeta).



IMAGEM 45 – LIVROS DOADOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL

Dinamização da Biblioteca de Praia

O projeto Biblioteca de Praia tem sido uma aposta ganha, não só pela oferta de atividades diversificadas, mas por ser um polo dinamizador de cultura instalado no complexo balnear durante o verão. Em cada edição o projeto tem atraído crianças de várias idades, associações desportivas e banhistas. Entre as atividades realizadas, destacam-se apresentações literárias, atividades de expressão plástica, ateliers, workshops de culinária saudável e sessões educativas.

A Biblioteca de Praia é parte integrante das iniciativas promovidas pelo município de modo a enriquecer a experiência balnear no concelho.



IMAGEM 46 – ATIVIDADE NA BIBLIOTECA DE PRAIA

Procissão marítima Alusiva a São Pedro

A Ribeira Brava recebeu a procissão marítima em honra de São Pedro, composta por várias embarcações que saíram do cais de Câmara de Lobos. Uma tradição que foi retomada em 2022, fruto

de uma parceria entre as autarquias de Câmara de Lobos e da Ribeira Brava, como forma de encerrar as festividades de São Pedro.

Antigamente era comum os vizinhos de Câmara de Lobos virem de barco à Ribeira Brava para encerrar estas festas, um costume que voltou a ser revivido em 2024 por centenas de pessoas e várias embarcações que trouxeram a bordo as imagens de São Pedro pescador e São Pedro Gonçalves Telmo, simbolizando mais um dia de festa e de animação.



IMAGEM 47 – PROCISSÃO MARÍTIMA ALUSIVA A SÃO PEDRO

Festi Brava 2024

O Festi Brava 2024, organizado pela Casa do Povo da Ribeira Brava em parceria com a Câmara Municipal, tem como objetivo celebrar as tradições folclóricas portuguesas. Foi realizado a 1 de setembro na Frente Mar da Vila e contou com um cortejo festivo seguido de diversas atuações.

O Coro Infanto-Juvenil da Ribeira Brava abriu o evento, seguindo-se os grupos de folclore participantes. O Festi Brava é uma oportunidade única para apreciar e celebrar a cultura regional num ambiente de festa e tradição.



IMAGEM 48 – FESTI BRAVA 2024

Festa Luso-Venezuelana

A 13.^a edição da Festa Luso-Venezuelana encheu, durante três dias, a marginal da Ribeira Brava com momentos de convívio, alegria, gastronomia e muita emoção nos apelos à democracia na Venezuela. Anualmente, esta festa tem sido marcada pela interculturalidade entre portugueses e venezuelanos.

Em palco passaram artistas de várias nacionalidades que entoaram sons e ritmos latinos e portugueses, proporcionando muita animação.

O evento começou com uma conferência sobre o investimento da Venezuela na Madeira na escola Padre Manuel Álvares. Seguiu-se a Taça Simón Bolívar de Softbol disputada no Estádio Municipal da Ribeira Brava. A festa propriamente dita realizou-se na marginal, onde não faltou gastronomia e muita diversão.

A organização esteve a cargo da Câmara da Ribeira Brava e do Diário de Notícias que vão manter esta parceria para dar continuidade a este evento que serve de agradecimento aos emigrantes venezuelanos que muito contribuíram e contribuem para o desenvolvimento da Madeira, sendo também um evento de união e de apelo por uma Venezuela livre.



IMAGEM 49 – FESTA LUSO-VENEZUELANA NA RIBEIRA BRAVA

Summer Closing

A 1.^a edição do Summer Closing realizada na vila da Ribeira Brava superou as expectativas. Durante três noites, de 20 a 22 de setembro, a baixa ribeira-bravense foi palco de um evento que juntou música, comédia e moda, terminando as festividades de Verão em grande estilo.

O evento pretendeu alavancar o comércio local e trazer dinamismo à vila, objetivos que foram cumpridos com sucesso.

O artista moçambicano Juvencio Luyiz convenceu o público com os sons do quizomba, assim como os restantes artistas que compuseram o cartaz desta primeira edição.



IMAGEM 50 – SUMMER CLOSING

Coro Infantojuvenil da Ribeira Brava

O Município da Ribeira Brava apostou na reativação do Coro Infantojuvenil para oferecer uma nova dinâmica cultural e inculcar nos mais novos o gosto pela música, desenvolvendo as suas capacidades vocais.

O projeto tem sido um sucesso e contou, no ano de 2024, com a participação de cerca de 41 crianças.

A orientação é da responsabilidade da professora Sandra Dias.



IMAGEM 51 – CORO INFANTOJUVENIL DA RIBEIRA BRAVA

Festa da Castanha da Serra

A serra do Campanário, mais concretamente no Chão Boieiro, acolheu mais uma edição da Festa da Castanha da Serra, um evento de cariz popular que tem na castanha o seu expoente máximo.

Houve animação com despiques e cantares populares, gastronomia associada à castanha, atividades de lazer onde se incluiu caminhadas, jogos tradicionais, passeios a cavalo e passeios locais e uma

vertente cultural com destaque para o artesanato e os livros 'Histórias de vida das gentes de cima' e '25 anos da Associação Desportiva do Campanário'.



IMAGEM 52 – FESTA DA CASTANHA NAS SERRAS DO CAMPANÁRIO

O evento foi organizado pela Associação Desportiva do Campanário e contou com a colaboração da Câmara Municipal da Ribeira Brava.

Abertura do Espaço Intergeracional de São Paulo

Desde novembro de 2024 que está em funcionamento o novo Espaço Intergeracional de São Paulo concebido para oferecer à população sénior momentos de convívio, de lazer e de aprendizagem.

Desenvolvido pela Câmara Municipal, este espaço vai ao encontro de uma necessidade desejada pela população de São Paulo, à semelhança do que já acontece em São João, onde os menos jovens têm acesso a atividades que promovam o bem-estar físico e psicológico e estimulem as capacidades cognitivas.



IMAGEM 53 – ESPAÇO INTERGERACIONAL DE SÃO PAULO

Festividades de Natal

A Ribeira Brava assinalou a quadra natalícia com um programa recheado de atividades e animação para toda a família. Foi um mês com música, iguarias, tradições e muita animação.

A iluminação acendeu a 29 de novembro, no mesmo dia em que abriu o mercadinho de Natal com algumas barraquinhas.

O Comboio destinado às crianças começou a fazer viagens pelo centro histórico da vila no dia 30 de novembro.

O Pai Natal chegou à Ribeira Brava a 15 de dezembro e a Noite do Mercado realizou-se a 21 de dezembro. Já o Cantar dos Reis aconteceu a 5 de janeiro de 2025.



IMAGEM 54 – FESTIVIDADES DE NATAL

Almoço Sénior

O Pavilhão da Serra de Água acolheu mais de 700 munícipes com idade superior a 65 anos num convívio organizado pela Câmara Municipal para celebrar a quadra natalícia. O evento decorreu com alguma emoção, sobretudo por parte de Ricardo Nascimento, por ser o último em que participa na qualidade de Presidente da Câmara Municipal.

O autarca dirigiu-se à população menos jovem do concelho para agradecer o voto de confiança que lhe foi dado ao longo dos últimos anos e desejar uma quadra de festa alegre e com muita paz.



IMAGEM 55 – ALMOÇO SÉNIOR

Este convívio tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos em termos de número de participantes. Tem sido uma mais-valia no combate à solidão e é uma oportunidade para as pessoas reencontrarem amigos e conhecidos que não vêm no dia-a-dia.

Dinamização do Mercadinho de Natal

O Mercadinho de Natal da Ribeira Brava esteve muito animado ao longo do mês de dezembro. Entre a oferta de iguarias, comida e bebida, também houve muita animação com grupos e bandas regionais para animar a população.



IMAGEM 96 – MERCADINHO DE NATAL

Utentes dos Espaços Intergeracionais em Convívio de Natal

A Câmara Municipal proporcionou um pequeno convívio de Natal aos utentes dos Espaços Intergeracionais do concelho. O almoço realizou-se em São Paulo, na antiga escola básica que foi aberta à população sénior para a convivência entre vizinhos.

O presidente da autarquia destacou a afluência das pessoas que têm aderido a esta nova valência, tendo salientado o exemplo de trabalho em prol deste núcleo populacional. Olha para este espaço como uma oferta de proximidade à população que vem melhorar o dia-a-dia, pelo que o Espaço Intergeracional de São Paulo é um complemento à oferta de centros de dia que já existem.



IMAGEM 57 – CONVÍVIO DE NATAL DOS ESPAÇOS INTERGERACIONAIS

Exposição de Presépios na Câmara da Ribeira Brava

Durante a quadra natalícia, a Câmara Municipal da Ribeira Brava teve em exposição mais de 40 presépios elaborados pela funcionária Celeste Silva. Uma tradição que se repete anualmente nesta



IMAGEM 58 – EXPOSIÇÃO DE PRESÉPIOS NA CÂMARA MUNICIPAL

quadra natalícia e que é muito procurada por turistas e madeirenses.

Ninguém ficou indiferente à dimensão e criatividade dos presépios, desde os mais tradicionais, em escadinha, aos mais elaborados que retrataram a vila da Ribeira Brava.

Comboio de Natal

Uma das grandes atrações do Natal na Ribeira Brava foi o comboio que fez viagens pelo centro histórico da vila. Uma aposta camarária que tem ganho cada vez mais adeptos entre os mais novos.

Este passeio único tem uma maneira especial de celebrar o Natal, oferecendo uma experiência repleta de alegria e espírito natalício, que tem ficado carinhosamente na memória dos mais novos.



IMAGEM 59 -COMBOIO DE NATAL

Campanha Comercial de Natal

A campanha de apoio ao comércio local desenvolvida pela autarquia da Ribeira Brava na época de natal decorreu a bom ritmo. Na edição de 2024, participaram 17 comerciantes com lojas e serviços disponíveis, na sua maioria, no centro da vila.

A campanha consistiu na oferta de um cupão por cada 25 euros de compras nas lojas aderentes que foram a sorteio na Noite do Mercado e na noite do Cantar dos Reis. Os prémios oscilaram entre vales de 50 e 250 euros.



IMAGEM 60 – ENTREGA DE CUPÕES OO SORTEIO NA NOITE DO MERCADO

2.3.2 EVENTOS DESPORTIVOS

No que concerne ao desporto, para além dos eventos desportivos organizados pela autarquia, o município prestou apoio à participação de atletas em campeonatos fora do arquipélago, colaborou com organizações externas a atuar no concelho de modo a captar o maior número de eventos desportivos e facilitou a participação de atletas ou equipas residentes no concelho através do pagamento de inscrições em algumas provas. Passamos a enumerar sucintamente alguns dos eventos desportivos realizados na Ribeira Brava ao longo do ano de 2024:

VII Edição do Trail Escolar da Ribeira Brava

514 participantes encheram a vila da Ribeira Brava em mais uma prova do Trail Escolar, organizado pela Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares. O evento conta com sete edições e voltou a captar a atenção de alunos, professores e funcionários de várias escolas da Região naquele que é considerado o maior trail escolar da Madeira.

O projeto é para continuar e Ricardo Nascimento já garantiu o apoio da autarquia ao evento que tem sido uma mais-valia para a Ribeira Brava, na medida em que permite a divulgação daquilo que o concelho tem para oferecer.



IMAGEM 61 – VII EDIÇÃO DO TRAIL ESCOLAR DA RIBEIRA BRAVA

1.º de Maio Desportivo

O feriado de 1 de maio de 2024 voltou a ser celebrado na vila da Ribeira Brava com três modalidades desportivas. O foco principal tem sido a prova de atletismo que juntou mais de 450 atletas, divididos em vários escalões. O programa de atividades do 1.º de Maio Desportivo contou ainda com uma aula de grupo Les Mills Body Combat ao ar livre, sob a chancela do Ascensão Gym. Uma atividade que alertou para a importância do exercício físico, numa altura em que a sociedade está cada vez mais isolada e as pessoas estão sedentárias.

Em simultâneo, vários atletas de judo de diversos clubes madeirenses juntaram-se para uma competição que mostrou o talento e a aptidão dos jovens atletas para a modalidade.



IMAGEM 62 – PROVA DE ATLETISMO DO 1.º DE MAIO

Final do Campeonato Nacional de Petanca

A Ribeira Brava acolheu a final do Campeonato Nacional de Petanca, uma modalidade de precisão dividida em três variantes: individual, duplete e triplete. Neste evento participaram 32 atletas, sendo 16 seniores masculinos, oito femininos seniores e oito juniores, provenientes do continente e da Madeira.

Foi a primeira vez que a final aconteceu na ilha, graças ao apoio da Câmara da Ribeira Brava e serviu para promover e expandir o conhecimento deste desporto na região.



IMAGEM 103 – FINAL DO CAMPEONATO NACIONAL DE PETANCA

Circuito Regional de Walking Football

A Ribeira Brava acolheu a 20 de abril, a 4.ª etapa do Circuito Regional de Walking Football 2023/2024 que juntou sete equipas nas vertentes lúdica e competitiva, cujos vencedores foram o Madeira Walking Football e o Rami, respetivamente.

Depois de ter passado por Machico, Calheta e Porto Santo, a prova para atletas com mais de 50 anos, chegou ao Estádio Municipal da Ribeira Brava.

Este desporto tem ganho cada vez mais adeptos pelas mais-valias que transmite aos seus participantes. Para além de trabalhar a parte física, mental e social, há a destacar o convívio, o trabalho de equipa e a competitividade saudável entre as equipas.

A organização esteve a cargo da Associação de Técnicos de Arbitragem da RAM e contou com o apoio da Câmara Municipal da Ribeira Brava.



IMAGEM 64 – CIRCUITO REGIONAL DE WALKING FOOTBALL

Prova de Carros de Pau na Freguesia da Tabua

A freguesia da Tabua recebeu, a 14 de abril, a corrida de carros de pau a contar para o campeonato regional.

A prova teve uma extensão de 3400 metros e contou com muitos participantes de diversas categorias. Não faltou espetáculo nem adrenalina numa prova onde os pilotos realizaram uma boa exibição.



IMAGEM65 – PROVA DE CARROS DE PAU DA TABUA

Campeonato de Aquatlo

O Campeonato Regional Individual de Aquatlo regressou à Ribeira Brava organizado pela Associação Regional de Triatlo. Esta foi a segunda etapa do ano, mantendo os rankings regionais em aberto. Os vencedores desta etapa foram Bruno Freitas e Joana Carichas.

A competição englobou diversas distâncias. A prova principal foi disputada na distância Sprint, destinada a atletas licenciados dos escalões de Cadetes e Superiores. Houve ainda a distância Super-Sprint, voltada para os escalões de Paratriatlo e Juvenis.

Já o Aquatlo Jovem foi direcionado a Benjamins, Infantis e Iniciados. Combinou natação e corrida em diferentes trajetos, da praia à marginal.



IMAGEM 66 – CAMPEONATO DE AQUATLO

4.º Campeonato Regional de Carros de Pau no Campanário

O 4.º Campeonato Regional de Carros de Pau integrou a programação da Feira do Campanário e contou com trinta e seis viaturas participantes que percorreram toda a freguesia.

A prova começou no Lugar da Serra e terminou na Igreja de São Brás, num percurso de mais de 6 km.



IMAGEM 67 – 4.º CAMPEONATO REGIONAL DE CARROS DE PAU
NO CAMPANÁRIO

Desporto agraciado na Ribeira Brava

A Associação Desportiva da Serra de Água e o Clube Desportivo da Ribeira Brava foram agraciados pelo executivo municipal em virtude dos resultados alcançadas que dignificaram o bom nome do Município.

A Associação Desportiva da Serra de Água participou na Taça Nacional Neves de Carvalho - Speedy, na modalidade de patinagem, com 18 atletas em 3 categorias.



IMAGEM 68 – RECEÇÃO DE JOVENS ATLETAS NOS PAÇOS DO CONCELHO

O Clube Desportivo da Ribeira Brava alcançou importantes vitórias no futsal. A equipa sénior conquistou a Taça da Madeira e a equipa de futsal infantil venceu o Campeonato Regional da Madeira de Futsal e a Taça Madeira.

II Etapa do Campeonato Regional de Biatle

O Biatle regressou à Ribeira Brava no dia 22 de junho, com a Etapa 2 do Campeonato Regional de Biatle 2024. Sendo a última prova a contar para o Campeonato Regional, os atletas foram divididos em 8 escalões. Esta modalidade consistiu em três segmentos: corrida, natação e corrida. Participaram mais de 70 atletas de diferentes idades.



IMAGEM 69 – II ETAPA DO CAMPEONATO REGIONAL DE BIATLE

Festival de Natação

A Ribeira Brava acolheu o Festival da Natação para promover a interação entre alunos do 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo que frequentaram as aulas de natação durante o ano letivo.

O evento foi organizado pela Direção Regional de Serviços do Desporto Escolar, em colaboração com os professores de Educação Física, da Delegação Escolar da Ribeira Brava, da DSDE, e com o apoio da Câmara Municipal da Ribeira Brava.



IMAGEM 70 – FESTIVAL DE NATAÇÃO

Circuito Regional de Futebol de 7

A última etapa do Circuito Regional de Futebol de 7, organizado pela Liga Veteranos Madeira foi realizada na Ribeira Brava, tendo sido conhecidos os vencedores do circuito., num total de 14 equipas.

Machico alcançou o primeiro lugar, o 1.º de Maio ficou em segundo e o Nacional em terceiro. A escolha pela Ribeira Brava deveu-se, segundo a organização, à disponibilidade contínua da Câmara Municipal em apoiar eventos desportivos, além de oferecer instalações adequadas como o Campo Municipal e o Centro Desportivo.



IMAGEM 71 – ÚLTIMA ETAPA DO CIRCUITO REGIONAL DE FUTEBOL DE 7

Voleibol de praia na Ribeira Brava

A Ribeira Brava foi o palco do Circuito Regional de Voleibol de Praia 2024, que decorreu nos dias 20 e 21 de julho. A vila acolheu a 5ª e última etapa do circuito, que contou com a participação de 14 duplas seniores masculinas, 10 duplas seniores femininas, 11 duplas sub-18 masculinas e 22 duplas sub-18 femininas.

Foi um fim de semana memorável para os amantes do voleibol de praia que puderam desfrutar de um excelente nível de competição.



IMAGEM 72 – ÚLTIMA ETAPA DO CIRCUITO REGIONAL DE VOLEIBOL DE PRAIA

Rali da Ribeira Brava

A VIII edição do Rali da Ribeira Brava foi para a estrada nos dias 12 e 13 de julho com 34 participantes

e muita adrenalina. O Rali representa uma mais-valia significativa para o concelho ao dinamizar o município junto dos adeptos desta modalidade. Além disso, proporciona aos pilotos a oportunidade de competir e oferece aos habitantes locais uma prova de calibre no seu próprio concelho.



IMAGEM 73 – ENTREGA DE PRÉMIOS DO RALI DA RIBEIRA BRAVA

O Rali da Ribeira Brava incluiu a prova Super Especial com um percurso de 3,3 km no centro da vila e um dia de competição pelas quatro freguesias. A entrega de prémios consagrou os vencedores e os participantes.

Semana Europeia do Desporto

O Município da Ribeira Brava assinalou a Semana Europeia do Desporto com várias atividades. Entre 21 e 27 de setembro, foram vários os atletas de diversas modalidades que se juntaram para praticar desporto.

A 2.ª Edição da Ribeira Brava Vertical Race decorreu na vereda de acesso ao sítio do Espigão e contou com 84 participantes, num percurso exigente, com cerca de 2 km em subida constante.

O programa contou ainda com Desporto Sénior, tendo juntado os alunos da Universidade Sénior para a prática desportiva nas modalidades de walking football, mini golfe e padel.

A praia da Ribeira Brava foi palco de torneios de futebol e voleibol de praia, atividades náuticas e ainda uma prova de atletismo, andebol madeirabol e laser run. O evento terminou com uma caminhada sénior no Chão dos Louros.



IMAGEM 74 – 2ª EDIÇÃO DA RIBEIRA BRAVA VERTICAL RACE

Rampa Regional da Ribeira Brava

A Rampa Regional da Ribeira Brava foi disputada a 7 de setembro por 31 concorrentes que percorreram a freguesia do Campanário num traçado de aproximadamente 5,3 kms da Rua Comandante Camacho de Freitas.

Dinarte Nóbrega foi o vencedor da prova que acabou por ser disputada até ao fim com Gregório Faria. Na terceira posição ficou Sérgio Jesus.

O dia foi de muita adrenalina na estrada, dentro e fora dos carros de competição, tendo sido patente um bom ambiente junto dos concorrentes e do público que assistiu à prova.

O presidente da Câmara, Ricardo Nascimento, destacou a importância crescente do desporto automóvel no município, que tem vindo a ganhar destaque desde 2015.

A Rampa da Ribeira Brava foi organizada pela Câmara Municipal da Ribeira Brava em colaboração com o Clube Desportivo Nacional, a Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, e a Associação Madeirense de Automobilismo e Karting.



IMAGEM 75 – RAMPA REGIONAL DA RIBEIRA BRAVA

Voleibol de Praia

A Ribeira Brava acolheu, entre os dias 29 de agosto e 1 de setembro o torneio Beach Volleyball Closing, que reuniu 176 atletas de diversas idades, desde os 11 aos 50 anos. Este evento, organizado por um grupo de pessoas ligadas à modalidade, incluindo treinadores e árbitros, destacou-se pela variedade de competições e pela participação ativa da comunidade desportiva.

Paulo Branco, responsável pela criação do projeto, expressou a sua satisfação com o sucesso do evento, sublinhando a alegria de ver tantas pessoas envolvidas no voleibol, especialmente num local com excelentes condições como a Ribeira Brava.



IMAGEM 76 – TORNEIRO BEACH VOLLEYBALL CLOSING

Prova de Orientação

A Vila da Ribeira Brava acolheu, na tarde do dia 12 de outubro, uma prova de orientação organizada pelo Clube Aventura da Madeira que contou com a participação de mais de 200 atletas, entre eles, 80 participantes nos percursos abertos e 17 jovens com idades até aos 12 anos.



IMAGEM 77 – 9.ª ETAPA DA TAÇA DA MADEIRA DE ORIENTAÇÃO

Tratou-se da 9.ª etapa da Taça da Madeira de Orientação em ambiente urbano que deu um colorido diferente ao centro da vila, entre a Escola Padre Manuel Álvares e a frente-mar, tendo juntado atletas de várias idades em busca dos pontos assinalados no mapa.

2.4 ASSOCIATIVISMO E SOCIEDADE

Na prossecução dos objetivos estabelecidos pelo Município para a melhoria das condições de vida dos estratos sociais mais desfavorecidos do concelho, ao longo de 2024, procurou-se manter e otimizar as medidas de intervenção social já implementadas em anos anteriores. O foco manteve-se na população idosa, nas questões habitacionais, no apoio à formação e no apoio contínuo às associações locais, reconhecendo o seu papel essencial no desenvolvimento comunitário e na promoção do bem-estar dos munícipes. Estas entidades, fundamentais para a coesão social, desempenham um papel crucial na dinamização de atividades e no suporte a diversas faixas da população, fortalecendo a rede de apoio social do concelho.

2.4.1 CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO



IMAGEM 78 – CARTÃO DO IDOSO



Ao abrigo do regulamento nº 282/2019, em alteração ao regulamento nº 359/2017, relativo ao Cartão Municipal do Idoso, até ao final do ano 2024 foram movimentados 606 cartões. Graças a este cartão, em 2024, a autarquia conseguiu compartilhar despesas com medicação, exames complementares de diagnóstico e fraldas para idosos no valor de 35.855,28€.

	Cartões Ativos a 31 /12/2024
Campanário	186
Ribeira Brava	345
Serra de Água	38
Tabua	37
TOTAL	606

TABELA 4 – DADOS REFERENTES AOS CARTÕES DE IDOSO ATIVOS EM 2024

2.4.2 PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À RECUPERAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS DE AGREGADOS FAMILIARES CARENCIADOS DO CONCELHO DA RIBEIRA BRAVA

Relativamente aos problemas habitacionais detetados no Concelho, o Município procurou manter a articulação com outras entidades, nomeadamente através do encaminhamento dos munícipes para os programas de apoio existentes a nível regional, tais como o Programa de Habitação Social e o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID) da Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM.

Para além destes encaminhamentos, e com base no regulamento municipal nº 281/2019, relativo ao Programa Municipal de Apoio à Recuperação e Beneficiação de Habitações Degradadas de Agregados Familiares Carençados do Concelho da Ribeira Brava, foram contratualizadas 14 candidaturas (5 de Campanário, 6 da Ribeira Brava, 2 da Serra de Água e 1 da Tabua).

2.4.3 APOIO ÀS MENSALIDADES DE CRECHE, JARDIM DE INFÂNCIA E ENSINO PRÉ-ESCOLAR

O Regulamento municipal n.º 594/2019, regula a forma de funcionamento deste apoio. Genericamente consiste no apoio à frequência de creche, jardim de infância ou de ensino pré-escolar, e reveste a forma de uma prestação pecuniária em função do valor da mensalidade paga. Conforme deliberado em reunião camarária do dia 9 de julho de 2020, o apoio à frequência de creche ou de ensino pré-escolar reveste a forma de uma prestação pecuniária de 40% do valor da mensalidade

paga. O apoio aumentou em 15% como medida de apoio extraordinário no âmbito da COVID-19 que por decisão do executivo mantem-se até ao corrente ano. Graças a esta medida, a autarquia conseguiu compartilhar estas despesas no valor de 73.274,67€ ao longo do ano civil de 2024.

Sendo um agente de extrema importância no âmbito das políticas educativas, o município tem vindo a preocupar-se com a criação de mecanismos que, por um lado proporcionam a todas as famílias igualdade de oportunidades e possibilidade de uma educação de qualidade e que, por outro, potenciem e motivem as novas gerações para o conhecimento/aprendizagem.

	Candidaturas Ano letivo 2023/2024	Candidaturas Ano letivo 2024/2025 (a 31/12/2024)		
	TOTAL	Renovações	Novas	TOTAL
Campanário	117	83	35	118
Ribeira Brava	152	92	32	124
Serra de Água	25	15	6	21
Tabua	16	8	4	12
TOTAL	310	198	77	275

TABELA 5 – APOIO ÀS MENSALIDADES DE CRECHES E JARDINS-DE-INFÂNCIA/PRÉ-ESCOLAR 2024

2.4.4 BOLSAS DE ESTUDO

Esta atribuição de bolsas tem sido levada a cabo pela Câmara Municipal da Ribeira Brava, que nos últimos anos tem unido esforços no sentido de proporcionar a muitos jovens do concelho, a oportunidade de alargarem os seus horizontes académicos, que de outra forma poderiam estar em risco devido a dificuldades económico-financeiras. Regulamento municipal n.º 320/2014.

No decorrer do ano de 2024 foi pago um montante de 214.130,00€, referente aos anos letivos 2024/2025 e 2025/2026. No ano letivo 2025-2026, a CMRB entregará a todos os alunos do município, que estudem no ensino superior, uma bolsa de apoio à formação superior no montante de 600€ anuais. Este é um instrumento de apoio à educação criado no intuito de facilitar o acesso ao ensino superior, ao nível das necessidades económicas dos estudantes do concelho. Pretende assim corresponder a um alívio em algumas despesas das famílias que têm educandos a investir na sua educação.

2.4.5 APOIO FINANCEIRO AOS BOMBEIROS DA RIBEIRA BRAVA E PONTA DO SOL

Ribeira Brava aumentou apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros

207 mil euros foi quanto a Autarquia da Ribeira Brava concedeu à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava e da Ponta do Sol para o ano de 2024. Um valor que se traduz num aumento de 18 mil euros em relação ao ano passado para fazer face à atualização intercalar das remunerações dos bombeiros estabelecida no Decreto-Lei n.º 26-B/2023, onde a autarquia da Ribeira Brava assegurou 60% e a da Ponta do Sol os restantes 40%.

O apoio foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara. Com uma ação cada vez mais abrangente, os bombeiros atuam na defesa do meio ambiente, no apoio em atividades, no resgate em montanha, para além do combate a incêndios e da prestação de socorro em diferentes cenários, sendo imprescindível assegurar os meios necessários para o referido exercício, pelo que o Município volta a aprovar o referido apoio no início do ano civil, de forma a que a Associação possa fazer face ao pagamento dos salários dos seus soldados da paz.

Reconhecimento da Nobre missão dos Bombeiros

Na cerimónia do 38.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava e Ponta do Sol, realizada a 12 de dezembro, o presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava destacou o novo financiamento dos Bombeiros que vai permitir igualdade nas carreiras.

Para o autarca, este modelo de financiamento pode não agradar a todos, mas é melhor do que aquilo que havia antes.



Recordou que ser bombeiro é uma nobre missão que será sempre reconhecida pela autarquia da Ribeira Brava e lembrou aqueles que já pertenceram a esta casa, bem como aqueles que partiram ao serviço da proteção dos nossos concelhos.

IMAGEM 79 – CERIMÓNIA DO 38.º ANIVERSÁRIO DA AHBVRB E PDS

2.4.6 APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA

Câmara formalizou Apoio às Juntas

A Câmara Municipal da Ribeira Brava procedeu à formalização do apoio para as Juntas de Freguesia do concelho, no valor de 250 mil euros. Com a assinatura dos protocolos, realizada a 31 de janeiro, foram libertados os primeiros 125 mil euros para que os presidentes das Juntas possam investir nas prioridades das suas freguesias. Os restantes 125 mil foram atribuídos através da celebração de contratos de colaboração para investimentos em várias áreas, o que contribuiu em muito para o funcionamento destas entidades que são o órgão de poder local mais próximo da população.



IMAGEM 80 – ASSINATURA DOS PROTOCOLOS COM AS JUNTAS

562.º Aniversário da Freguesia da Ribeira Brava

Em dia de aniversário da freguesia da Ribeira Brava, o presidente da Câmara Municipal mostrou estar atento aos anseios da população e às necessidades das localidades, ao anunciar a construção do caminho agrícola São João Levadinha. Ricardo Nascimento prometeu ainda repavimentar a zona que desce a Pedra Mole e lançar um procedimento concursal para desmatagem de caminhos municipais, dotando-os de mais segurança.

Nascimento valorizou o papel das Juntas no apoio às populações e recordou as ajudas financeiras que a Câmara Municipal canaliza anualmente para as freguesias.

Agradeceu ao governo Regional a intervenção feita no polidesportivo da Escola de São João, bem como todo o trabalho realizado no município.

Ao presidente da Junta, Marco Martins, reiterou a disponibilidade da autarquia para continuar o trabalho de desenvolvimento da Ribeira Brava.



IMAGEM 81 – ANIVERSÁRIO DA FREGUESIA DA RIBEIRA BRAVA

Campanário assinalou 509.º aniversário

A Freguesia do Campanário assinalou os seus 509 anos de existência com uma cerimónia de hastear de bandeiras, realizada no centro da freguesia, segunda de missa e cerimónia solene no auditório do



IMAGEM 82 – ANIVERSÁRIO DA FREGUESIA DO CAMPANÁRIO

Salão Paroquial da Igreja de São Braz.

Acompanhados pela banda municipal, que interpretou os hinos nacional e regional, dirigiram-se em seguida à igreja de São Braz, onde teve lugar uma missa comemorativa.

Aniversário da Freguesia da Tabua

A freguesia da Tabua assinalou 281 anos. Oportunidade para o vice-presidente da autarquia ter destacado o crescimento desta localidade em termos populacionais, fruto das políticas de desenvolvimento implementadas que têm gerado um tecido empresarial dinâmico e instituições sociais que prestam um serviço de excelência à comunidade.

Jorge Santos referiu ainda que a Tabua possui a maior taxa relativa de alojamento do concelho da Ribeira Brava, sendo o alojamento local o de maior expressão, a par de unidades turísticas rurais.

Frisou-se o apoio contínuo à Junta de Freguesia, nomeadamente através da transferência de verbas ao abrigo do regulamento de apoio às Juntas, que rondam anualmente os 30 mil euros, apoios pontuais logísticos e operacionais e disponibilização de participantes no PAIE para ajudar na limpeza de veredas e de outras obras de proximidade.



IMAGEM 83 – ANIVERSÁRIO DA FREGUESIA DA TABUA

Freguesia da Serra de Água assinalou 348 anos

Em dia de aniversário da freguesia da Serra de Água, que assinalou 348 anos de existência no dia 28



IMAGEM 84 – ANIVERSÁRIO DA FREGUESIA DA SERRA DE ÁGUA

de dezembro, o presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava deixou rasgados elogios ao trabalho e à postura, sempre presente, da presidente da Junta. Agradeceu a sua disponibilidade e o facto de alertar para os problemas do dia-a-dia das pessoas e por estar sempre presente na Serra de Água.

2.4.7 APOIOS AO ASSOCIATIVISMO E IPSS'S

Foi com satisfação que o autarca Ricardo Nascimento assinou os protocolos de colaboração com 12 associações culturais e desportivas do concelho da Ribeira Brava e 3 IPSS's, no valor total de 262 mil euros.

Tratou-se de um investimento importante para o desenvolvimento de atividades em prol dos ribeirão-bravenses na área social, cultural e desportiva, que muito contribuem para o bem-estar da população, sendo ainda um reconhecimento pelo trabalho realizado no seio da comunidade.

Esta junção de esforços permite um concelho mais vivo, mais ativo e mais próximo das pessoas.



IMAGEM 85 – ASSINATURA DE PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO COM IPSS'S

2.4.8 TAXAS DE IMI E OUTRAS

Ribeira Brava mantém IMI na taxa mínima

A Câmara Municipal da Ribeira Brava decidiu manter as taxas mínimas no que diz respeito ao pagamento do IMI e IMI Familiar para 2024, com o intuito de ajudar a aliviar os encargos financeiros das famílias do Município.

No caso do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o executivo camarário manteve a taxa de 0,3% para os prédios urbanos e a taxa de 0,8% para os prédios rústicos. Quanto aos prédios devolutos ou em ruínas localizados na Área de Reabilitação Urbana (ARU), apesar de terem benesses em termos de IMI, IMT e IVA para a sua requalificação, continuam a ser um problema que prolifera no concelho, pelo que sofreram um agravamento fixando-se no triplo da taxa de IMI aplicável, devido ao seu estado de degradação.

O IMI Familiar para 2024 também voltou a beneficiar os agregados familiares residentes no concelho com dependentes, sendo esta redução aplicada em função do número de dependentes.

A autarquia decidiu ainda manter a taxa de 0,25% para os direitos de passagem no concelho, e a taxa de 5% relativamente à participação do Município no IRS pago pelas pessoas com domicílio fiscal na Ribeira Brava, valor que será canalizado para a população através de investimentos e projetos de apoio.



IMAGEM 86 – REUNIÃO DE CÂMARA DE DELIBERAÇÃO DE TAXAS DE IMI

Taxa Municipal Turística na Ribeira Brava

A Taxa Municipal Turística da Ribeira Brava passou a ser cobrada a 5 de outubro, inclusive, nos hotéis, residenciais e Alojamentos Locais do Município.

Esta taxa tem um valor de 2€ por noite, por pessoa (a partir dos 13 anos de idade) e por estadia, no máximo de 7 noites seguidas, independentemente da modalidade de reserva (presencial, analógica, digital ou outra).

Estão isentos deste pagamento hóspedes e seu acompanhante que se desloquem por motivos de saúde; pessoas em situação de ação de despejo ou desalojamento; pessoas instaladas pelos organismos sociais públicos; visitantes a convite da Câmara Municipal e residentes na Região Autónoma da Madeira.

A cobrança é feita pelos operadores e agentes económicos do setor, empreendimentos turísticos ou estabelecimentos de alojamento local aos hóspedes que iniciarem a estadia na referida data. O pagamento pode ser feito em qualquer momento da estadia até ao check-out.

É obrigatório que as entidades façam o registo e cadastro dos alojamentos turísticos.



IMAGEM 87 – SESSÃO ESCLARECIMENTOS DE ADESÃO À TAXA TURÍSTICA

2.5 SAÚDE E CIDADANIA

Os municípios devem ter um papel fulcral no que concerne à promoção do bem-estar dos seus munícipes, e neste âmbito desenvolvemos atividades de incentivo à saúde e bem-estar público, através de alguns eventos.

Rastreios de Saúde

A Câmara Municipal da Ribeira Brava realizou rastreios de saúde junto da população que incidiu na medição de altura, peso, percentagem de massa gorda, tensão arterial, bem como queixas de memória.

O nutricionista Orlando Fiqueli, acompanhado da psicóloga Jéssica Pereira, aproveitaram estes encontros que passaram pelas quatro freguesias do concelho para apelar à adoção de hábitos saudáveis na alimentação e na estimulação cognitiva.

Os rastreios tiveram por objetivo alertar para o estado de saúde das pessoas, para a sua composição corporal, identificar algumas situações de risco e fazer algum aconselhamento de hábitos de vida saudáveis.



IMAGEM 88 – RASTREIOS DE SAÚDE

II Colóquio de Saúde

Promover literacia em saúde é proporcionar ferramentas para que as pessoas tenham mais conhecimento e informação que lhes permita ter uma vida mais ativa e saudável. Foi com este propósito que a Câmara Municipal da Ribeira Brava promoveu o II Colóquio de Saúde com a presença de vários profissionais de saúde.

Num concelho e numa ilha com uma elevada taxa de população sénior, é importante promover informação para que as pessoas estejam capacitadas a tomar decisões e possam promover o

autocuidado que passa pela adoção de hábitos de vida saudáveis e a redução de fatores de risco.

O autarca frisou a necessidade de um trabalho conjunto entre profissionais de saúde, população e governo regional para que se possa responder às necessidades da sociedade, referindo que, nesta matéria, a prevenção ainda é o melhor remédio.



IMAGEM 89 – II COLÓQUIO DE SAÚDE

Formação Direitos Humanos, Igualdade e Cidadania

A Ribeira Brava acolheu a formação 'Direitos Humanos, Igualdade e Cidadania' dirigida aos conselheiros municipais regionais que trabalham na área da igualdade e cidadania.

Mariana Bettencourt recordou que toda a humanidade, independentemente da raça, sexo, nacionalidade, etnia ou religião, tem o direito à vida, à liberdade, à educação, à saúde, à habitação, à opinião e ao voto, entre outros. O mesmo acontece com a igualdade, que é um princípio fundamental dos direitos humanos, e permite tratamento igualitário a todos os seres humanos.

A diretora de serviços de igualdade e cidadania frisou a necessidade de uma sociedade sem discriminação e com oportunidades iguais. Uma sociedade inclusiva, com a participação de mulheres nas decisões políticas e sociais, com salários justos e com cargos de chefia. Nesta matéria, frisou o empoderamento das mulheres que apesar de já ser mais visível nos últimos anos em alguns países, ainda está 'camuflado' em muitas regiões.



IMAGEM 90 – FORMAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE E CIDADANIA

Ações de Sensibilização sobre Saúde

No âmbito das Jornadas de Saúde, a Câmara Municipal da Ribeira Brava realizou ações de sensibilização ligadas a esta temática para informar a população sobre comportamentos a adotar em prol de mais e melhor saúde.

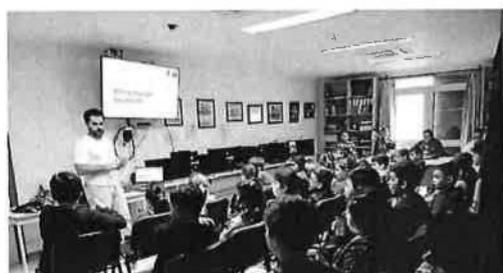


IMAGEM 91 – AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE SAÚDE

Temas como 'Estimulação cognitiva: Como manter o cérebro em forma' e 'Estratégias alimentares para uma vida saudável' foram abordados pelo nutricionista Orlando Fiqueli e pela psicóloga Jéssica Pereira na Serra de Água, Tabua, São João e Lugar da Serra, como forma de consciencializar as pessoas para a adoção de hábitos saudáveis que promovam o bem-estar e a longevidade com qualidade de vida.

Debate assinalou Dia da Mulher

Quatro mulheres com cargos de liderança debateram, na Ribeira Brava, o empoderamento feminino, como forma de assinalar o Dia Internacional da mulher, numa organização da Câmara Municipal.

Nivalda Gonçalves, presidente das Sociedades de Desenvolvimento da Madeira, Susana Capelo, presidente do conselho diretivo da escola Padre Manuel Álvares e professora de matemática, Leontina Santos, professora de filosofia e diretora do Lar Intergeracional da Tabua e Albertina Ferreira, professora de educação especial e presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água, foram as convidadas.

Cada uma abordou o seu percurso de vida e partilhou as lutas que permitiram uma afirmação na sociedade.



IMAGEM 92 – DEBATE DE EMPODERAMENTO FEMININO ALUSIVO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Laço contra a Violência Infantil

O adro da igreja matriz da Ribeira Brava foi adornado com um grande laço azul criado pelos alunos do primeiro ciclo do concelho, simbolizando a prevenção dos maus-tratos infantis, numa homenagem ao Mês de Prevenção dos Maus Tratos na Infância que é celebrado em abril.

Esta iniciativa foi promovida pela Câmara Municipal em parceria com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).



IMAGEM 93 – LAÇO CONTRA A VIOLÊNCIA INFANTIL

Exposição sobre Autismo

A exposição 'Retrato do autismo: Para aceitar é preciso conhecer' esteve patente na Câmara Municipal da Ribeira Brava e juntou trabalhos realizados pelos alunos das escolas básicas do concelho sobre esta temática.

Tratou-se de uma atividade integrada nas celebrações do Dia Mundial da Consciencialização do autismo, que se assinalou a 2 de abril, levada a cabo pelo Centro de Recursos Educativos Especializados (CREE) da Ribeira Brava/Ponta do Sol/Núcleo de São Vicente, Porto Moniz e Calheta, sendo este o resultado das ações de sensibilização feitas nas escolas para assinalar a data.



IMAGEM 94 – EXPOSIÇÃO SOBRE AUTISMO

Homenagem a Entidades e Personalidades do Concelho

A Câmara Municipal da Ribeira Brava homenageou, pelo segundo ano consecutivo, personalidades e entidades do concelho, que se têm destacado ao longo dos anos, em diferentes áreas da sociedade, contribuindo para a dinamização do Município e da própria Região, através de um trabalho de referência e de grande profissionalismo.

- Medalha de Mérito Educacional - Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares
- Medalha de Mérito Associativismo - Associação Desportiva do Campanário
- Medalha de Mérito Empresarial Coletiva - Raimundo Ramos, Lda, Electrosom, Palmeira & Filhos, Lda, Mercearia Nova
- Medalha de Mérito Empresarial singular - Tolentino Deus Faria Pereira
- Medalha de Mérito Cultural - Manuel Pereira de Sousa, mais conhecido por 'Campeão', Roberto Pasquale, João Luís Rodrigues Gonçalves,
- Medalha de Mérito Desportivo – Rosalina Santos, Mariana Sofia Quintal Pereira, Leonardo de Sousa Diogo, Clube Desportivo Ribeira Brava

- Voto de Louvor e Congratulação - João Francisco Justino Fernandes, equipa de Futsal da Casa do Povo da Serra de Água, Congregação dos Sacerdotes do Coração de Jesus (Dehonianos)



IMAGEM 95 – ENTREGA DE MEDALHAS DE MÉRITO

Balcão de apoio à população da Serra de Água

A Câmara Municipal da Ribeira Brava criou um balcão de apoio à população afetada pelos incêndios de 2024 que devastaram o concelho, com particular incidência na freguesia da Serra de Água. Este



balcão, localizado na Junta de Freguesia da Serra de Água, esteve disponível para prestar auxílio direto àqueles que sofreram perdas devido ao fogo.

IMAGEM 96 – BALCÃO DE APOIO À POPULAÇÃO DA SERRA DE ÁGUA

Campanha sobre Violência Doméstica

A Ribeira Brava associou-se à campanha sobre a violência doméstica dirigida pela Segurança Social da Madeira a todos os municípios da Região.

Entre 2 de outubro e 25 de novembro, foram várias as atividades programadas para alertar sobre o tema e sensibilizar a população para este flagelo da sociedade atual que afeta famílias de todos os estratos sociais.

Uma caminhada na marginal da Ribeira Brava, uma peça de teatro 'Maruxa', ações de sensibilização e uma atividade desportiva foram ações desenvolvidas para alertar crianças, jovens e adultos para esta problemática que é considerada atualmente crime público.



IMAGEM 97 – ATIVIDADE SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

IV Encontro de Jovens da Ribeira Brava

A Câmara Municipal da Ribeira Brava realizou o IV Encontro de Jovens no Auditório da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares.

O tema "A nova geração: O Futuro que devíamos ser", deu azo a uma reflexão sobre o papel da juventude na construção do futuro. A iniciativa teve como oradores Paula Margarido, Deputada à Assembleia da República, António Marques, Sociólogo, e Bruno Melim, deputado da ALRAM.



IMAGEM 98 – IV ENCONTRO DE JOVENS DA RIBEIRA BRAVA

Esta foi uma oportunidade de ouvir e dialogar com personalidades experientes, conseguindo fazer uma reflexão sobre temas cruciais para o futuro da juventude, além do enriquecimento pessoal e cívico de comparecer, essencial para quem deseja ser agente de mudança.

Dia Municipal da Igualdade

O Município da Ribeira Brava assinalou, a 24 de outubro, o Dia Municipal da Igualdade com duas atividades dirigidas às crianças da ADBrava. Desta forma, o Salão Nobre dos paços do concelho acolheu a apresentação do livro 'Maria-Rapaz', de Ana Rodrigues, bem como a realização de um jogo alusivo aos valores que importa conservar, como respeito, tolerância, gratidão, solidariedade e honestidade, entre outros.



IMAGEM 99 – APRESENTAÇÃO DO LIVRO 'MARIA-RAPAZ'

Marcha pelos Direitos das Crianças

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Ribeira Brava (CJCJ) assinalou a 20 de novembro, o aniversário da proclamação da Declaração dos Direitos da Criança (1959) e da adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), através de uma marcha que juntou cerca de 300 alunos das escolas básicas do concelho.

A iniciativa contou ainda com uma peça infantil alusiva a este tema a cargo da Vanusca e as Amigas da pequenada, que explorou o direito das crianças à educação, ao ensino, à saúde e aos sonhos. Foi ainda montado um estendal dos direitos da criança, composto por trabalhos elaborados pelos alunos.



IMAGEM100 – MARCHA PELOS DIREITOS DAS CRIANÇAS

2.6 EDUCAÇÃO

Durante o ano de 2024, o Município promoveu uma parceria com as Escolas básicas e secundárias do Concelho. Numa tentativa de incentivar o empenho educativo, por parte dos estudantes, a Câmara Municipal atribuiu prémios de mérito aos que mais se esforçaram no ano letivo.

Por outro lado, com o intuito de valorizar a formação e ao mesmo tempo apoiar as famílias do Concelho, a Câmara atribuiu apoio monetário aos alunos universitário, manuais escolares aos alunos do 1.º e 2.º ciclo e secundário, cabazes de material escolar aos alunos do 2.º e do 3.º ciclo e secundário, e apoio no pagamento às creches e jardins de infância.

É também de salientar várias atividades de formação, convívio, patrocinadas pela autarquia, transporte a visitas de estudos, etc.

Abaixo apresentamos alguns exemplos, a nível educativo, das medidas de apoio desenvolvidas em 2024:

Escola da Tabua abriu Berçário e Creche

A Escola Básica da Tabua abriu uma sala de berçário e creche, fruto de uma parceria entre a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e a Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia.

A nova valência surgiu depois de um pedido da população local para uma nova oferta formativa direcionada a bebés e crianças até aos 4 anos.

Para este novo projeto, a Secretaria regional de Educação assumiu as despesas com o pessoal docente, enquanto que a Câmara e a Junta de Freguesia assumiram as despesas de aquisição dos equipamentos e das obras necessárias para a implementação deste espaço.



IMAGEM 101 – ABERTURA DE BERÇÁRIO E CRECHE NA ESCOLA DA TABUA

Carnaval Escolar juntou 600 Crianças

Cerca de 600 crianças participaram no desfile de carnaval infantil que invadiu as ruas da vila da Ribeira Brava e proporcionou um momento de muita alegria para miúdos e graúdos.

Organizado pela Câmara Municipal, o evento teve início no Largo dos Herédias e percorreu a Rua do Visconde até à baixa, sob o olhar atento dos pais, familiares e transeuntes.

Participaram os alunos da EB1/PE da Ribeira Brava, EB1/PE da Tabua, EB1/PE da Serra de Água, EB1/PE do Lombo de São João e São Paulo, Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares, assim como os utentes do CACI da Tabua e do Lar de São Bento.



IMAGEM102 – DESFILE DE CARNAVAL INFANTIL

Dia Escolar da Não Violência e da Paz

Somos todos construtores de paz no dia-a-dia através de ações e comportamentos. Foi esta a grande mensagem transmitida no Dia Escolar da Não Violência e da Paz celebrado na Escola Padre Manuel Álvares, edifício do Campanário.

Esta atividade contou com um Mural, uma Marcha Branca pela Paz, um Time Out (1 minuto de silêncio realizado em vários países), o lançamento do Dado da Paz e a celebração dos 50 anos da escola Padre Manuel Álvares.

A iniciativa levada a cabo pelos grupos de música e de educação física da escola teve o apoio das Autarquias da Ribeira Brava e de Câmara de Lobos, das Juntas de freguesia do Campanário e da Ribeira Brava.

Contou com a presença de alunos das escolas do concelho, da Universidade Sénior da Ribeira Brava, da Associação Desportiva do Campanário, de entidades oficiais e das forças de segurança para a construção de valores e de atitudes comuns a todos.

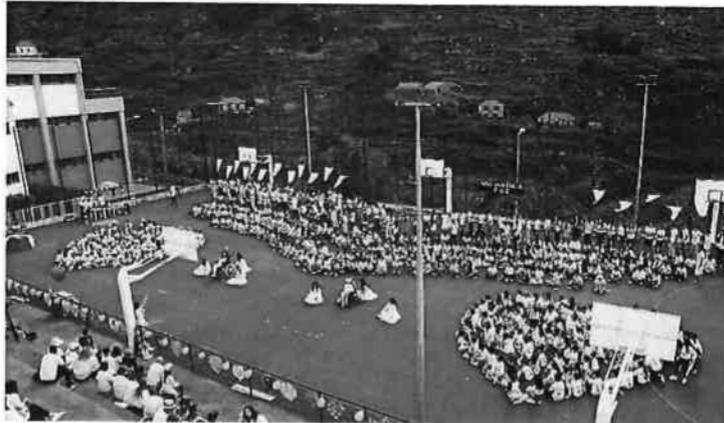


IMAGEM103 – ATIVIDADE DO DIA ESCOLAR DA NÃO VIOLÊNCIA E DA PAZ

Entrega de Livros às Escolas Básicas do Concelho

O Município da Ribeira Brava adquiriu livros infantis do Plano Regional e Nacional de leitura para todas as escolas básicas do concelho. A entrega simbólica foi feita nas Escolas Básicas do Campanário e do Lombo de São João e São Paulo, mas o projeto contemplou todas as escolas, num investimento de cerca de sete mil euros que beneficiou as crianças que estudam no concelho.

As escolas do ensino básico foram ainda contempladas com painéis interativos em todas as salas de aulas que ajudam na transmissão de conhecimentos, sendo mais uma ferramenta ao dispor dos professores para motivar os alunos no processo de aprendizagem.

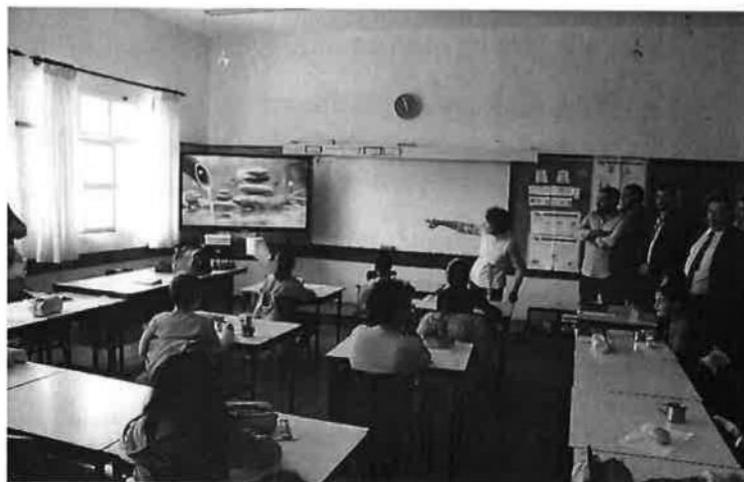


IMAGEM 104 – ENTREGA DE LIVROS ÀS ESCOLAS BÁSICAS DO CONCELHO

USRB no Encontro Regional de Universidades Seniores

A Universidade Sénior da Ribeira Brava participou no encontro regional nos dias 12 e 13 de março. Na ocasião, o grupo coral teve a oportunidade de atuar para o público presente. Um momento de grande entusiasmo para as alunas que demonstraram o que têm aprendido na aula de música.

O encontro contou com a presença de Luís Jacob, presidente da RUTIS - Rede de Universidades Sénior, do Governo Regional da Madeira e dos coordenadores das universidades Seniores, tendo sido enriquecedora a partilha de opiniões e de sugestões para um envelhecimento cada vez mais ativo e inclusivo na sociedade.



IMAGEM 105 – USRB NO ENCONTRO REGIONAL DE UNIVERSIDADES SENIORES

Triatlo Literário

A Ribeira Brava acolheu a fase concelhia do Triatlo Literário que juntou alunos da Ribeira Brava, São Vicente e Porto Moniz. Todos os alunos participantes desafiaram-se nas provas de leitura, interpretação e escrita sobre a obra o ‘Tubarão na Banheira’ de David Machado.

O Triatlo literário é um concurso promovido pela Direção Regional de Educação, através do projeto Baú de Leitura e conta com quatro fases: escolar, concelhia, regional e nacional, onde o aluno vencedor vai representar a ilha da Madeira no Continente.

Este é um projeto importante para o desenvolvimento de hábitos de leitura e de competências de escrita, melhorando o domínio da língua portuguesa e levando ao sucesso escolar.



IMAGEM 106 – TRIATLO LITERÁRIO

Trabalhos de reparação na Escola Básica da Serra de Água

A Escola Básica da Serra de Água foi alvo de uma intervenção para solucionar problemas de infiltração em algumas salas de aulas devido a danos na cobertura do edifício. Os trabalhos foram realizados pela Câmara Municipal da Ribeira Brava e incidiram na reparação do telhado, num investimento de 100 mil euros.



IMAGEM 107 – VISITA À ESCOLA BÁSICA DA SERRA DE ÁGUA

Câmara alargou apoio ao nível do material escolar para o 1.º ciclo

A Câmara Municipal da Ribeira Brava aumentou os apoios relacionados com a educação para o ano letivo 2024/2025. A grande novidade foi o alargamento da oferta de material escolar para o 1.º ciclo no valor de 40 euros.

Desta forma, todas as crianças do 1.º ciclo das escolas do concelho passaram a usufruir de um apoio monetário para a compra de material escolar. Uma ajuda facultada aos pais e encarregados de educação que pretendeu suavizar as despesas com os seus educandos, proporcionando a todos igualdade de oportunidades.

O mesmo apoio financeiro de 40 euros foi ainda facultado aos alunos do 2.º e 3.º ciclos, assim como aos que frequentam o ensino secundário.



IMAGEM 108 – VISITA AO 1º CICLO EM PROL DO APOIO
AO NÍVEL DO MATERIAL ESCOLAR

Dinamização da Universidade Sénior

O projeto da Universidade Sénior da Ribeira Brava completou, em 2024, seis anos de atividade e tem sido uma aposta ganha. Com mais de 100 alunos, esta valência direcionada à população com 50 ou mais anos, tem permitido um envelhecimento ativo através da promoção de bem-estar e da estimulação cognitiva dos alunos.

O presidente Ricardo Nascimento destacou a importância de manter as pessoas ativas e felizes, referindo que o projeto visa o rejuvenescimento. Enfatizou a educação contínua e a oportunidade de aprendizagem em qualquer idade. A universidade oferece várias atividades educativas e lúdicas, promovendo bem-estar e participação.



IMAGEM 109 – 6.º ANIVERSÁRIO DO PROJETO DA USRB

Concurso Literário Terra de Sonho e Tradição

O concurso literário ‘Terra de Sonho e Tradição’ teve nova edição em 2024. Foi direcionado a alunos com idades entre os 8 e os 18 anos que frequentaram as escolas do concelho e teve por objetivo incentivar a literatura infantojuvenil, criando a possibilidade de dar a conhecer textos de boa qualidade de novos escritores e dos que já escrevem há algum tempo, mas que por falta de oportunidade, não encontram espaço para divulgarem os seus textos.



IMAGEM 110 – CONCURSO LITERÁRIO ‘TERRA DE SONHO E TRADIÇÃO’

Esta iniciativa do Município da Ribeira Brava pretendeu contribuir para a defesa e o enriquecimento da língua portuguesa, potenciar e aumentar o gosto pela escrita e pela leitura, elevando, ao mesmo tempo, os padrões de cultura de toda a sociedade que se pretende esclarecida e interventiva.



3 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1 EXECUÇÃO E ESTRUTURA ORÇAMENTAL DA DESPESA

3.1.1 EXECUÇÃO DA DESPESA

Despesas Correntes						
Rubrica	Despesas		Orçamentado	Executado	%Execução	% Global
D1	01	Despesa Com Pessoal	3 018 422,61	2 894 394,30	95,89%	23,82%
D2	02	Aquisição de Bens e Serviços	3 938 697,00	3 284 461,47	83,39%	27,04%
D3	03	Juros e Outros Encargos	247 705,00	245 891,56	99,27%	2,02%
D4	04	Transferências Correntes	1 562 870,39	1 487 773,35	95,19%	12,25%
D5	05	Subsídios	9 600,00	9 600,00	100,00%	0,08%
D6	06	Outras Despesas Correntes	105 885,00	105 608,37	99,74%	0,87%
Total Despesas Correntes			8 883 180,00	8 027 729,05	90,37%	66,08%
Despesas Capital						
Rubrica	Despesas		Orçamentado	Executado	%Execução	%Global
D7	07	Aquisição de Bens de Capital	5 821 431,69	3 390 249,18	58,24%	27,91%
D8	08	Transferências de Capital	152 755,00	112 992,14	73,97%	0,93%
D9	09	Ativos Financeiros	10,00	0,00	0,00%	0,00%
D10	10	Passivos Financeiros	618 000,00	617 608,58	99,94%	5,08%
D8	11	Outras Despesas de Capital	5,00	0,00	0,00%	0,00%
Total Despesas Capital			6 592 201,69	4 120 849,00	62,51%	33,92%
Total Geral			15 475 381,69	12 148 578,95	78,50%	100,00%

TABELA 6 - EXECUÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO 2024 (VALOR EM EUROS)

Tal como se pode verificar no quadro anterior (tabela n.º 6), relativo à execução da despesa, em 2024:

- A despesa efetiva total do município no final do exercício de 2024 foi no montante de 12.148.578,95€, sendo que o grau de execução da despesa foi de 78,50%, ou seja, a despesa executada ficou ligeiramente abaixo da despesa orçamentada.
- Denota-se que a rubrica com maior taxa de execução orçamental foi a dos subsídios, seguindo-se pelos Passivos financeiros (económica 10/rubrica D10), com cerca de 99,94% cujo montante efetivamente gasto ascendeu a 617.608,58€.

Todas as rubricas da despesa corrente sofreram uma variação positiva, à exceção da “Subsídios”. No que respeita às rubricas de despesas com capital destaca-se a “Aquisição de Bens de Capital”, que em 2023 apresentava um valor de 7.629.314,84€ e em 2024 ascendeu o montante de 3.390.249,18€, resultando numa variação negativa de aproximadamente 4.239.065,66€, conforme podemos observar no quadro seguinte (tabela 7).

Rubricas	2022	2023	2024	Variação 2023/2024
Despesa Com Pessoal	2 396 788,95	2 705 041,83	2 894 394,30	189 352,47
Aquisição de Bens e Serviços	2 846 978,24	2 837 914,70	3 284 461,47	446 546,77
Juros e Outros Encargos	24 620,19	124 037,46	245 891,56	121 854,10
Transferências Correntes	1 210 027,79	1 291 225,42	1 487 773,35	196 547,93
Subsídios	0,00	16 546,50	9 600,00	-6 946,50
Outras Despesas Correntes	103 369,25	104 175,10	105 608,37	1 433,27
Aquisição de Bens de Capital	2 748 086,12	7 629 314,84	3 390 249,18	-4 239 065,66
Transferências de Capital	81 080,13	85 359,94	112 992,14	27 632,20
Ativos Financeiros	7 442,11	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	523 761,64	186 868,56	617 608,58	430 740,02
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9 942 154,42	14 980 484,35	12 148 578,95	-2 831 905,40

TABELA 7 – EVOLUÇÃO DA DESPESA CORRENTE E DE CAPITAL POR RUBRICAS (2022-2024)

Em 2024, o Município optou à semelhança do que tem vindo a preconizar, pela elaboração de um orçamento rigoroso e próximo da realidade, resultando numa execução orçamental equilibrada.

Graficamente (**figura n.º 3**) podem verificar a evolução do comportamento da despesa total executada, nos últimos três anos, que sucintamente verifica-se:

- Uma redução da despesa face a 2023 na ordem dos 2.831.905,40€, dos 14.980.484,35€ verificados em 2023 para os 12.148.578,95€ verificados em 2024.
- Esta redução da despesa deveu-se sobretudo à conclusão da empreitada “Regeneração Urbana da Vila da Ribeira Brava – Zona compreendida entre a Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e o Pavilhão da Ribeira Brava”.

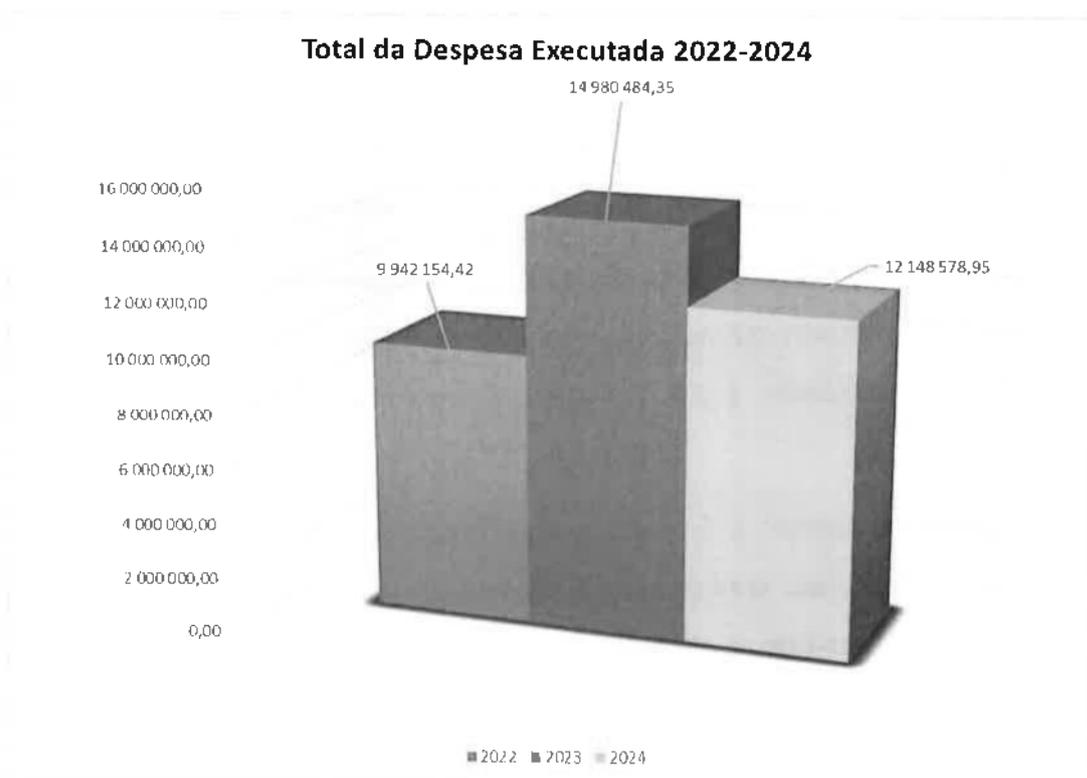


FIGURA 3 - DESPESA TOTAL EXECUTADA 2022-2024

Em 2022 o valor executado para as despesas totais foi de 9.942.154,42€, em 2023 de 14.980.484,35€, e em 2024 o montante de 12.148.578,95€, resultando num decréscimo de despesa no montante de 2.831.905,40€, perfazendo em termos percentuais 18,90% face a 2023.

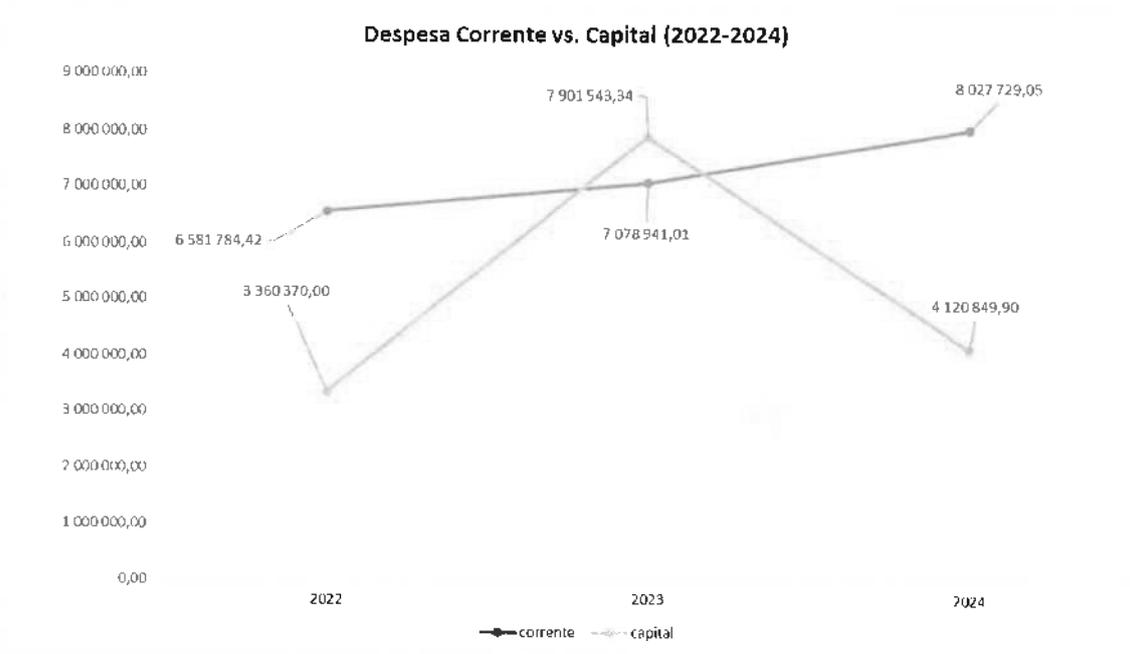


FIGURA 4 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL VS. CORRENTES 2022-2024

No gráfico anterior (**figura n.º 4**), verifica-se que ao longo dos últimos três anos, o total das “despesas correntes” tem tido um comportamento crescente, sendo que no último ano perfizeram um total de 8.027.729,05€, que correspondeu a um acréscimo na ordem dos 13,40% relativamente ao ano anterior.

Quanto às “despesas de capital” a evolução sofreu uma variação negativa em relação ao ano transato. Ao observar o gráfico, verifica-se uma diminuição em 2024 face a 2023, na ordem dos 3.780.693,44€. Este diferencial entre 2023/2024, deve-se essencialmente a investimentos realizado pelo município em grandes obras no decorrer do ano de 2023.

3.1.2 COMPOSIÇÃO DA DESPESA

Como se pode observar (**Tabela n.º 6**), o montante despendido em despesa de capital ou de investimento totaliza aproximadamente 33,92% da despesa total, enquanto as despesas correntes perfazem cerca de 66,08% da despesa total, deste modo, constatamos que em 2024, são as despesas correntes que têm maior peso sobre o total da despesa do município.

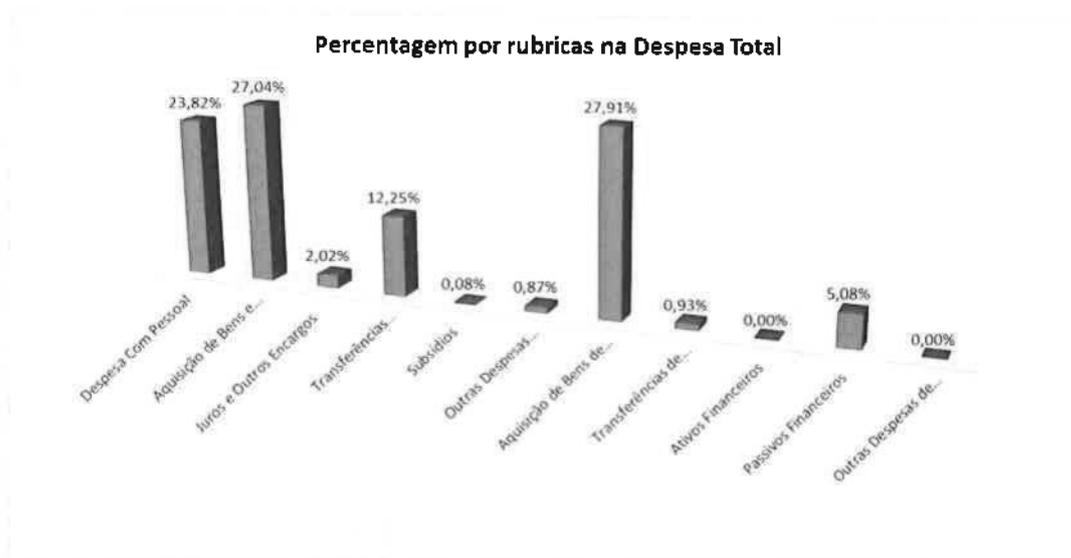


FIGURA 5 - DESPESA EXECUTADA POR RUBRICA NO TOTAL DA DESPESA 2024 (EM %)

Observando a **figura n.º 5** e a **tabela n.º 6**, podemos concluir o seguinte, relativamente à despesa executada do município:

- A rubrica com maior expressão no total das despesas correntes é a rubrica “D2 – Aquisição de Bens e Serviços” que corresponde a 27,04% do total da despesa;
- No que respeita a despesas de capital, a rubrica de “D7 – Aquisição de Bens de Capital” ocupa um lugar de relevo a nível global, correspondendo a 27,91% do total da despesa paga.

3.1.3 EVOLUÇÃO DA DESPESA

Como se pode observar no gráfico seguinte (**figura n.º 6**), e como já referido anteriormente, a rubrica com maior expressão no total da despesa corrente, em 2024, foi decididamente “Aquisição de Bens e Serviços”, seguindo-se a rubrica de “Despesa com Pessoal”, justificada pela contratação de colaboradores no decorrer do ano e pela despesa com o subsídio de insularidade.

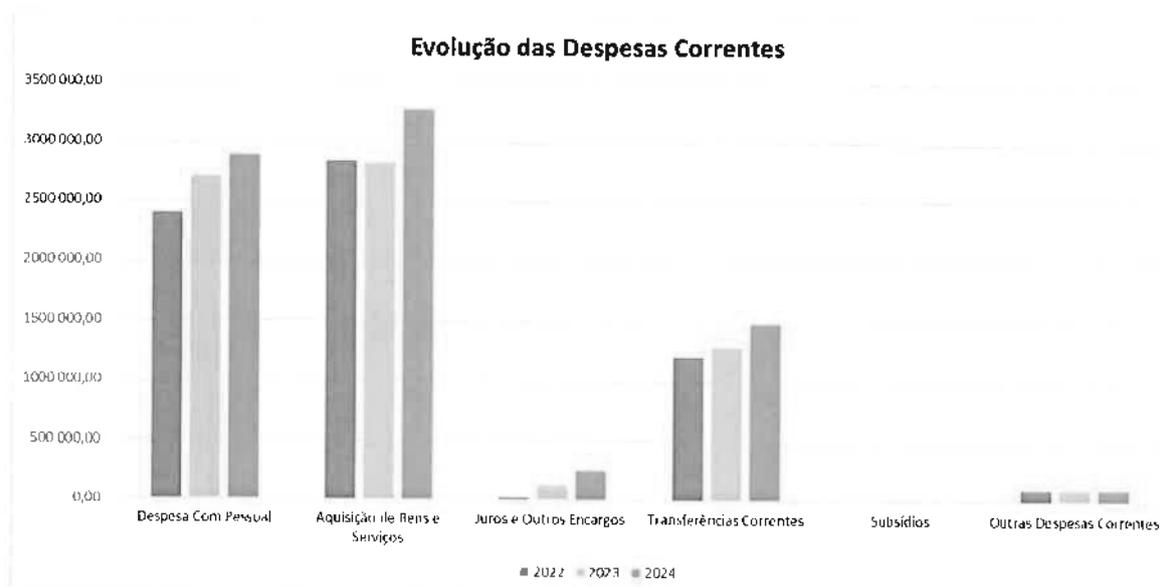


FIGURA 6 - TOTAL DA DESPESA CORRENTE EXECUTADA ENTRE 2022-2024

O gráfico demonstra um aumento generalizado das despesas correntes ao longo dos três anos analisados, como as despesas com pessoal, com uma variação positiva no montante de 189.352,47€. A estabilidade na aquisição de bens e serviços ao longo dos anos sugere um controlo orçamental nesta área onde a gestão das despesas continua a ser monitorizada para garantir a sustentabilidade financeira da autarquia. No ano 2024, esta rúbrica ascende o montante de 3.284.461,47€.

Ainda no que concerne às despesas correntes, há a salientar o aumento das “transferências correntes”. No ano de 2024, esta rubrica ascende o montante de 1.487.773,35€, contabilizando o montante transferido para as juntas de freguesia; as transferências para “Instituições sem fins lucrativos” (ver ponto 2.4 deste relatório); e as transferências a “Famílias”.

Concluimos que no ano de 2024, a rubrica de transferência correntes aumentou em cerca de 196.547,93€ em relação ano anterior, mais 15,22% do que em 2023, reforçando o empenho desta autarquia no apoio às famílias e instituições sem fins lucrativos.

No que confere aos apoios atribuídos, verificamos um grande apoio às famílias através da atribuição de materiais escolares (totalizando o montante de 26.120,00€ em 2023 e de 50.910,03€ em 2024) e de manuais escolares no valor de 6.198,06€ em 2024, mais 3.686,56€ quando comparado ao ano transato. Apesar destes serem apoios atribuídos pelo município, foram contratados diretamente pela autarquia fazendo a sua classificação orçamental distinta da representada na tabela abaixo. Outros apoios atribuídos são de comparticipação com creches e jardins de infância (73.274,67€ gastos em

2024), do cartão de idoso (comparticipação nas despesas totalizaram o montante de 35.855,28€) e da recuperação de habitações degradadas (no montante de 75.125,32€ em 2024), conforme podemos observar na **tabela n.º 8**.

Transferências concedidas	2023	2024
Protocolos Juntas de freguesia	124 999,00	125 000,00
Protocolos IPSS e Associativismo	262 500,00	262 500,00
Protocolo Bombeiros	216 138,30	224 855,64
Apoio ao Emprego	102 327,66	98 599,18
Bolsas de Estudo	188 320,00	214 130,00
Apoio às Creches e Jardins de Infância	75 796,54	73 274,67
Cartão de Idoso	24 104,32	35 855,28
Recuperação e Beneficiação de Habitações Degradadas	44 407,37	75 125,32
Outros apoios atribuídos	252 632,23	378 433,26
TOTAL	1 291 225,42	1 487 773,35

TABELA 8 - TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS 2023-2024

O Gráfico seguinte (**figura n.º 7**) apresenta a composição da despesa de capital entre 2022 e 2024.

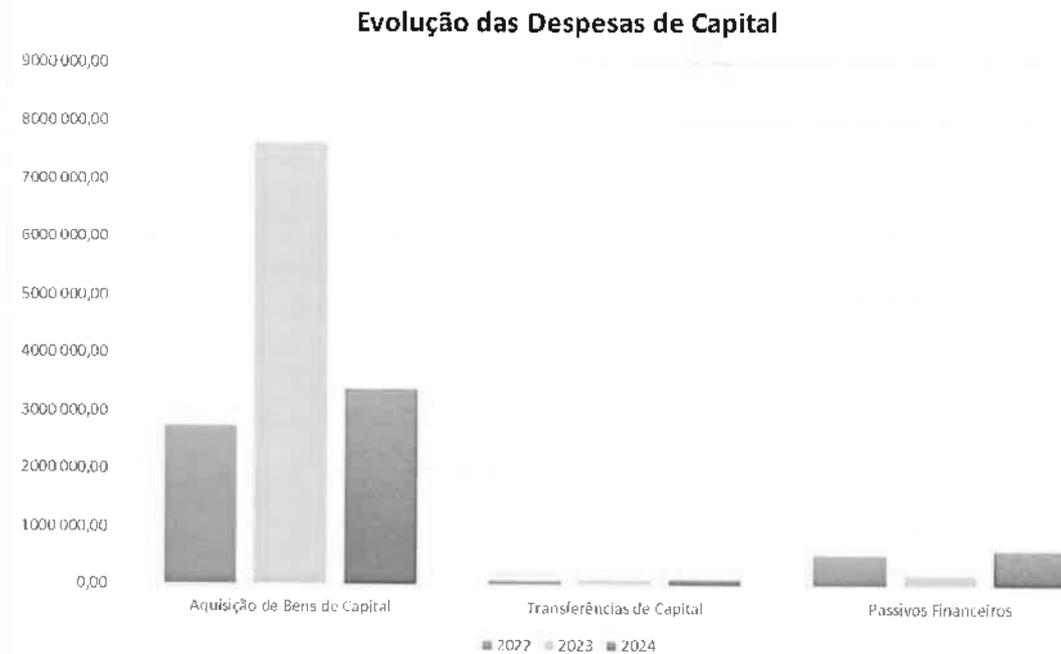


FIGURA 7 - TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL EXECUTADAS ENTRE 2022-2024

Em relação às despesas de capital, a rubrica com maior variação foi a de aquisição de bens de capital, tendo verificado em 2024, o montante de 3.390.249,18€, com uma variação de 4.239.065,66€ face a 2023. Este diferencial entre 2023/2024, deve-se essencialmente ao investimento em grandes obras no ano 2023 através do procedimento de contratação pública para a empreitada de “Regeneração Urbana da Vila da Ribeira Brava – Zona compreendida entre a Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e o Pavilhão da Ribeira Brava”.

Ainda no que concerne às despesas de capital, ao observar o quadro anterior (figura n.º 7), verifica-se uma alteração em relação ao ano de 2023 na rubrica D8 e económica de Investimento (8), transferências de capital, para o montante de 112.992,14€. Esta variação na despesa deve-se essencialmente a protocolos assinados entre a autarquia e as juntas de freguesia do concelho com apoio orçamentado para investimento em obras.

0701 - Evolução do Investimento entre 2022-2024

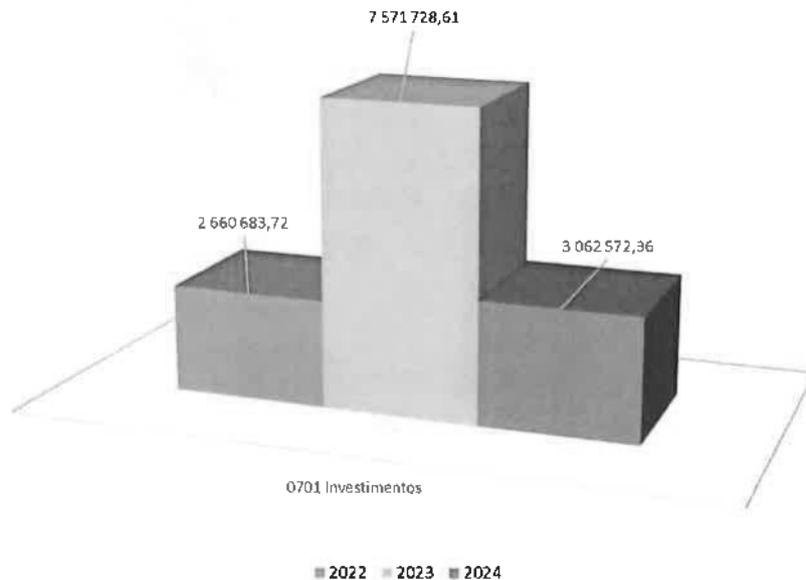


FIGURA 8 - DETALHE DOS INVESTIMENTOS ENTRE 2022 E 2024

No que se refere na **figura n.º 8**, na rubrica orçamental 0701 de Investimento, verificou-se no último ano uma redução, alterando a dinamização e desenvolvimento das infraestruturas do nosso município.

Há ainda a salientar que a rubrica “D10, económica 10 - passivos financeiros” sofreu uma diminuição entre o ano 2023 e 2024. O valor nesta rubrica, refere-se ao pagamento da amortização do capital dos empréstimos de médio e longo prazo.

No ano 2024 observa-se que o valor das despesas com o passivo, em relação ao último ano, teve um acréscimo na ordem dos 430.740,02€ relacionado com a amortização do empréstimo Gago Coutinho. Neste sentido, o valor gasto em pagamento do empréstimo no ano de 2024, foi de 617.608,58€.

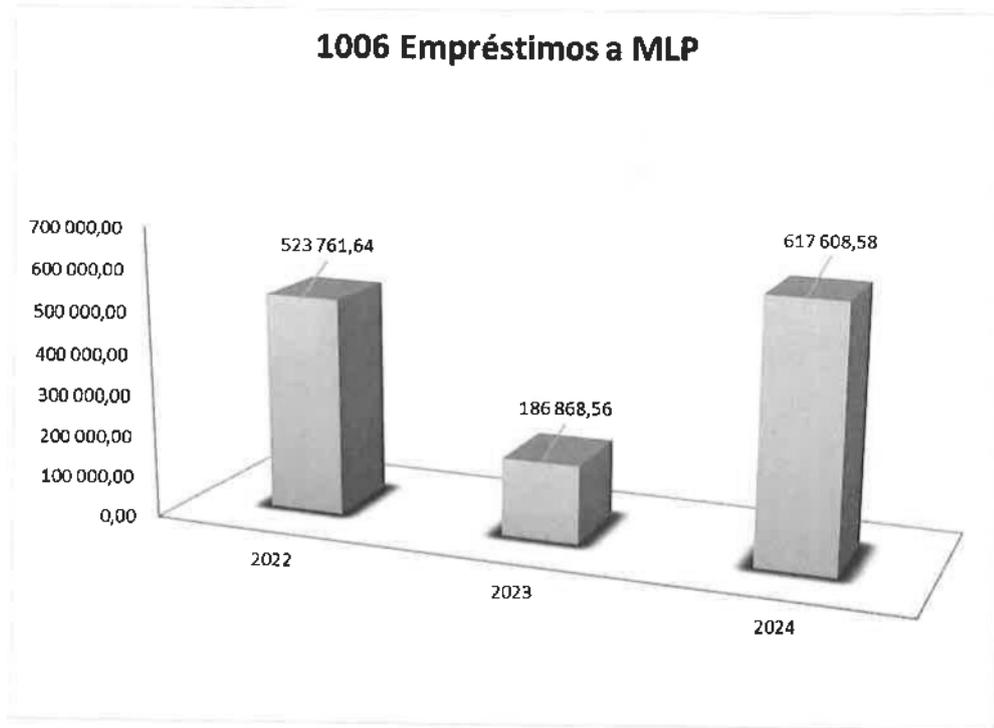


FIGURA 9 – DETALHE DO VALOR DOS EMPRÉSTIMOS ENTRE 2022 E 2024

O valor gasto com “juros e outros encargos” teve um acréscimo no último ano, tendo aumentado para o valor de 245.458,94€ em 2024. Este aumento ficou a dever-se ao pagamento de juros do empréstimo da Regeneração Urbana que começou a ser paga mensalmente a partir do segundo semestre de 2023.



FIGURA 10 - DETALHE DOS JUROS E OUTROS ENCARGOS

3.1.4 ORÇAMENTADO VS. EXECUTADO

Em relação aos valores executados do total da despesa em comparação com os valores orçamentados, conforme o quadro seguinte, verificamos que em todos os anos existem discrepâncias. O grau de execução nos anos 2022, 2023 e 2024 foi de: 81,42%, 81,87% e 78,50% respectivamente, conforme **tabela n.º 9**.

Despesa Total	2022	2023	2024
Executado	9.942.154,42	14.980.484,35	12.148.578,95
Orçamentado	12.211.039,74	18.298.299,06	15.475.381,69

Despesa Total Executada	2022	2023	2024
Despesa Corrente	6.581.784,42	7.078.941,01	8.027.729,05
Despesa de Capital	3.360.370,00	7.901.543,34	4.120.849,90
total	9.942.154,42	14.980.484,35	12.148.578,95
% de execução	81,42%	81,87%	78,50%

Ano 2024

Executado Vs. Orçamentado	Orçamentado	Executado
Despesas Correntes	8.883.180,00	8.027.729,05
Despesas Capital	6.592.201,69	4.120.849,90
	15.475.381,69	12.148.578,95

TABELA 9 – DETALHE DAS DESPESAS TOTAIS EXECUTADO VS. ORÇAMENTADO

Tal como se pode verificar na **tabela n.º 9** e **figura n.º 11**:

- O valor orçamentado para as despesas correntes em 2024 foi estimado/orçamentado em 8.883.180,00€ e o executado ficou-se nos 8.027.729,05€, que corresponde a um grau de execução de 90,37%.

- Podemos ainda verificar que em relação às despesas de capital, o valor de execução foi de 4.120.849,90€ e o valor estimado era de 6.592.201,69€ (corresponde a um grau de execução de 62,51%).



FIGURA 11 - GRAU DE EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL

No que concerne às despesas totais, a percentagem do valor executado face ao orçamentado é de 78,50%, sendo que o valor orçamentado foi condicionado pelas exigências previstas na proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2024, bem como pela Lei n.º 73/ 2013 de 03 de setembro, lei das Finanças Locais que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.



FIGURA 12 - GRAU DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

Se analisarmos a **figura n.º 12** da execução da despesa, verificamos que, em todas as rubricas existem pequenos desvios entre os montantes orçamentados e os executados.

Note-se que a maior discrepância a nível percentual existente entre o valor orçamentado e o executado diz respeito a rubrica “Aquisição de Bens e Serviços” à otimização dos recursos existentes resultando em menores custos do que os inicialmente previstos.

Salientamos para o facto, de que, ao longo dos anos, os desvios verificados entre o orçamentado e os montantes executados, serem reduzidos, fruto de orçamentos rigorosos e realistas.

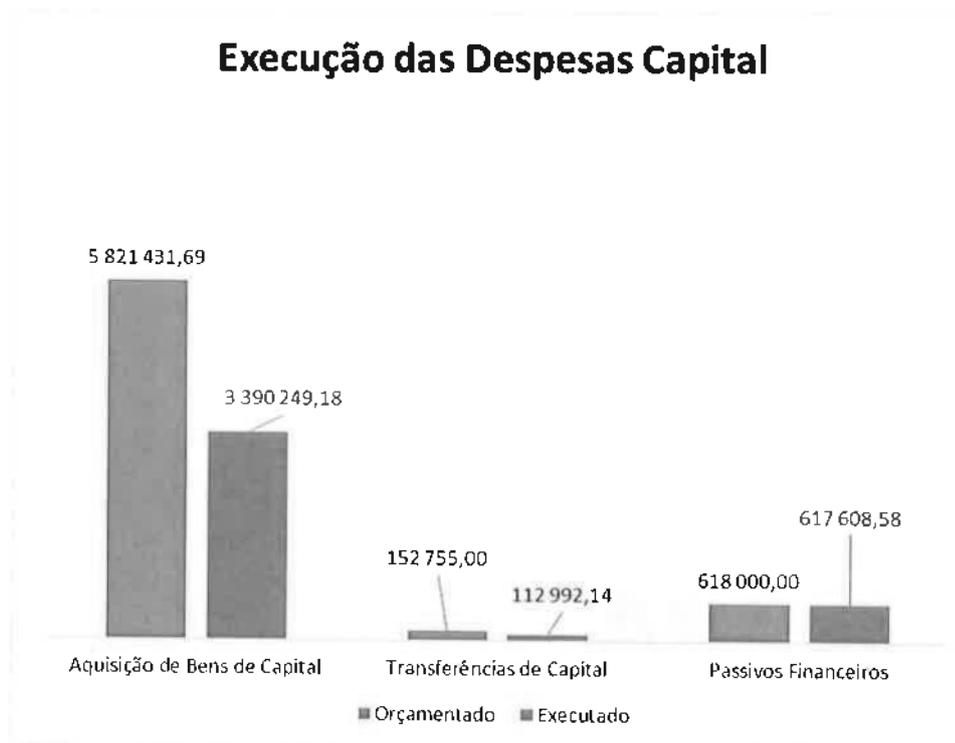


FIGURA 13 - GRAU DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL

Os dados referenciados na **figura n.º 13**, comparam o grau de execução das despesas de capital, sendo notório que as previsões exibidas foram de certo modo superiores aos valores efetivamente executados na aquisição de bens de capital.

No entanto, esse desvio justifica-se através de dotações cabimentadas e ainda por executar em procedimentos concursais em curso. Nesta rubrica de “aquisição de bens de capitais” verificamos taxa de execução de aproximadamente 58,2%.

3.1.5 INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores de gestão, também designados por rácios económicos permitem analisar os principais aspetos do desempenho da entidade, nomeadamente;

- A evolução da atividade;
- A eficiência da gestão;
- O equilíbrio liquidez versus exigibilidade.

Indicadores Estrutura Despesa	2022	2023	2024
Despesa com Pessoal / Despesa Corrente	0,36	0,38	0,36
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Corrente	0,43	0,40	0,41
Serviço da Dívida (juros+amortização) / Despesa Total	0,06	0,02	0,07
Aquisição de Bens de Capital / Despesa de Capital	0,82	0,97	0,82

TABELA 10 - INDICADORES ESTRUTURA DESPESA

Relativamente à **tabela n.º 10**, referente aos indicadores da estrutura da despesa podemos concluir o seguinte:

- **Peso da Despesa com Pessoal (Despesa com Pessoal / Despesa Corrente)** avalia a parcela de gastos com funcionários públicos dentro das despesas correntes. Este indicador atingiu 38% em 2023, face aos 36% verificados em 2024.
- **Peso da Aquisição de Bens e Serviços (Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Corrente)** mede a participação dos gastos com contratos, fornecimentos e serviços externos. Este rácio em 2024 atingiu os 41%.
- **Peso da Dívida (Serviço da Dívida / Despesa Total)** mede o peso da despesa com os gastos financeiros nomeadamente com juros e amortizações decorrentes de empréstimos bancários contraídos no total da despesa. Do montante total da despesa paga pelo município durante o ano de 2024, 7% foi para o pagamento de juros e amortizações do empréstimo bancário, sofrendo um acréscimo relativamente ao último ano.
- **Peso do Investimento Público (Aquisição Bens Capital / Despesa de Capital)** mede o grau de alocação de recursos para projetos estruturantes e infraestruturantes. Do total da despesa de capital efetuada, 82% diz respeito a gastos com bens de Investimento. Este rácio sofreu uma alteração de 15% em relação ao ano anterior.



3.2 EXECUÇÃO E ESTRUTURA ORÇAMENTAL DA RECEITA

3.2.1 EXECUÇÃO DA RECEITA

No que concerne a receita arrecadada, o Município obteve uma receita no valor de 13.395.523,06€, o que corresponde a 94,19% do valor orçamentado.

Rubrica	Receita Corrente		Orçamentado	Executado	%Execução	% Global
R1	01	Impostos Diretos	2 326 574,00	2 326 526,92	100,00%	17,37%
R1	02	Impostos Indiretos	5,00	0,00	0,00%	0,00%
R3	04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	898 492,00	895 519,60	99,67%	6,69%
R4	05	Rendimentos de Propriedade	41 405,00	41 393,06	99,97%	0,31%
R5	06	Transferências Correntes	7 047 202,50	7 047 121,25	100,00%	52,61%
R6	07	Venda de bens e serviços correntes	1 390 155,00	618 130,17	44,46%	4,61%
R7	08	Outras Receitas Correntes	50 511,00	50,16	0,10%	0,00%
Total Receitas Correntes			11 754 344,50	10 928 741,16	92,98%	81,59%
Rubrica	Receitas de Capital		Orçamentado	Executado	%Execução	%Global
R8	09	Vendas de bens de Investimento	32 503,00	32 500,00	99,99%	0,24%
R9	10	Transferências de Capital	2 006 635,56	2 006 034,92	99,97%	14,98%
R12	11	Ativos Financeiros	10,00	0,00	0,00%	0,00%
R13	12	Passivos Financeiros	428 006,94	427 706,08	99,93%	3,19%
Total Receitas de Capital			2 467 155,50	2 466 241,00	99,96%	18,41%



Rubrica	Outras Receitas		Orçamentado	Executado	%Execução	%Global
R11	14	Recursos Próprios	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R14	15	Reposição não abatida aos pagamentos	1 000,00	540,90	54,09%	0,00%
Total de outras Receitas			1 000,00	540,90	54,09%	0,00%
Total Geral - Receita			14 222 500,00	13 395 523,06	94,19%	100,00%

TABELA 11 – EXECUÇÃO DA RECEITA DO EXERCÍCIO

Tal como se pode verificar no quadro anterior (tabela n.º 11 e na figura n.º 14), relativo à execução da Receita, em 2024:

- Denota-se que a rubrica com maior execução orçamental foi os “impostos diretos” e as “transferências correntes” cujo montante efetivamente recebido corresponde a 2.326.526,92€ e 7.047.121,25€, respetivamente, atingindo um grau de execução de aproximadamente 100%.
- As rubricas que mais contribui para as receitas do município são: as transferências correntes (52,61% da receita total); os impostos diretos (17,37% da receita total); e as transferências de capital (14,98% da receita total).

Execução da Receita 2024 (%)

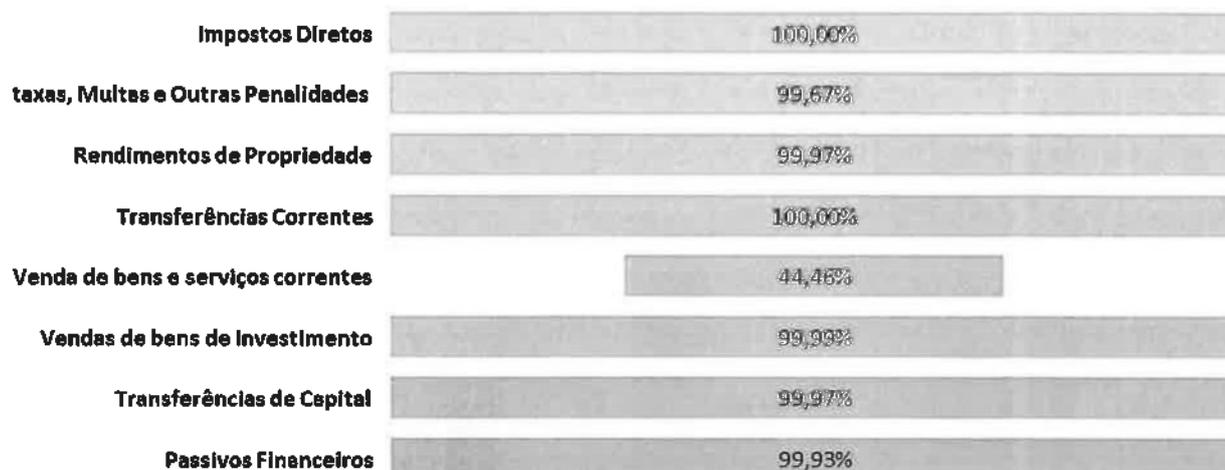


FIGURA 14 - GRAU DE EXECUÇÃO DA RECEITA (EM %)

- O grau de execução da receita total foi ligeiramente superior em 2024, situando-se nos 94,19%, face aos 88,29% verificados em 2023. Este acréscimo nos últimos anos, está aliado ao rigor da orçamentação, tornando as nossas taxas de execução cada vez maiores.
- Podemos observar que as componentes que obtiveram maior grau de execução no ano de 2024 foram os impostos diretos e as transferências correntes com 100,00%, como já referido anteriormente; vendas de bens de investimento com 99,99%; rendimentos de propriedade e transferências de capital com 99,97%; e os passivos financeiros com 99,93%.
- A venda de bens e serviços correntes tiveram um grau de execução na ordem dos 44,46%.

Considerando a figura seguinte (**figura n.º 15**), relativo à execução da Receita Total no 2024:

- Denota-se que as receitas correntes são efetivamente as que sobressaem, com um valor que corresponde a 10.928.741,16€ no ano de 2024;
- Verifica-se que a receita corrente aumentou em cerca de 1.287.327,60€ entre 2023 e 2024, correspondendo a um aumento de 13,35%;
- O valor das receitas de capital em 2024 foi de 2.466.241,00€, observando-se uma redução acentuada em relação a 2023.
- Outra rubrica com impacto reduzido é as outras receitas, que correspondeu a um montante de 540,90€, menos 1.325,01€ comparativamente ao ano 2023;



FIGURA 15 - RECEITA TOTAL EXECUTADA (ANO 2024)

3.2.2 COMPOSIÇÃO DA RECEITA

A receita é composta por receitas correntes, de capital e outras receitas. Quanto às receitas correntes as componentes mais importantes são as transferências correntes com 52,61% do total da receita e os impostos diretos (IUC, IMT e IMI) onde o município arrecada 17,37% do total da mesma.

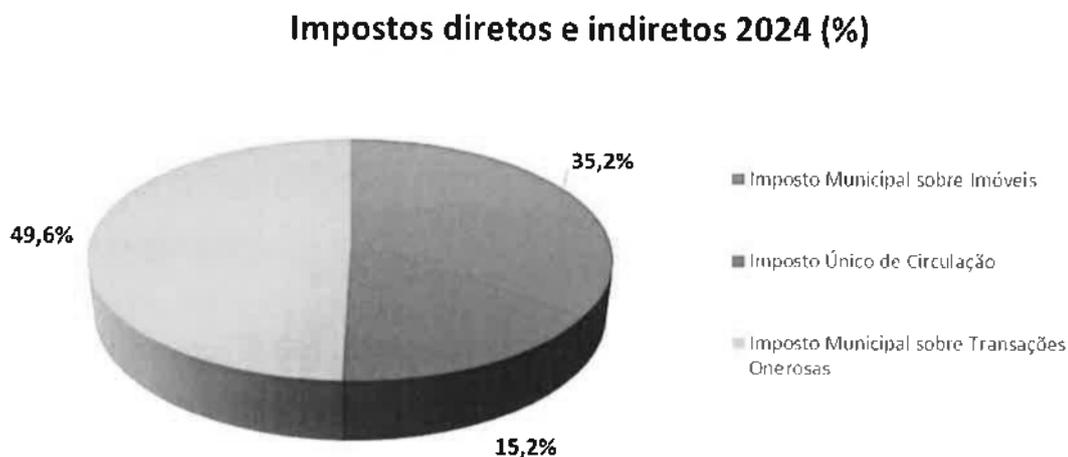


FIGURA 16 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA – IMPOSTOS DIRETOS E INDIRETOS

Tal como observamos na **tabela n.º 11** e na **figura n.º 16**:

- Os impostos diretos totalizaram uma arrecadação de 2.326.526,92€, e são compostos: pelo Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), pelo Imposto Único de Circulação (IUC) e pelo Imposto Municipal sobre Transações Onerosas (IMT).
- No ano de 2024, as receitas de IMI foram no montante de 818.821,52€ e corresponderam 35,2% do total dos impostos cobrados.
- Quanto ao IUC, arrecadamos no ano de 2024 o valor de 354.574,67€ que correspondeu a 15,2% do total de impostos cobrados;
- Em relação ao IMT, o valor recebido em 2024 totalizou o montante de 1.153.130,73€, e corresponde a 49,6% dos impostos arrecadados, sendo assim a rubrica com maior impacto para o município.



FIGURA 17 - ESTRUTURA DA RECEITA 2024

Se observarmos a **figura n.º 17**, constata-se que o Município não é autossustentável, ou seja, é fortemente dependente do exterior, nomeadamente das transferências do Orçamento de Estado (Administração Central).

Da receita total do município, 62,26% dizem respeito a verba atribuída pelo orçamento de Estado de 2024, tendo o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) um grande peso nessas verbas e 31,62% provêm das receitas próprias.

As receitas próprias arrecadadas pelo município perfazem o montante de 3.881.569,75€ em 2024, verificando um aumento de 305.701,04€ face a 2023.

No que respeita aos subsídios ao investimento estes atingem o montante de 750.966,36€, tendo um peso de 6,12% nas receitas do município.

3.2.3 EVOLUÇÃO DA RECEITA

O gráfico que se segue (**figura n.º 18**) equipara os valores obtidos entre 2022 e 2024, nomeadamente no que concerne as Receitas Próprias, Administração Central, e Subsídios ao Investimento.

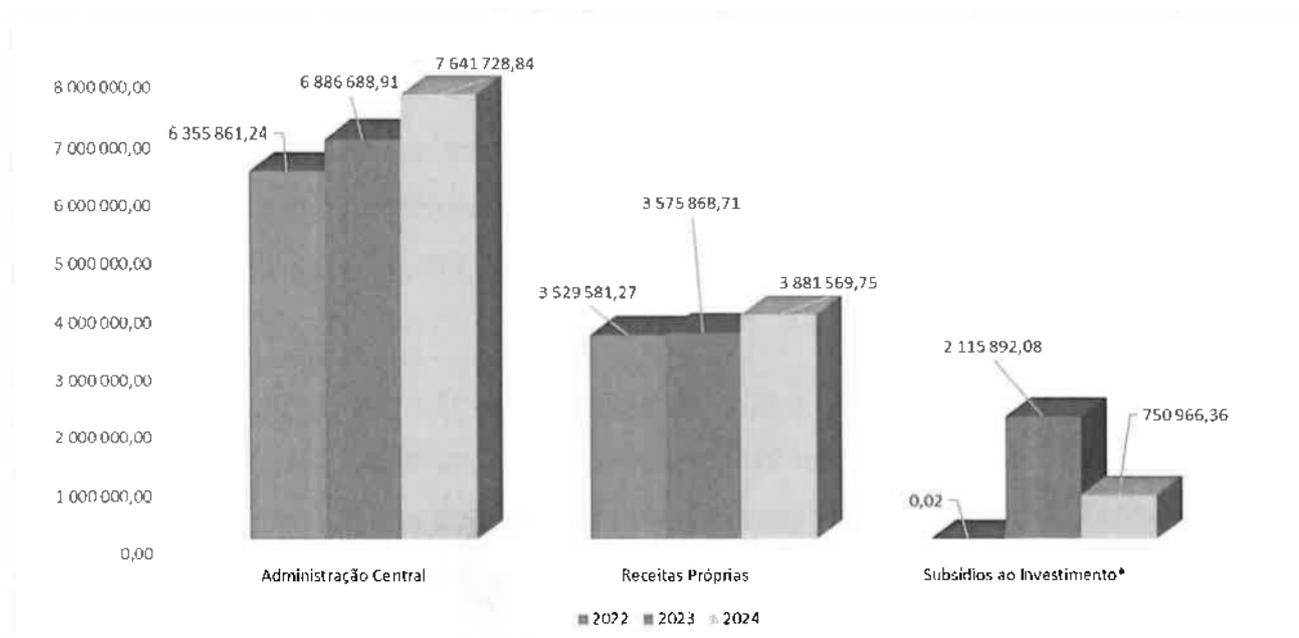


FIGURA 18 - ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS 2022-2024

(*MADEIRA 14-20 (IDR);** EXCLUINDO OS RECEBIMENTOS DA CPCJ)

Podemos observar que as transferências da Administração Central têm crescido nos últimos 3 anos, sendo que representou um aumento de aproximadamente 11%, entre 2023 e 2024.

Quanto às receitas próprias houve um acréscimo no valor de aproximadamente de 305.701,04€ entre 2023-2024, como já referido anteriormente, conforme podemos observar com mais detalhe na tabela n.º 12.

Descrição	2022	2023	2024
Impostos diretos	2 299 473,85	2 108 720,25	2 326 526,92
Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	707 013,07	907 282,53	895 519,60
Rendimentos de propriedade	6 650,32	3 256,32	41 393,06
Vendas de bens e serviços correntes	516 444,03	556 609,61	618 130,17
Total de receita própria	3 529 581,27	3 575 868,71	3 881 569,75

TABELA 12 - RECEITAS PRÓPRIAS (EXCLUINDO RECEBIMENTOS DA CPCJ)

É de salientar que em 2024, o valor arrecadado na cobrança de Impostos Diretos aumentou no montante dos 217.806,67€, particularmente, em sequência do aumento da cobrança de IMT (Imposto Municipal sobre Transações Onerosas), que cresceu entre 2023 e 2024 cerca de 227.303,84€. No que toca ao IUC (Imposto Único de Circulação) verificou-se uma subida no valor de 19.199,48€. Por outro lado, no caso do IMI, o valor arrecadado diminuiu 28.696,65€ quando comparado ao ano anterior.

Em 2016 foi introduzido um benefício fiscal, o IMI Familiar (artigo 112-A do Decreto-Lei n.º 287/2003 (Código do IMI), de 12 de novembro, que veio dar uma ajuda no equilíbrio do orçamento das famílias com filhos a cargo, deduzindo um valor fixo ao montante do imposto a pagar. Cada município define, a cada ano, os seus critérios específicos, cabendo-lhe atribuir ou não esta vantagem fiscal às famílias. Esta medida é aprovada anualmente e em 2024 a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi novamente aprovada em Assembleia Municipal onde se decidiu reduzir a taxa IMI em função do número de dependentes, conforme o disposto no CIMI, 30,00€ para famílias com um filho/dependente, 70,00€ para famílias com dois filhos/dependentes, e 140,00€ para as famílias com três ou mais filhos, sendo que esta medida se refletiu no valor cobrado em 2024.

Relativamente aos impostos indiretos, em 2024, não foi executado o valor referente aos direitos de passagem, uma vez que houve alteração na classificação através de nota técnica emitida pela DGAL, que passou duma económica 02- impostos indiretos, para uma económica 04-taxas, multas e outras penalidades, referentes à empresa de eletricidade da madeira.



FIGURA 19 - RECEITAS PRÓPRIAS 2024

Conforme a **figura n.º 19**, podemos observar o seguinte:

- A componente que mais contribui para as receitas próprias são os impostos diretos (59,94%), contrariamente, quem contribui menos para as receitas próprias são os rendimentos de propriedade (1,07%).
- A venda de bens e serviços ascendeu o montante de 618.130,17€, representando 15,92% das receitas próprias. Um aumento de cerca de 61.520,56€ em relação ao ano transato.
- No que respeita às taxas, multas e penalidades a autarquia arrecadou o montante de 895.519,60€ no ano 2024. Esta componente tem sofrido alterações nos últimos 2 anos, sendo que em 2022 ascendeu ao montante de 707.013,07€ e em 2023 o valor de 907.282,53€, menos 11.762,93€ comparativamente ao ano 2024.

3.2.5 INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores de gestão relativo à receita permitem analisar os principais aspetos do desempenho da receita do município.

Indicadores Grau de Cobertura - Receita/Despesa	2022	2023	2024
Receitas Próprias / Despesa Total	0,36	0,24	0,32
Receita Corrente / Despesa Corrente	1,44	1,36	1,36
Receita de Capital / Despesa Capital	0,27	0,75	0,6

TABELA 13 - INDICADORES GRAU DE COBERTURA – RECEITAS E DESPESAS

Relativamente à **tabela n.º 13**, referente aos indicadores da estrutura da receita Vs. despesa pode concluir o seguinte:

- O rácio **Grau Cobertura Global das Receitas e das Despesas (RP/DT)** mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias, controladas diretamente pela autarquia. Ou seja, do total da despesa do Município, apenas 32% é compensado através de receitas próprias. Significa que, o Município esta fortemente dependente de outras entidades externas, nomeadamente Estado, através das verbas atribuídas pelo Orçamento Estado, tal como já referido anteriormente.



- O rácio **Grau Cobertura Global das Receitas e das Despesas (RC/DC)** mede a capacidade de as receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas. Como o rácio é de 1,36, isso significa que as receitas correntes cobradas pelo Município são suficientes para cobrirem todas as despesas correntes pagas.
- O rácio **Grau Cobertura Global das Receitas e das Despesas (RC/DC)** mede a capacidade de as receitas de capital cobrirem as despesas de capital. Sendo que as mesmas, cobrem 60% das despesas de capital pagas em 2024.

Indicadores Estrutura Receita	2022	2023	2024
Receitas Próprias / Receita Total	0,34	0,23	0,29
Impostos Diretos / Receita Total	0,22	0,14	0,17
Venda de Bens e Prestação de Serviços / Receita Total	0,05	0,04	0,05

TABELA 14 – INDICADORES ESTRUTURA DE RECEITA

Em relação à **tabela n.º 14**, concluímos o seguinte:

- O rácio **Estrutura Receita (RP/RT)** mede o peso das receitas próprias do município no total das receitas arrecadadas. Em 2024 apenas 29% das receitas totais, são receitas próprias que não dependem de terceiros. Ou seja, o Município está fortemente dependente face a receitas provenientes de terceiros (nomeadamente do OE).
- O rácio **Estrutura Receita (ID/RT)** mede o peso das receitas provenientes de impostos diretos nas receitas totais. No último ano, este rácio aumentou para 17%.
- O rácio **Estrutura Receita (VB e PS/RT)** mede o peso da receita proveniente da venda de bens e da prestação de serviços na receita total. Verificamos que nos últimos três anos, este rácio tem tido uma conduta ligeiramente variável, aumentando 1% de 2023 para 2024.



3.2.6 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro define a regra do equilíbrio orçamental. Esta regra estabelece que, para além das receitas terem de cobrir todas as despesas, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No entanto no apuramento do equilíbrio deve ser excluído o efeito da aplicação do saldo de gerência, mediante o n.º 5 do artigo 40.º da Lei 73/2013.

As amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo do Município da Ribeira Brava ascendem a 617.608,58€, o que significa que a receita corrente do município deve ser, pelo menos superior a despesas corrente, naquele montante.

Descrição	2024
Receita Corrente Bruta + Saldo de gerência aplicado em despesa corrente	11 825 844,71
Despesa Corrente	8 027 729,05
Amortizações médias empréstimos MLP	344 590,42
Poupança Corrente	3 453 525,24

TABELA 15 - EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O valor da média dos empréstimos MLP corresponde ao valor que consta no mapa dos empréstimos do TC. Conforme a **tabela n.º 15**, os valores das despesas correntes adicionados às amortizações médias do MLP totalizam o valor de 8.372.319,47€, são inferiores ao valor da receita corrente bruta com o saldo da gerência aplicado na despesa corrente através de uma revisão orçamental que totalizou o valor de 11.825.844,71€, dando uma margem de 3.453.525,24€.

3.3 ANÁLISE PATRIMONIAL

3.3.1 BALANÇO

Verifica-se que ao longo dos últimos dois anos, uma diminuição no Ativo Líquido do Município, em cerca de 1.174.387,72€, ou seja, menos 1,22% quando comparado com 2023. Esta redução deveu-se ao decréscimo dos Ativos Fixos Tangíveis na ordem dos 2.126.117,66€.

Ativo não Corrente	Ano 2023	Ano 2024	Varição 2023/2024
Ativos Fixos Tangíveis	93 667 434,59	91 541 316,93	-2 126 117,66
Ativos Intangíveis	9 546,83	30 511,50	20 964,67
Participações Financeiras	327 914,50	327 916,50	0,00
Total ativo não corrente	94 004 897,92	91 899 744,93	-2 105 152,99
Ativo Corrente	Ano 2023	Ano 2024	Varição 2023/2024
Inventários	18 260,20	24 242,15	5 981,95
Clientes, contribuintes e utentes	10 537,83	15 305,57	4 767,74
Outras contas a receber	1 140 280,41	868 510,26	-271 770,15
Diferimentos	3 618,18	8 767,33	5 149,15
Caixa e depósitos	1 325 269,21	2 511 905,79	1 186 636,58
Total ativo corrente	2 497 965,83	3 428 731,10	930 765,27
Ativo Total	96 502 863,75	95 328 476,03	-1 174 387,72

TABELA 16 - BALANÇO (COMPONENTES DO ATIVO)

Se observarmos a tabela n.º 16 e a figura n.º 20, a estrutura do Ativo Líquido sofreu alterações neste exercício como se tem vindo a verificar comparativamente a exercícios anteriores.

No que concerne ao ativo não corrente, a rubrica com maior peso é dos Ativos Fixos Tangíveis, essencialmente composta por bens de domínio público (Reclassificação dos bens de domínio público em AFT, Reclassificação e Revisão da vida útil de Ativos Fixos Tangíveis e intangíveis). Anteriormente esta rubrica estava separada dos “Imobilizados corpóreos” sendo que passou a integrar os AFT. No

ano de 2024, a mesma totalizou o valor de 91.541.316,93€, representando assim cerca de 96,03% do Ativo do Município. Relativamente ao Ativo Intangível, o montante em 2024 ascendeu a 30.511,50€.

Quanto ao ativo corrente, a rubrica com maior peso é a de “caixa e depósitos” que totaliza 2,64% do total do ativo e ascendeu ao montante de 2.511.905,79€ no ano de 2024. Outra rubrica com peso no ativo corrente é a conta “outras contas a receber” que está composta por especializações do exercício e correspondeu a 868.510,26€ em 2024, e tem um peso de 0,91% sobre o total do ativo.

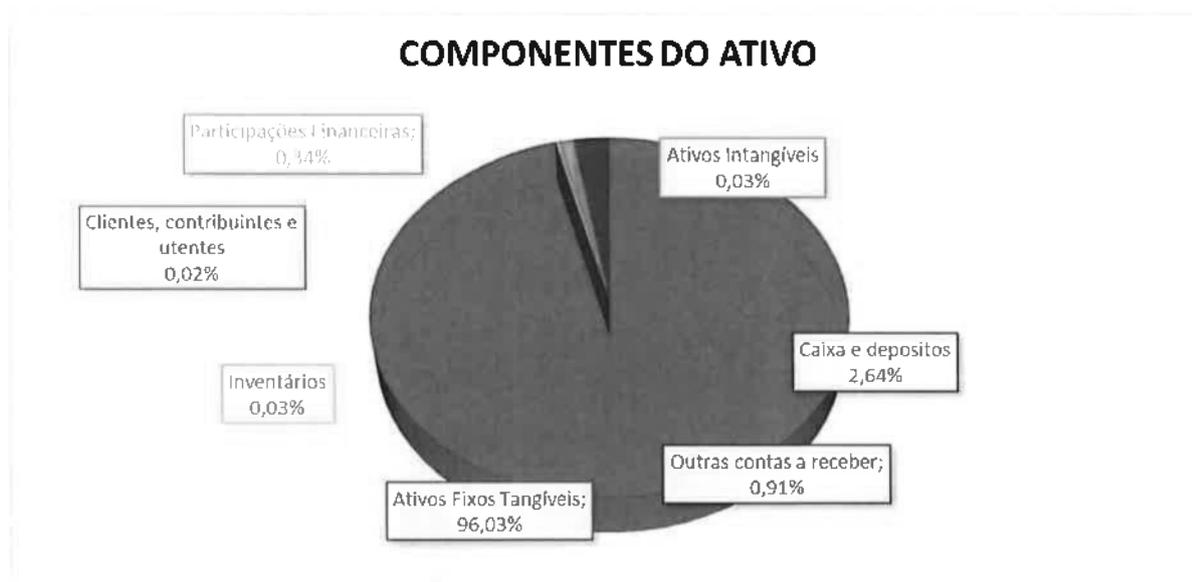


FIGURA 20 - TOTAL DO ATIVO (EM PORCENTAGEM)

Conforme a **figura n.º 21**, salientamos o seguinte:

- A caixa e depósitos, sofreu um aumento de cerca de 1.186.636,58€, relativamente a 2023, representando mais 89,54%.
- As Dívidas de clientes, contribuintes e utentes aumentaram em cerca de 4.767,74€ relativamente a 2023;
- Os inventários aumentaram 5.981,95€, representando 0,03% do total do ativo.

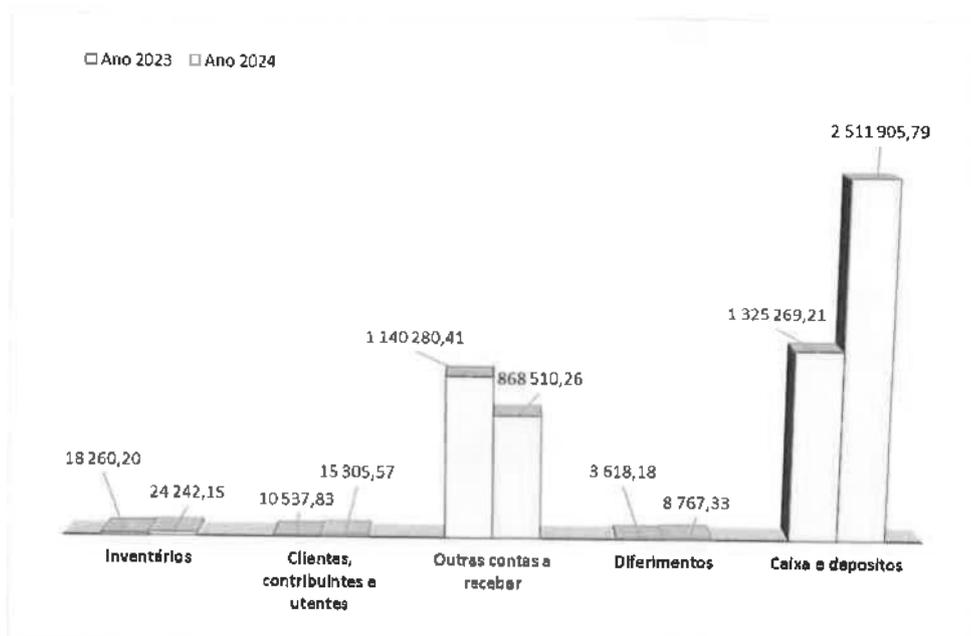


FIGURA 21 - ESTRUTURA DO ATIVO CORRENTE (EM EUROS)

Passivo não Corrente	Ano 2023	Ano 2024	Varição 2023/2024
Provisões	78 124,18	78 124,18	0,00
Financiamentos obtidos	5 041 839,50	4 660 025,56	-381 813,94
Diferimentos	2 971 029,43	764 968,75	-2 206 060,68
Outras contas a pagar	159 983,60	64 759,73	-95 223,87
Total passivo não corrente	8 250 976,71	5 567 878,22	-2 683 098,49
Passivo Corrente	Ano 2023	Ano 2024	Varição 2023/2024
Fornecedores	0,00	7 992,31	7 992,31
Estado e Outros Entes Públicos	45 964,39	23 792,41	-22 171,98
Financiamentos obtidos	186 868,16	378 779,60	191 911,44
Fornecedores de investimentos	50 738,73	0,00	-50 738,73
Outras contas a pagar	793 452,57	662 385,11	-131 067,46
Diferimentos	52 014,63	52 014,63	0,00
Total passivo corrente	1 129 038,48	1 124 964,06	-4 074,42
Passivo Total	9 380 015,19	6 692 842,28	-2 687 172,91

TABELA 17 - BALANÇO (COMPONENTES DO PASSIVO)



No que respeita à Estrutura do Passivo, e segundo a **tabela n.º 17** e a **figura n.º 22**, no ano 2024, o mesmo totalizou o montante de 6.692.842,28€, menos 2.687.172,91€ do que no ano anterior.

O Total do **passivo não corrente** no ano de 2024 foi de 5.567.878,22€. Os financiamentos obtidos a MLP corresponderam a uma redução de 381.813,94€, e corresponderam a 4.660.025,56€ no final de 2024. Relativamente aos “Diferimentos” a MLP estes ascenderam a 764.968,75€ em 2024, e corresponde a “investimentos em curso” bem como a especializações do exercício.

Em relação ao **passivo corrente**, este totalizou em 2024 o montante de 1.124.964,06€ e corresponde a 16,81% do total do passivo.

No que respeita à Estrutura do passivo a Curto Prazo (CP), salientamos o seguinte:

- No caso dos fornecedores (fornecedores c/c, fornecedores em receção e conferência) o município encerrou o ano com dívidas a fornecedores no montante de 7.992,31€.
- Estado e Outros Entes Públicos totalizou o montante 23.792,41€ e representou uma diminuição em cerca de 48,24%, no montante de 22.171,98€ relativamente a 2023;
- Quanto aos empréstimos bancários exigíveis a CP, entre 2023 e 2024 sofreu um aumento totalizando 378.799,60€.
- A conta “outras contas a pagar” ascenderam em 662.385,11€ em 2024, e dizem respeito a dívidas a outros credores, nomeadamente os Sindicatos, acordos de pagamento de CP, acréscimos de gastos e ao SEF.

As rubricas com maior impacto no passivo não corrente são: os financiamentos obtidos que corresponde a 69,63% do total do passivo, e os diferimentos que correspondem a 11,43% do total do passivo; do passivo corrente são: as outras contas a pagar que correspondem a 9,90% do total do passivo.

Denote-se, que à semelhança do que tem sido a prática deste executivo, o Município de Ribeira Brava tem cumprido imperativamente com os compromissos assumidos no que concerne aos empréstimos bancários.



FIGURA 22 – ESTRUTURA DO PASSIVO 2024

3.3.2 ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO

Segundo o disposto no art.º 52 da Lei n.º 73 de 03 setembro 2013 (estabelece o regime financeiro das autarquias locais), descreve o limite da dívida total da autarquia para o corrente ano, como sendo a dívida total das operações orçamentais do município, não podendo ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três exercícios anteriores.

3.3.3 LIMITES AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

O valor em dívida à Banca em 1 janeiro de 2024 era de 5.228.707,66€ e no final do exercício era de 5.038.805,16€ havendo uma redução no valor de 189.902,50€. No mesmo ano foram amortizados empréstimos na ordem dos 617.608,58€, em conformidade com o disposto no art.º 52 da Lei n.º 73 de 03 setembro 2013.

APURAMENTO DO LIMITE DA "DÍVIDA TOTAL" PARA DE 2024		
Total da receita cobrada nos últimos 3 anos		
1.1.	Receita corrente cobrada em 2021	8.426.404,10
1.2.	Receita corrente cobrada em 2022	9.947.730,85
1.3.	Receita corrente cobrada em 2023	9.641.413,56

Média da receita		9 188 516,17
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 anos		13 782 774,26
APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL		
4.1.	22.1 - Fornecedores Conta Corrente	7 992,31
4.2.	25.1 - Financiamentos Obtidos	5 038 805,16
4.3.	27.1 - Fornecedores de Investimento	0,00
4.4.	27.8 - Outros Devedores e Credores	66 784,54
4.5.	24.3 - IVA (Imposto de Valor Acrescentado)	2 154,44
4.6.	24.5 – Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	22 444,77
TOTAL DA DÍVIDA A TERCEIROS		5 138 181,22
Dívida total a 31/12/2024 excluindo operações orçamentais		5 138 181,22
APURAMENTO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO		
Limite da dívida total da Autarquia calculado a 31/12/2024		13 782 774,26
Montante da dívida total em 31/12/2023 (excluindo operações orçamentais)		5 138 181,22
Margem absoluta		8 644 593,04
Margem utilizável (40%)		3 457 837,21
Montante de empréstimos já contratualizados e não refletidos na dívida		94 970,84

TABELA 18 - ENDIVIDAMENTO

3.3.4 INDICADORES DE GESTÃO

Tendo em conta, as particularidades e limitações duma estrutura pública, no caso particular dos Municípios, cujo objetivo primordial é a satisfação das necessidades dos utentes, não é fácil encontrar rácios apropriados para analisar as contas, contudo apresentamos de seguida alguns rácios.

Rácios		2022	2023	2024
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo Líquido	0,96	0,90	0,93
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	21,78	9,29	13,24
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	2,19	2,21	3,05
Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários/Passivo corrente	2,15	2,20	3,03
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo corrente	0,73	1,17	2,23
Dependência MLP	Passivo não corrente/Ativo Total	0,03	0,09	0,06
Endividamento	Passivo corrente /Património líquido + Passivo Total	0,01	0,01	0,01

TABELA 19 – RÁCIOS FINANCEIROS

Em relação à tabela n.º 19, concluímos o seguinte:

- O rácio da **Autonomia Financeira**, este indicador evidencia a parte do ativo coberto pelo património líquido, ou seja, compara o património do município com a aplicação no ativo. Quanto maior for este rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que dará maior autonomia. Podemos observar que este rácio diminuiu 6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Isto significa que 93% do valor do património serve para cobrir o total do ativo.
- O rácio de **Solvabilidade** mede a capacidade financeira global do município poder cumprir os seus compromissos, isto é, evidencia se o seu património é ou não suficiente para solver as dívidas (de curto e médio e longo prazo). Quanto maior for este rácio, maior será a capacidade de solver compromissos.
- O rácio de **Liquidez Geral** mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo ativo corrente. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos previstos. Verifica-se no ano de 2024 que o município sofreu um aumento e o seu Ativo Corrente continua a cobrir o total do Passivo Corrente.

- O rácio de **Liquidez Reduzida** mede a capacidade das disponibilidades (dinheiro em caixa e nos depósitos à ordem) e inventários fazerem face às dívidas de curto prazo (passivo corrente).
- O rácio de **Liquidez Imediata** mede o grau em que dos passivos de curto prazo serem cobertos pelas disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos à ordem). Podemos concluir que o município possui uma liquidez no imediato para fazer face aos seus compromissos.
- O rácio de **dependência MLP** mede o grau de dependência do ativo total relativamente às dívidas de MLP (passivo não corrente).
- O rácio de **Endividamento CP** refere que quanto maior o rácio, tanto maior o peso das dívidas de curto-prazo. Este tem sido constante ao longo dos últimos anos.

3.3.5 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Como podemos observar na **tabela n.º 20**, o total dos rendimentos entre 2023 e 2024 sofreu uma alteração positiva, por força do aumento de todas as rubricas, tendo aumentado globalmente cerca de **11,30%**, totalizando o montante de 13.610.128,50€ em 2024.

Rendimentos	Ano 2023	Ano 2024	Varição 2023/2024
Impostos, contribuições e taxas	2 991 972,84	3 151 237,59	159 264,75
Prestações de serviços e concessões	496 792,95	566 426,06	69 633,11
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 034 164,88	7 020 624,85	986 459,97
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0,00	5 881,38	5 881,38
Outros rendimentos e ganhos	2 704 957,25	2 824 565,56	119 608,31
Juros e rendimentos similares obtidos	3 256,32	41 393,06	38 136,74
Total de rendimentos	12 231 144,24	13 610 128,50	1 378 984,26

TABELA 20 - EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS 2024

Relativamente à evolução dos rendimentos da autarquia, podemos referir o seguinte:

- Observa-se uma maior expressão na rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”, totalizando o montante de 7.020.624,85€, e que corresponde a 51,6% do total dos rendimentos. É nesta rubrica que estão contemplados os valores FEF corrente, FSM (fundo



social municipal) e participação de IRS, verbas recebidas do Polo de emprego, IHRU, Eleições e C.P.C.J.;

- Verifica-se um aumento na rubrica “Impostos, contribuições e taxas” na ordem dos 5,3%, designadamente na cobrança de impostos diretos (IMI, IUC e IMT), e de Taxas, multas e outras penalidades (loteamento e obras, ocupação da via pública, juros de mora e compensatórios, entre outros).
- No que se refere à “Prestações de serviços e concessões” ascendeu a 566.426,06€ em 2024. Esta rubrica engloba, a cobrança de receita através dos parques de estacionamento/parquímetros, rendas de mercados e feiras, cemitérios, entre outros, e correspondeu a mais 69.633,11€ do que em 2023;
- Na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” está contemplado o valor da imputação dos subsídios de investimento, sendo que o total da rubrica corresponde a 2.824.565,56€ em 2024.

Relativamente aos gastos totais de 2024, conforme observamos na **tabela n.º 21**, estes apresentaram um aumento de aproximadamente 6% face a 2023, totalizando um aumento no montante de 761.018,16€.

Gastos	Ano 2023	Ano 2024	Varição 2023/2024
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19 992,81	21 799,41	1 806,60
Fornecimentos e serviços externos	2 899 528,85	3 367 842,09	468 313,24
Gastos com pessoal	2 763 171,31	2 992 346,42	229 175,11
Transferências e subsídios concedidos	1 371 354,27	1 623 582,99	252 228,72
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	23 380,12	0,00	-23 380,12
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	68 180,90	0,00	-68 180,90
Provisões (aumentos/reduções)	78 124,18	0,00	-78 124,18
Outros gastos e perdas	264 650,46	33 192,48	-231 457,98
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5 161 161,94	5 331 081,10	169 919,16
Juros e gastos similares suportados	124 037,46	164 755,97	40 718,51

Total dos Gastos	12 773 582,30	13 534 600,46	761 018,16
------------------	---------------	---------------	------------

TABELA 21 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

Os aumentos dos gastos totais são justificados pelo seguinte:

- Aumento do Fornecimentos de serviços externos que ascendeu ao montante de 3.367.842,09€ em 2024, correspondendo a mais 468.313,24€ do que no ano anterior;
- Os gastos/reversões de depreciação e amortização que totalizaram o valor de 5.331.081,10€ em 2024, mais 169.919,16€ do que em 2023.
- Aumento de custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no montante de 1.806,60€ face a 2023;
- Acréscimo nos fornecimentos e serviços externos, cujo montante em 2024 foi de 3.367.842,09€, mais 468.313,24€ do que em 2023.
- Aumento significativo nos Gastos com pessoal no montante de 229.175,11€, tendo esta rubrica ascendendo o valor de 2.992.346,42€.
- Aumento das Transferências e Subsídios Concedidos que ascendeu ao montante de 1.623.582,99€ em 2024, e correspondendo a um aumento de 18,4% face ao ano anterior;

3.4 CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão tem como principal finalidade a produção de informação detalhada, analítica e relevante sobre os gastos, rendimentos e resultados, sempre que aplicável, com vista a satisfazer uma multiplicidade de necessidades informativas dos decisores e dirigentes públicos. Este tipo de contabilidade fornece dados fundamentais para apoiar decisões estratégicas e operacionais, permitindo uma avaliação mais rigorosa da economia, eficácia e eficiência das políticas públicas implementadas, tornando-se assim num instrumento essencial para uma gestão pública responsável e transparente.

Durante o ano de 2024 foram introduzidas alterações significativas nos princípios e critérios subjacentes à imputação dos gastos, com o objetivo de assegurar maior rigor, precisão e detalhe na sua atribuição. Esta mudança implicou, em determinados casos, a impossibilidade de afetar integralmente alguns gastos a contas específicas, embora tenham sido identificados e alocados,

dentro do possível, aqueles gastos considerados mais expressivos e relevantes para a gestão eficaz dos recursos.

O presente relatório é elaborado em conformidade com a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. A informação aqui apresentada constitui um resumo estruturado e rigoroso resultante da análise e tratamento dos dados constantes dos documentos de suporte definidos no ponto 6 – Divulgações da NCP 27.

O quadro seguinte (**tabela 22**) apresenta o resumo detalhado dos gastos diretamente imputados aos serviços e às atividades desenvolvidas, permitindo uma visão integrada da distribuição e do peso relativo destas despesas nas operações do ano em análise.

Resumo dos gastos por serviço e atividade		Valor
Gastos afetos diretamente aos serviços		3 414 619,76
93.1.1.1	Assembleia Municipal	9 252,77
93.1.1.2 + 93.2+95.1.1.2	Câmara Municipal	3 405 366,99
Gastos por atividade		2 361 075,48
94.1.1	Funções Gerais	288 402,50
94.1.2	Segurança e Ordem Públicas	214 756,49
94.2	Funções Sociais	1 811 489,38
94.3	Funções Económicas	46 427,11
Total imputado diretamente		5 775 695,24
Gastos por imputar		7 758 905,22
Total		13 534 600,46

TABELA 22 – GASTOS POR SERVIÇOS E ATIVIDADES

O quadro apresentado demonstra claramente que a maior parcela dos gastos diretamente imputados se concentra nos serviços da Câmara Municipal, perfazendo um total significativo de 3.405.366,99 euros, representando aproximadamente 99% do total dos gastos diretamente afetos aos serviços. Dentro das atividades, destacam-se as Funções Sociais com 1.811.489,38 euros (77% dos gastos por atividade), evidenciando um forte compromisso e investimento em áreas críticas para o bem-estar da comunidade, como educação e ação social. Por outro lado, verifica-se que existe um montante significativo de gastos por imputar (7.758.905,22 euros), mantendo-se a necessidade de

continuidade na melhoria dos processos de identificação e alocação dos gastos a serviços e atividades específicas, visando aumentar a transparência e eficiência da gestão pública.

Para melhor compreensão dos gastos que estão afetos diretamente aos serviços temos o seguinte detalhe:

Analítica	Descrição / SERVIÇOS	Valor	%
93.1.1.1	Assembleia Municipal	9 252,77	0%
93.1.1.2	Câmara Municipal	3 352 530,83	99%
93.1.1.2.01	Executivo Municipal	3 352 530,83	99%
93.1.1.2.01.00	Executivo Municipal	285 586,03	8%
93.1.1.2.01.01	Gabinete de Apoio à Presidência	175 783,66	5%
93.1.1.2.01.02	Gabinete Jurídico, Contencioso, Contraordenações e Execuções Fiscais	107 851,55	3%
93.1.1.2.01.03	Serviço Municipal de Proteção Civil	31 733,88	1%
93.1.1.2.01.05	Unidade de Gestão Financeira e Administração Geral	378 144,86	11%
93.1.1.2.01.05.01	Gestão Orçamental, Financeira, Patrimonial e Tesouraria	71 725,27	2%
93.1.1.2.01.05.02	Gestão de Recursos Humanos	207 387,83	6%
93.1.1.2.01.05.03	Gestão de Atendimento e Arquivo	66 318,60	2%
93.1.1.2.01.05.04	TIC	32 713,16	1%
93.1.1.2.01.06	Divisão de Obras Particulares e de Controlo	224 994,57	7%
93.1.1.2.01.06.00	Divisão de Obras Particulares e de Controlo	74 259,10	2%
93.1.1.2.01.06.01	Apoio à Divisão de Obras Particulares e Urbanismo	81 006,37	2%
93.1.1.2.01.06.02	Obras Particulares e Urbanismo	25 367,53	1%
93.1.1.2.01.06.03	Fiscalização e Controlo de Obras Particulares	44 361,57	1%
93.1.1.2.01.07	Divisão de Ordenamento do Território Serviços Municipais	2 148 436,28	63%
93.1.1.2.01.07.00	Divisão de Ordenamento do Território Serviços Municipais	30 679,64	1%
93.1.1.2.01.07.01	Obras Públicas	25 762,84	1%
93.1.1.2.01.07.02	Setor dos Serviços Operativos	1 412 956,72	42%
93.1.1.2.01.07.03	Fiscalização de Obras e Ambiente	48 253,85	1%
93.1.1.2.01.07.04	Serviço Aprovisionamento e Contratação Pública	182 858,51	5%
93.1.1.2.01.07.05	Social, Educação, Cultura, Turismo e Desporto	204 948,83	6%
93.1.1.2.01.07.06	Biblioteca	85 593,05	3%
93.1.1.2.01.07.07	Escolas	157 382,84	5%
93.2	Programas / Outras Situações	22 627,60	1%
93.2.01	Programas do Instituto de Emprego	22 627,60	1%
Total de gastos afetos diretamente aos serviços por classificação orgânica		3 384 411,20	100%

TABELA 23 – GASTOS AFETOS AOS SERVIÇOS

A análise detalhada dos gastos imputados diretamente aos serviços permite extrair observações relevantes sobre a gestão financeira e operacional da autarquia durante o período em estudo.



Particular atenção merece a Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, que concentra uma percentagem significativa de 63% do total de gastos afetos aos serviços (2.148.436,28 €). Dentro desta divisão, destaca-se o Setor dos Serviços Operativos, que individualmente representa 42% (1.412.956,72 €), refletindo a elevada prioridade atribuída às operações e à manutenção das infraestruturas municipais.

Outros serviços com expressão relevante incluem a Unidade de Gestão Financeira e Administração Geral, representando 11% (378.144,86 €), salientando-se o papel crucial desta unidade na gestão dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais da autarquia. Também a Divisão de Obras Particulares e de Controlo apresenta gastos consideráveis, correspondendo a 7% (224.994,57 €), destacando a relevância administrativa e fiscalizadora que esta unidade exerce nas áreas de urbanismo e construção.

O Executivo Municipal e o Gabinete de Apoio à Presidência, representando respetivamente 8% (285.586,03 €) e 5% (175.783,66 €), demonstram um investimento significativo na gestão estratégica e política do município, garantindo condições adequadas para o exercício das suas funções executivas.

Em síntese, o quadro apresentado reflete uma distribuição dos gastos que está alinhada com as prioridades estratégicas e operacionais do município, centrando a maioria dos recursos financeiros nos serviços essenciais à gestão do território e das infraestruturas, complementados por um forte investimento em unidades administrativas e financeiras, fundamentais para garantir a eficiência, eficácia e transparência da gestão pública municipal.

Embora, ainda não esteja totalmente otimizada a informação de gestão para ser devidamente alocado às atividades a integralidade dos gastos, aqueles que são mais expressivos e significantes para a gestão foram, dentro do possível, individualizados e alocados à respetiva atividade, ou centro de custo, conforme se verifica nos dois quadros seguintes.

Relatório de Gestão



Analítica	Descrição / ATIVIDADES	Valor	%
94.1	Atividades Principais	503 158,99	21%
94.1.1	Funções Gerais	288 402,50	12%
94.1.1.1	Administração geral	288 402,50	12%
94.1.1.1.2	Atividades Municipais	108 094,31	5%
94.1.1.1.2.001	Fornecimento de Pneus para a Frota do Município	3 536,37	0%
94.1.1.1.2.002	Aquisição de Inertes	15 033,48	1%
94.1.1.1.2.003	Combustíveis	34 954,05	1%
94.1.1.1.2.005	Seguros	10 957,02	0%
94.1.1.1.2.006	Seguros do Pessoal	43 613,39	2%
94.1.1.1.3	Transferências	180 308,19	8%
94.1.1.1.3.001	Transferências de Verbas as Juntas de Freguesia	180 308,19	8%
94.1.2	Segurança e Ordem Públicas	214 756,49	9%
94.1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	214 756,49	9%
94.1.2.1.2	Atividades Municipais	7 756,49	0%
94.1.2.1.2.001	Seguros Multirrisco	7 756,49	0%
94.1.2.1.3	Transferências	207 000,00	9%
94.1.2.1.3.001	Transferências de Subsídio a Associação Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava	207 000,00	9%
94.2	Funções Sociais	1 811 489,38	77%
94.2.1	Educação	341 445,34	14%
94.2.1.0	Educação	328 571,93	14%
94.2.1.0.2	Atividades Municipais	328 571,93	14%
94.2.1.0.2.001	Universidade Sénior	11 703,87	0%
94.2.1.0.2.002	Atribuição De Manuais Escolares, Material Escolar, Material De Economato Para A Delegação Escolar E Apoio No Pagamento D	34 956,46	1%
94.2.1.0.2.003	Fundo Social Municipal - Creches e 1º Ciclo	281 911,60	12%
94.2.1.1	Ensino não superior	10 965,31	0%
94.2.1.1.2	Atividades Municipais	10 965,31	0%
94.2.1.1.2.001	Apoio em Diversos eventos do Ensino	7 297,36	0%
94.2.1.1.2.002	Aquisição De Produtos De Higiene E Limpeza (Edifícios Escolares E Edifícios Pertencentes Ao Município)	809,78	0%
94.2.1.1.2.003	Programa Eco Escolas	2 858,17	0%
94.2.1.2	Serviços Auxiliares de Ensino	1 908,10	0%
94.2.1.2.2	Atividades Municipais	1 908,10	0%
94.2.1.2.2.001	Transportes Escolares	1 908,10	0%
94.2.2	Saúde	60 413,36	3%
94.2.2.2	Veterinária	60 413,36	3%
94.2.2.2.2	Atividades Municipais	60 413,36	3%
94.2.2.2.2.001	Veterinária	60 413,36	3%
94.2.3	Segurança e Ação Social	287 146,58	12%
94.2.3.2	Ação social	287 146,58	12%
94.2.3.2.2	Atividades Municipais	213 646,58	9%
94.2.3.2.2.001	Comissão De Proteção De Crianças e Jovens	4 150,08	0%
94.2.3.2.2.002	Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior	104 390,00	4%
94.2.3.2.2.003	Apoio Ao Idoso E Famílias Carenciadas	21 722,34	1%

Relatório de Gestão



94.2.3.2.2.004	Apoio ao Emprego	83 068,56	4%
94.2.3.2.2.006	Dinamização Do Centro Intergeracional de São João	315,60	0%
94.2.3.2.3	Transferências	73 500,00	3%
94.2.3.2.3.001	Atribuição De Subsídio às IPSS do Concelho	73 500,00	3%
94.2.4	Habitação e serviços coletivos	66 389,30	3%
94.2.4.1	Habitação	51 556,29	2%
94.2.4.1.2	Atividades Municipais	51 556,29	2%
94.2.4.1.2.001	Apoio a Reabilitação Urbana	51 556,29	2%
94.2.4.2	Ordenamento do território	4 559,39	0%
94.2.4.2.2	Atividades Municipais	4 559,39	0%
94.2.4.2.2.001	Fornecimento Contínuo de Cimento	2 311,02	0%
94.2.4.2.2.002	Fornecimento Contínuo de Tintas e Derivados	2 248,37	0%
94.2.4.6	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	10 273,62	0%
94.2.4.6.1	Ativos Fixos	10 273,62	0%
94.2.4.6.1.001	Construção E Beneficiação De Parques Infantis	10 273,62	0%
94.2.5	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1 056 094,80	45%
94.2.5.1	Cultura	260 083,92	11%
94.2.5.1.2	Atividades Municipais	260 083,92	11%
94.2.5.1.2.001	Apoio em Diversos eventos Culturais	255 975,67	11%
94.2.5.1.2.002	Dinamização da Casa do Artesão	66,21	0%
94.2.5.1.2.003	Atividades de Animação na Biblioteca Municipal	4 042,04	0%
94.2.5.2	Desporto, recreio e lazer	344 862,61	15%
94.2.5.2.2	Atividades Municipais	155 862,61	7%
94.2.5.2.2.001	Promoção das Áreas do Desporto Recreio e Lazer no Concelho	155 862,61	7%
94.2.5.2.3	Transferências	189 000,00	8%
94.2.5.2.3.001	Atribuição De Subsídio as Casas Do Povo, Associações Culturais e Desportivas Do Concelho	189 000,00	8%
94.2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	451 148,27	19%
94.2.5.3.2	Atividades Municipais	451 148,27	19%
94.2.5.3.2.001	Festejos do Arraial de São Pedro	256 063,65	11%
94.2.5.3.2.002	Festejos de Natal no Concelho	195 084,62	8%
94.3	Funções Económicas	46 427,11	2%
94.3.3	Transportes e comunicações	46 427,11	2%
94.3.3.1	Transportes rodoviários	46 427,11	2%
94.3.3.1.1	Ativos Fixos	46 427,11	2%
94.3.3.1.1.015	Aluguer De Equipamento De Construção E Demolição Com Operador	77 591,60	3%
Total de gastos afetos diretamente às atividades		2 361 075,48	100%

TABELA 24 – GASTOS AFETOS ÀS ATIVIDADES



O quadro relativo aos gastos diretamente imputados às atividades apresenta uma distribuição detalhada que permite identificar claramente as prioridades estratégicas da gestão municipal ao longo do ano em análise.

Em primeiro lugar, destacam-se claramente as Funções Sociais, que representam a maior parte dos gastos, correspondendo a aproximadamente 77% do total das despesas por atividade (1.811.489,38 €). Dentro deste domínio, a área da Educação assume um papel particularmente relevante, absorvendo cerca de 14% do total (341.445,34 €). Este valor demonstra o investimento significativo do município na educação, destacando-se particularmente o Fundo Social Municipal para Creches e 1º Ciclo (281.911,60 €), o que revela uma clara preocupação com o apoio às famílias e a garantia do acesso universal à educação básica.

A área da Segurança e Ação Social merece igualmente destaque, com um peso significativo de 12% (287.146,58 €). Os principais gastos nesta área incluem a atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior (104.390,00 €), os apoios ao emprego (83.068,56 €) e às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho (73.500,00 €). Estes gastos demonstram um compromisso sólido com políticas sociais inclusivas, orientadas para a redução das desigualdades e a promoção da coesão social.

As Funções Culturais, Recreativas e Religiosas têm também uma representatividade considerável, absorvendo 45% dos gastos totais (1.056.094,80 €). Nesta categoria destacam-se os gastos com eventos culturais diversos (255.975,67 €), festividades municipais como o Arraial de São Pedro (256.063,65 €) e os festejos de Natal (195.084,62 €). Adicionalmente, a área do desporto, recreio e lazer representa 15% (344.862,61 €), onde sobressai a atribuição de subsídios às Casas do Povo e outras associações locais (189.000,00 €), evidenciando o apoio contínuo às atividades comunitárias e à promoção do bem-estar geral.

No que diz respeito às Funções Gerais, verifica-se que representam aproximadamente 12% do total (288.402,50 €). Nesta categoria incluem-se despesas administrativas essenciais ao funcionamento do município, tais como as transferências de verbas para as juntas de freguesia (180.308,19 €), representando uma parte significativa dos gastos gerais e refletindo uma preocupação com a descentralização administrativa.



Por outro lado, as despesas relacionadas com Segurança e Ordem Públicas representam cerca de 9% (214.756,49 €). Destaca-se particularmente o apoio à Proteção Civil e à Associação dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava (207.000,00 €), demonstrando uma aposta estratégica na segurança pública e na capacidade de resposta a situações de emergência.

As despesas relacionadas com as Funções Económicas são relativamente baixas, correspondendo apenas a 2% dos gastos totais (46.427,11 €). Estas despesas concentram-se maioritariamente no setor dos transportes e comunicações, nomeadamente em ativos fixos e aluguer de equipamento de construção e demolição.

Análítica	Descrição /BENS	Valor	%
95.1.1.2.1.1	Executivo Municipal / Gabinete de Apoio à Presidência	132,51	0%
95.1.1.2.1.5	Unidade de Gestão Financeira e Administração Geral	993,96	3%
95.1.1.2.1.6	Divisão de Obras Particulares e de Controlo	5,66	0%
95.1.1.2.1.7	Divisão de Ordenamento do Território Serviços Municipais -	29 076,43	96%
Total de gastos imputados por centro de custo (bens)		30 208,56	100%

TABELA 25 – GASTOS POR CENTROS DE CUSTO

O quadro relativo à imputação dos custos dos bens por centro de custo apresenta atualmente uma distribuição bastante concentrada, evidenciando que a grande maioria dos gastos (96%) está associada à Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais (29.076,43 €).

Os restantes centros de custo apresentam valores comparativamente baixos. A Unidade de Gestão Financeira e Administração Geral representa apenas 3% (993,96 €), valor que reflete o carácter predominantemente administrativo deste centro, implicando uma utilização moderada de bens materiais.

Por sua vez, o Executivo Municipal / Gabinete de Apoio à Presidência (132,51 €) e a Divisão de Obras Particulares e de Controlo (5,66 €) têm um consumo residual, indicando que a imputação da utilização de bens materiais nestas áreas é muito limitada ou ocasional.

Importa destacar que está atualmente em curso um processo de aperfeiçoamento e melhoria dos critérios de imputação dos gastos dos bens às atividades e serviços municipais. Como resultado deste esforço de otimização da informação de gestão, é expectável que no próximo exercício económico os valores apresentados sejam redistribuídos e reflitam com maior precisão a utilização efetiva dos bens materiais pelos diversos serviços e atividades.

3 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Podemos observar através da **figura n.º 23**, o resultado líquido do exercício, no ano de 2024 sofreu um aumento. Este deve-se essencialmente ao aumento da receita do município.

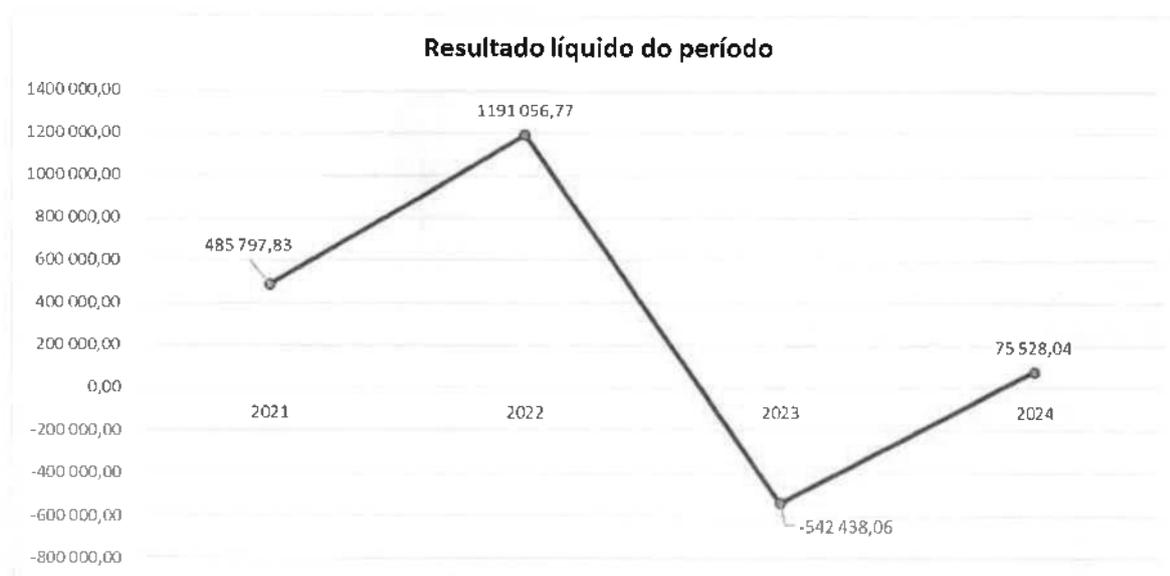


FIGURA 23 - EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

No ano de 2024 o resultado alcançado foi positivo, tendo ascendido ao montante de 75.528,04€. Este resultado pode ser justificado basicamente pelo aumento significativo nos Rendimentos.

Apesar dos gastos também sofrerem uma variação positiva, esse aumento não teve um impacto significativo por conta do aumento dos rendimentos, tornando o resultado líquido do exercício positivo. O aumento dos Gastos pode ser justificado por estas rubricas: aumento do FSE em cerca de 16,2%; aumento com gastos com pessoal em cerca de 8,3%; e ao aumento de juros e gastos similares em cerca de 32,8%.

Por outro lado, o aumento dos rendimentos em relação ao ano transato pode ser justificado pelo aumento de transferências e subsídios correntes obtidos em cerca de 16,3%; prestações de serviços e concessões em cerca de 14%; e de juros e rendimentos similares obtidos no montante de 38.136,74€.



4 APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Face ao Resultado Líquido do Exercício no valor **positivo** de **75.528,04€** (setenta e cinco mil, quinhentos e vinte e oito euros e quatro cêntimos) apurado no ano de 2024, propõe-se que tenha a seguinte aplicação:

- Seja transferido para a conta 56 – Resultados transitados

Órgão Executivo

Aprovado por unanimidade
Sub. à Assembleia Municipal

Em 14 de abril de 2025



Órgão Deliberativo

Aprovado por unanimidade
da Assembleia Municipal.

Em 28 de abril de 2025

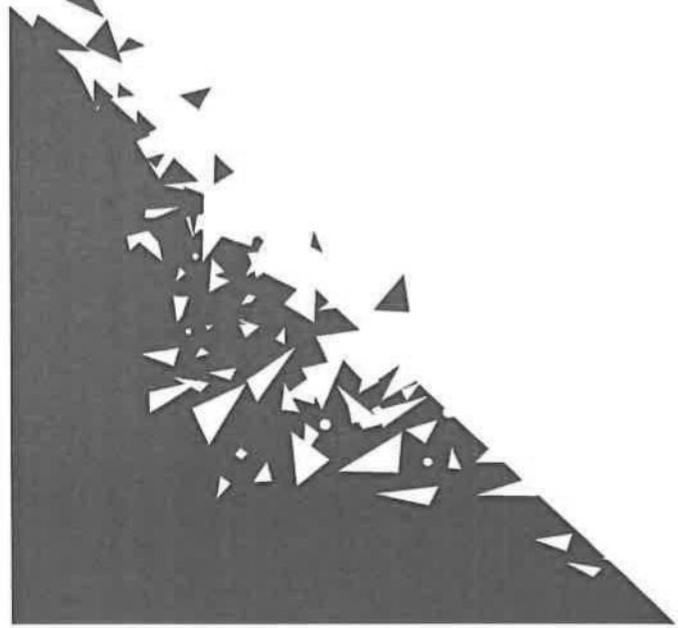




Câmara Municipal da Ribeira Brava



Certificação Legal das Contas



PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA BRAVA

1. De acordo com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal da Ribeira Brava reportados a 31 de dezembro de 2024, as quais compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, bem como o mapa de desempenho orçamental, demonstração da execução orçamental da receita e demonstração de execução orçamental da despesa.
2. Com base nos trabalhos efetuados elaborámos a Certificação Legal das Contas da Câmara Municipal da Ribeira Brava.
3. Com suporte na secção “Bases para opinião com reservas” da Certificação Legal das Contas, somos de Parecer que aprovelem os Documentos de Prestação de Contas a 31 de dezembro de 2024.

Montijo, 21 de abril de 2025

ANTÓNIO MANUEL
GAMEIRO MORGADO

Assinado de forma digital por ANTÓNIO
MANUEL GAMEIRO MORGADO
Dados: 2025.04.21 10:41:16 +01'00'

António Fortunato & Associados, SROC, Lda.

Representada por António Manuel Gameiro Morgado - R.O.C. N.º 1941

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município da Ribeira Brava, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 95.328.476,03 euros e um total de património líquido de 88.635.633,75 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 75.528,04 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias reportadas na seção "Base para a Opinião com Reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Câmara Municipal da Ribeira Brava em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Os Ativos Fixos Tangíveis do Município da Ribeira Brava (Bens de domínio público e privado) têm sofrido diversas regularizações, ao longo dos anos. Apesar do extenso trabalho já desenvolvido, o processo de inventariação e de adaptação ao SNC-AP, ainda não se encontra concluído e a informação atualmente existente não constitui uma garantia da plenitude e da correta valorização desses ativos, constituindo uma limitação de âmbito.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

António Fortunato & Associados

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

António Fortunato & Associados

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 14.648.404,75 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 12.148.578,95 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

António Fortunato & Associados

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Montijo, 21 de abril de 2025

ANTÓNIO MANUEL
GAMEIRO MORGADO

Assinado de forma digital por
ANTÓNIO MANUEL GAMEIRO
MORGADO
Dados: 2025.04.21 10:42:02 +01'00'

António Fortunato & Associados, SROC, Lda.
Representada por António Manuel Gameiro Morgado - R.O.C. N.º 1941



DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Ribeira Brava, 09 de abril de 2025

À atenção de

Fortunato & Associado, SROC, Lda
Rua da Figueira, n.º 78, r/c dto
2870-743 Atalaia - Montijo

Exmos. Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal de Contas que efetuaram às demonstrações financeiras do **Município da Ribeira Brava (Entidade)**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 95.328.476,03 euros e um total de património líquido de 88.635.633,75 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 75.528,04 euros), a demonstração de resultados e mapa de resumo de fluxos de caixa orçamentais, que evidencia um total de 12.148.578,95 euros de despesa paga e um total de 14.648.404,75 euros de receita cobrada com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa Certificação Legal das Contas, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com as *Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro*, adotadas em Portugal através do com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação das demonstrações financeiras e que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da autarquia, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

- 1.1 Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.
- 1.2 Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.
- 1.3 Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.
- 1.4 Não existem:



- Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
- Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;
- Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
- Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
- Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade.

- 1.5 A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.
- 1.6 Demos-vos conhecimento da identidade das partes relacionadas da Entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.
- 1.7 Todos os acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras e relativamente aos quais o normativo contabilístico aplicável exige ajustamento ou divulgação foram ajustados ou divulgados.
- 1.8 Não existem distorções que não tivessem sido ajustadas, identificadas durante o vosso exame às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
- 1.9 Tomámos conhecimento da vossa Certificação Legal das Contas a qual incidiu sobre a análise do balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 95.328.476,03 euros e um total de património líquido de 88.635.633,75 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 75.528,04 euros). A referida Certificação Legal de Contas inclui uma opinião com reservas:

RESERVA

Os Ativos Fixos Tangíveis do Município da Ribeira Brava (Bens de domínio público e privado) têm sofrido diversas regularizações, ao longo dos anos. Apesar do extenso trabalho já desenvolvido, o processo de inventariação e de adaptação ao SNC-AP, ainda não se encontra concluído e a informação atualmente existente não constitui uma garantia da plenitude e da correta valorização desses ativos, constituindo uma limitação de âmbito.



2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

2.1 Disponibilizámos-vos:

- Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito de auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da vossa Auditoria.

2.2 Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras.

2.3 Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.

2.4 Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras:

- Órgãos de Gestão (membros da Câmara Municipal);
- Empregados com cargos importantes no controlo interno (funcionários dirigentes ou afetos a áreas relevantes no controlo interno); ou
- Outros, quando a fraude possa ter um efeito material nas demonstrações financeiras.

2.5 Confirmamos que não foram reconhecidas despesas que devam ser consideradas confidenciais ou não devidamente documentadas.

2.6 Demos-vos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.

2.7 Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.

2.8 Tomámos em consideração, entre outros aspetos, as informações prestadas pelos advogados com quem a Entidade tem relações, pelo que confirmamos que é completa a lista destes advogados que vos foi fornecida, a saber: José Abreu Mendez, Advogado, Sécuro & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL, Abecasis, Moura Marques & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL e PRA – Raposo, Sá Miranda & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL.

2.9 Foram cumpridas as obrigações fiscais e para-fiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas



e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.

- 2.10 Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à data presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.
- 2.11 Colocámos à vossa disposição os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas.
- 2.12 Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.
- 2.13 Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
- 2.14 Não temos projetos ou intenções:
- Que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
 - Que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;
 - De abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.
- 2.15 Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.
- 2.16 Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.
- 2.17 Desde a data de aprovação das demonstrações financeiras, até à data desta Declaração, não temos conhecimento da ocorrência de quaisquer fatos ou circunstâncias significativas, para além dos ajustados ou divulgados, que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.
- 2.18 Declaramos que todos os custos realizados foram os necessários para a formação dos proveitos da Entidade.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

O membro do executivo com o Pelouro Financeiro